

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

THAMIRES CAROLINE LEONEL DE ALMEIDA

Rastros, Restos e Ruínas: Intervenções restaurativas no patrimônio em estado de ruína
na cidade de Laranjeiras - Sergipe

Rio De Janeiro

2022

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

THAMIRES CAROLINE LEONEL DE ALMEIDA

Rastros, Restos e Ruínas: Intervenções restaurativas no patrimônio em estado de ruína
na cidade de Laranjeiras - Sergipe

Trabalho apresentado ao Curso de Mestrado
Profissional em Preservação do Patrimônio
Cultural – Centro Lúcio Costa - Iphan como
requisito para banca de defesa de Mestrado.

Orientadora: Profa. Dr^a. Luana Cristina da
Silva Campos.

Rio De Janeiro

2022

O objeto de estudo desta pesquisa foi definido a partir de questões identificadas no cotidiano da prática profissional na Superintendência do Iphan Sergipe.

L583r Leonel de Almeida, Thamires Caroline.
Rastros, Restos e Ruínas: Intervenções restaurativas no patrimônio em estado de ruína na cidade de Laranjeiras - Sergipe/ Thamires Caroline Leonel de Almeida – 2022.

Orientador: Luana Cristina da Silva Campos.
Dissertação (mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2022.

1. Patrimônio cultural. 2. Arquitetura. 3. Preservação. 4. Ruína. I. da Silva Campos, Luana Cristina. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.690981

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Thamires Caroline Leonel de Almeida

Rastros, Restos e Ruínas: Intervenções restaurativas no patrimônio em estado de ruína na cidade de Laranjeiras – Sergipe

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2022.

Banca examinadora:

Professora Dra. Luana Cristina da Silva Campos (orientadora e presidente da Banca) –
Mestrado Profissional do IPHAN

Professora Dra. Lia Motta – Mestrado Profissional do IPHAN

Professor Dr. Pedro Murilo Gonçalves de Freitas – UFS

Dra. Catherine Jacqueline Suzanne Gallois – Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro

Lauzanne Leão Ferreira (supervisora) – Superintendência do Iphan em Sergipe

Rio de Janeiro

2022

Para Rachel de Queiroz, o que se passa no tempo some, anda para longe e não volta nunca... "O homem não tem sobre o tempo nenhum comando, apenas sofre o tempo sem defesa. O tempo anda no homem, mas este não anda nele. O tempo nos gasta como lixa, nos deforma, nos diminui e nos acrescenta. Os olhos de trinta anos desaparecem, a forma de ver também. Razão por que o espaço é repositório da memória, das marcas do tempo; é a dimensão que, segundo ela, deve proteger o homem dessa sensação de vertigem. O espaço seria a dimensão conservadora da vida." (Rachel de Queiroz in: A Invenção do Nordeste e outras Artes - Durval Muniz p 97/8)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha família, em especial a minha mãe Cláudia, pela educação que me proporcionou, pelas oportunidades que me deu, mesmo em meio a todas as dificuldades. Nada disso seria possível sem ela. Agradeço às minhas irmãs Thainara, Larissa e Esther por fazerem parte da minha jornada.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, pela oportunidade de fazer parte da construção da ciência neste campo tão fascinante que é o Patrimônio Cultural e pelo qual sou apaixonada.

A minha orientadora tão querida Luana Campos, por todo o apoio, orientação e paciência, obrigada por me auxiliar nesta pesquisa, direcionando o melhor caminho até aqui.

Aos que fazem parte do Mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural: todo corpo docente na pessoa da Lia Motta, à coordenação na pessoa da Cláudia, aos técnicos nas pessoas do Wallace, Felipe e Zé (com suas comidas tão maravilhosas), a absolutamente todos que fazem o PEP. Agradeço imensamente por serem tão acolhedores e nos fazerem sentir em casa durante a estadia no Rio de Janeiro. São experiências que ficarão marcadas para sempre na minha história. Obrigada por tudo!

Aos que fazem parte do Arquivo Noronha Santos por serem tão prestativos e prontamente responderem às solicitações de pesquisa enviadas.

Aos meus companheiros de turma, que dividiram aulas, debates, visitas, comidas, *happy hours*, karaokês na Feira de São Cristóvão, rodas de samba no Vaca Atolada, e cervejas geladas no Ximeninho. Uma parte da vida que só nós poderemos lembrar. Vocês são um pedacinho do meu coração em cada canto do país. Em especial às minhas meninas Áurea, Camila, Maíra e Maria Bárbara, que dividiram casa, alegrias e angústias em todo esse processo, quero levar vocês por toda a vida comigo.

Aos que fazem a Superintendência do Iphan em Sergipe pela acolhida durante dois anos de práticas profissionais, em especial à Miriam e Lauzanne pela supervisão tão importante. Agradeço a Dani, Andreza e Edi pela companhia diária. Meu muito obrigada à Flavia, Melissa, Monique e Tamyres pela amizade e trocas tão valiosas.

Aos meus amigos que de perto ou de longe acompanharam essa luta, agora podemos comemorar!

Ao professor Dr. Pedro Murilo, por abrir sua disciplina de Teoria da Restauração para que eu pudesse aprofundar, ainda mais, as leituras sobre o tema.

À banca examinadora por suas importantes contribuições para os encaminhamentos do trabalho aqui apresentado.

A todos que citei e que deixei de citar, que de alguma forma contribuíram para a minha conquista, obrigada pela força, apoio, pelo incentivo e confiança

Agradeço, ao universo por me permitir ser uma mente pensante nesse mundo que habitamos, por poder contribuir de alguma forma para nossa evolução social, e fazer a diferença.

Por fim, agradeço a mim mesma por não desistir deste sonho, e por ter caminhado até aqui, mesmo com todas as adversidades.

RESUMO

A produção arquitetônica está presente na humanidade desde a construção das necrópoles, que antecederam a construção das cidades. Seus resquícios se apresentam como bens materiais, entretanto, todo bem material está à mercê do fator tempo. Por esse motivo ao longo dos séculos, remanescentes arquitetônicos de relevância cultural para determinados períodos e sociedade tornaram-se ruína e têm sido objetos que provocam abordagens e construções conceituais de diversos campos de estudo (arquitetura, arqueologia, artes, filosofia, entre outros), pela sua condição ressignificada ao longo dos anos. Dentro do campo patrimonial as ruínas ocupam um lugar de importância singular e estão no centro do surgimento do conceito de monumento histórico. Este trabalho buscar construir um robusto aporte teórico-metodológico para fins de análise de casos de intervenções restaurativas em ruínas brasileiras, à luz das teorias da restauração e de valores patrimoniais. Especificamente na cidade de Laranjeiras, no estado de Sergipe, diversas intervenções realizadas em ruínas que fazem parte do Conjunto Urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) elucidam um problema profundo do ponto de vista da conservação, das teorias de restauração adotadas, das recomendações internacionais, do não cumprimento da própria legislação patrimonial e a ausência de uma legislação específica que atenda às particularidades do objeto ruína. Alguns fatores são determinantes para que as experiências sejam questionadas do ponto de vista da questão da preservação, conservação e respeito ao bem patrimonial, que é dotado de valores simbólicos e materiais: As motivações para intervenções, que, muitas vezes, partem de solicitações do Ministério Público - MP, junto a superintendência do Iphan em Sergipe, sem que o mesmo possua bases teóricas a respeito dos valores patrimoniais; bem como a ausência de uma política específica para ruínas por parte do Iphan. Nesse sentido, diante dos dados obtidos a partir de pesquisa documental foi possível suscitar alguma relação entre os resultados das intervenções e uma ausência de embasamento teórico-técnico para lidar com o objeto patrimonial com as particularidades de uma ruína.

Palavras-chave: Ruínas, Patrimônio, Restauração, Laranjeiras.

ABSTRACT

Architectural production has been present in humanity since the construction of necropolises, which preceded the construction of cities. Its remnants are presented as material assets, however, all material asset is at the mercy of the time factor. For this reason, over the centuries, architectural remnants of cultural relevance for certain periods and society have become ruins and have been objects that provoke conceptual approaches and constructions from different fields of study (architecture, archeology, arts, philosophy, among others), for its condition resignified over the years. Within the patrimonial field, the ruins occupy a place of singular importance and are at the center of the emergence of the concept of historic monument. This work seeks to build a robust theoretical-methodological framework for the purpose of analyzing cases of restorative interventions in Brazilian ruins, in the light of theories of restoration and heritage values. Specifically in the city of Laranjeiras, in the state of Sergipe, several interventions carried out in ruins that are part of the Urban Ensemble listed by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) elucidate a profound problem from the point of view of conservation, of the restoration theories adopted. , international recommendations, non-compliance with the heritage legislation itself and the absence of specific legislation that meets the particularities of the object of ruin. Some factors are decisive for the experiences to be questioned from the point of view of the issue of preservation, conservation and respect for the heritage asset, which is endowed with symbolic values and materials: The motivations for interventions, which often come from requests from the Ministério Público – MP, with the Iphan superintendence in Sergipe, without it having theoretical bases regarding patrimonial values; as well as the absence of a specific policy for ruins by IPHAN. In this sense, in view of the data obtained from documentary research, it was possible to raise some relation between the results of the interventions and a lack of theoretical-technical basis to deal with the patrimonial object with the particularities of a ruin.

Keywords: Ruins, Heritage, Restoration, Laranjeiras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa 01: Mapa do Brasil com destaque para o estado de Sergipe; Mapa 02: Mapa do Estado de Sergipe, com destaque para Laranjeiras, localizada à 18 km da capital Aracaju.....	21
Figura 2 - Adorazione dei Magi (1500), Sandro Boticelli	27
Figura 3 - El Mausoleo de Cecilia Metela (1762) ,Giovanni Battista Piranesi.....	28
Figura 4 - Arco de Tito (1756-1760), Giovanni Battista Piranesi	28
Figura 5 - Ruínas do Parco degli Acquedoti Roma – Itália	30
Figura 6 - A Paris Pré-Haussmman registrada pelo fotógrafo francês Charles Marville, durante a segunda metade do século XIX.	32
Figura 7 - Plano de Paris anterior à intervenção de Haussmann – 1853	33
Figura 8 - Esquema dos grandes trabalhos de Haussmann em Paris: em preto as novas ruas, em tracejado quadriculado os novos bairros, em tracejado horizontal os dois grandes parques periféricos.	34
Figura 9 - Plano de Haussmann: abertura da Avenue de l' Ópera, em Paris.	35
Figura 10 - Parthenon, templo erguido na Acrópole grega dedicado à deusa Athena. ..	36
Figura 11 - Anastilose utilizada no Templo de Zeus Olímpico, Atenas - Grécia.....	37
Figura 12 - Escavação em Pompeia - Itália. Os vestígios arqueológicos encontrados foram locados utilizando o princípio da Anastilose	37
Figura 13 - Sainte-Chapelle, em Paris, em estilo gótico. Restaurada por Viollet-le-Duc no séc. XIX.....	41
Figura 14 - Esboço de Viollet-le-Duc ilustrando intervenção analógica a partir do gótico.	42
Figura 15 - A Notre Dame de Paris, proposta de restauração feita por Le-Duc que visava atingir o estado ideal do edifício, à direita a catedral em 2018.....	44
Figura 16 - A Notre Dame de Paris em chamas.....	45
Figura 17 - Pátina ou marcas da passagem do tempo em Coluna de Trajano - Roma..	48
Figura 18 – As ruínas na estatística de do tombamento Iphan	69
Figura 19 - Igreja de São Miguel das Missões em ruínas	71
Figura 20 - Parte interna da Igreja de São Miguel das Missões em ruínas	71

Figura 21 - Capa da Revista do Patrimônio nº 19	72
Figura 22 - Ruínas de São Miguel atualmente	77
Figura 23 - Igreja Sagrado Coração de Jesus - Laranjeiras.....	82
Figura 24 - Feira de Laranjeiras em frente ao Mercado Público Municipal, no início do século XX.	83
Figura 25 - Praça da feira de Laranjeiras em meados do séc. XX. Ao fundo o morro e a Igreja do Bonfim. Do lado direito, edificações do quarteirão dos trapiches e do lado esquerdo o Mercado Público.....	84
Figura 26 - Sobrados do século XIX na antiga Rua Direita, atual Getúlio Vargas, em 1975.	87
Figura 27 - Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras	90
Figura 28 - Casa de Ti Herculano (fonte: Damásio);	91
Figura 29 - Capela Santo Antônio do Engenho Retiro (Thamires Leonel, 2018);	91
Figura 30 - Igreja de Comandaroba (Thamires Leonel (2019);	91
Figura 31 - Igreja Matriz Coração de Jesus (Thamires Leonel, 2019);.....	91
Figura 32 - Vista aérea do núcleo urbano original de Laranjeiras/SE: no eixo 1, às margens do Rio Cotinguiba, localizavam-se as atividades portuárias e a feira; no eixo 2, em direção à Comandaroba, está a antiga Rua Direita, antigo polo de concentração das atividades comerciais. Em tracejado, do lado direito, o “Quarteirão dos Trapiches”.	92
Figura 33 - Fl. 129 do processo de Tombamento Nº 1.288-T-89 (em vermelho, grifo nosso)	94
Figura 34 - Fl. 129 do Processo de Tombamento Nº 1.288-T-89.....	95
Figura 35 -Fl. 157 do Processo de Tombamento Nº 1.288-T-89.....	96
Figura 36 - Mapa Guia de Laranjeiras, às fls. 170 do Processo de Tombamento N º 1288 -T_89.....	97
Figura 37 - Mapa Guia de Laranjeiras, às fls. 171 do Processo de Tombamento N º 1288 -T_89.....	98
Figura 38 -Recorte do Mapa Guia de Laranjeiras, com destaque para as ruínas.	99
Figura 39 - Ruínas do Hospital de Caridade São João de Deus	100
Figura 40 - Ruínas do Teatro São Pedro	100

Figura 41 - Mapa aerofotogramétrico do núcleo urbano de Laranjeiras/SE, mostrando os perímetros do conjunto histórico (em azul) e seu entorno (em laranja) tombados pelo IPHAN.	101
Figura 42 - Ilustração dos casarões e casas comerciais da Rua Direita em meados do século XIX – Laranjeiras/SE, que dava acesso ao mercado e aos trapiches.....	104
Figura 43 - Calçadão no Centro de Laranjeiras após intervenção (2019)	104
Figura 44 - : Vista do núcleo histórico de Laranjeiras/SE, com as ruínas do Quarteirão dos Trapiches em destaque.	107
Figura 45 - Visão geral das edificações da zona portuária de Laranjeiras/SE	108
Figura 46 - Sobrado do século XIX situado na Praça Samuel de Oliveira, nº 159, integrante do conjunto do Quarteirão dos trapiches.....	108
Figura 47 - Fotografia tirada da margem norte do Rio Contiguiba revelando os pilares de pedra arruinados do Trapiche	109
Figura 48 – Quarteirão dos Trapiches no ano em que seria desenvolvido o projeto de recuperação das suas estruturas arquitetônicas.	111
Figura 49 – Pilares de pedra do interior do Trapiche Santo Antônio com as peças de madeira apodrecidas que ainda colaboravam para sua estabilidade. Espaço no qual deveria estar a praça dos pilares, que foi modificada no projeto posterior.....	112
Figura 50 – Cortes do Projeto executado pelo Monumenta no Quarteirão dos Trapiches	113
Figura 51 – As ruínas do Trapiche ao fundo, a partir da outra margem do Continguiba	114
Figura 52 – O Trapiche após a intervenção do Monumenta	114
Figura 53 – Quarteirão dos Trapiches após intervenção do Monumenta, atualmente, campus da UFS.....	115
Figura 54 – Quarteirão dos Trapiches após intervenção do Monumenta, atualmente, campus da UFS.....	115
Figura 55 – Conjunto de pilares no interior do Campus da Universidade Federal de Sergipe – UFS.....	116
Figura 56 - Detalhes da intervenção realizada	117
Figura 57 - Fachada das Ruínas do Teatro São Pedro antes da estabilização	120

Figura 58 - Fachada das Ruínas durante as obras de estabilização.....	122
Figura 59 - Tentativa de recomposição volumétrica das Ruínas do Teatro São Pedro	125
Figura 60 - Parte interna de recomposição volumétrica das Ruínas do Teatro São Pedro	125
Figura 61 - Fachada principal e lateral das ruínas do Teatro São Pedro, à direita o galpão em alvenaria	126
Figura 62 - Lateral do galpão erguido na parte interna das ruínas do Teatro São Pedro	127
Figura 63 - Fachada Principal da ruína localizada na Praça Coronel José Muniz Barreto	129
Figura 64 - Fachada principal (vista do interior do terreno), nov. 2017	130
Figura 65 - Foto aérea das ruínas localizadas na Praça Coronel José Muniz Barreto.	130
Figura 66 - Trecho de Informação Técnica nº 22, de 2012 (grifos nossos)	131
Figura 67 - Detalhamento de Patologias elaborado pela Oficina de Projetos Ltda.	134
Figura 68 - Quadro: Ruínas, o que são?	136
Figura 69 - Notícia de desabamento no Centro Histórico de São Luís - MA	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tombamento de Ruínas e termos correlatos pelo IPHAN.....	62
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ruínas Tombadas pelo Iphan por Região	64
Gráfico 2 - Ruínas tombadas pelo Iphan, por livro do Tombo no qual estão inscritas....	67
Gráfico 3 - Proporção de ruínas inscritas no Livro do Tombo Histórico em relação aos outros livros.	68

SUMÁRIO

PREFÁCIO	17
1- INTRODUÇÃO.....	18
1 – A construção do conceito de ruína	24
1.1- Ruínas, Monumento e Arte	24
1.2 - As Ruínas no campo da Preservação Patrimonial e os documentos internacionais.....	31
1.3 - A ruína na Teoria da Restauração	39
1.3.1 - Restauro Estilístico	40
1.3.2 - Anti- Restauro	46
1.3.3 - Restauro filológico ou científico	49
1.3.4 O Restauro Crítico Brandiano	50
1.3.5. A teoria contemporânea de Viñas.....	51
2- Ruínas Patrimônio: Panorama Brasileiro	55
2.1 - O lugar das ruínas na instituição: breve análise.....	61
2.2. As monumentais ruínas de São Miguel, um símbolo	69
2 Ruínas de laranjeiras: herança da economia açucareira	78
3.1 – Formação Urbana de Laranjeiras, entre o Porto e a Feira	79
3.2 - Tombamento de Laranjeiras, o valor do conjunto e da paisagem.....	88
3.3 – Intervenções do conjunto tombado de Laranjeiras	103
3.3.1 - O Programa Monumenta e o quarteirão dos Trapiches	105
3.3. 2 Ruínas e a questão legal, um embate entre o MPF e o Iphan	118
A fachada principal da ruína localizada na Praça Coronel José Muniz Barreto, nº 03, laranjeiras/se	128
4. - É possível pensar em políticas para as ruínas?	136
4.1. Ruína se restaura?	139
Conclusão	146
Referências Bibliográficas	151

PREFÁCIO

Quando o mundo pareceu ruir...

Antes de iniciar o texto a que se pretende esta pesquisa, que deve manter sua forma acadêmica e linguagem impessoal, achei por bem quebrar um pouco a ordem lógica aqui posta para que fosse possível falar de algo que durante mais de dois anos inverteu tudo que achávamos estar mais do que consolidado no lugar.

A Pandemia de Covid-19 que assolou o mundo inteiro, atingiu cada um de nós de uma forma diferente. Ninguém saiu ileso disso tudo, se é que saímos. Recordo, ainda, do último na superintendência do Iphan-SE, recolhendo tudo da mesa para viver uma quarentena que durou tempo demais. O afastamento do objeto que se seguiu depois atingiu este trabalho como uma ruptura. Não foi fácil continuar depois de sair do lugar.

Foi muito difícil fazer pesquisa de maneira solitária quando 4 mil pessoas no nosso país morriam por dia. Foi difícil dar um sentido para tudo quando o governante do país negava a seriedade do que estava acontecendo. As coisas perderam, por muito tempo, o prumo.

Mais difícil ainda é fazer pesquisa num país onde esse mesmo governo nega a ciência, a cultura e tudo que é mais rico do nosso povo. Vivemos um desmonte da educação pública, amargamos mais um ano sem reajuste nas bolsas de nossos pesquisadores: Desde 2014 - Iniciação Científica, 400 reais; Mestrado, 1.500 reais; Doutorado, 2.200 reais. Estamos matando uma geração de cientistas.

Este desabafo é uma carta para o futuro, um desabafo de quem está tentando ser resistência frente a tanto retrocesso.

Vai passar!

E aos protofascistas que tomaram o poder desta nação:

“Apesar de você

Amanhã há de ser outro dia.”

Arapiraca, 10 de setembro de 2022.

1- INTRODUÇÃO

Desde as primeiras pesquisas e estudos acerca da civilização ocidental, a arquitetura aparece como um elemento de importante caracterização cultural, particularmente, ao materializar expressões de diversas civilizações. Seja pela forma, pela técnica construtiva ou pela sua importância no contexto político e social, estruturas e vestígios materiais nos possibilitam entender, em parte, como se deram as primeiras aglomerações e ocupações humanas e como os grupos se organizaram na formação das primeiras cidades.

Foi também nessas estruturas que as civilizações ocidentais antigas deixaram suas heranças artísticas, através de pinturas, relevos, esculturas e outros elementos que ajudam a entender como eram as relações de trabalho e sociais nesses núcleos.

Contudo, todo bem material está à *mercê* do fator tempo. Por esse motivo, ao longo dos séculos, remanescentes arquitetônicos de relevância cultural para determinado período e sociedade transformaram-se em ruínas, tornando-se objetos que provocam abordagens e construções conceituais de diversos campos de estudo (arquitetura, arqueologia, artes, filosofia, entre outras), e que passa por uma condição de ressignificação ao longo dos anos. Com o surgimento da prática restaurativa e da sua fundamentação teórica, os objetos arruinados aparecem como ponto convergente de conflitos.

Além dos problemas conceituais da utilização do restauro como ferramenta de conservação de ruínas, encontramos também os problemas práticos. Em se tratando do Brasil, apesar do reconhecimento da importância da contribuição inter e multidisciplinar na elaboração e execução das várias etapas de preservação das ruínas como patrimônio cultural nacional, são nos projetos de intervenção e restauração dessas ruínas que identificamos, com maior frequência, a realização de tomadas de decisões sem as devidas bases teóricas, técnicas e científicas que esse tipo de projeto exige.

Assim, um projeto, como base para execução da intervenção de restauração, quando não é bem elaborado contribui para uma leitura incompleta do bem arquitetônico, colocando o mesmo em risco. Seja por negligência, seja pela urgência imposta pelas demandas de ordem política, jurídica e financeira, o projeto é elaborado,

por vezes, de maneira arbitrária, sem o devido tempo de maturação e pesquisa necessários e, ainda, sem utilizar uma ordem metodológica, resultando em intervenções equivocadas e malsucedidas.

Algumas ações interventivas em ruínas podem ser encontradas no estado de Sergipe no Nordeste Brasileiro. Esses casos foram observados durante levantamentos e análises dos processos realizados e/ou supervisionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão federal responsável pela salvaguarda e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Foi possível constatar uma recorrência de solicitações de intervenções no patrimônio em estado de ruína pelo Ministério Público Federal - MPF, junto a superintendência do Iphan em Sergipe, que resultou em intervenções e elaborações de projetos de restauração que serão tratadas neste trabalho.

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar as intervenções em ruínas tombadas pelo Iphan no estado de Sergipe, na cidade de Laranjeiras, provocadas por decisões do Ministério Público Federal.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi necessário, enquanto abordagem metodológica, entender a formação do conceito de ruína, e como essas ruínas foram abordadas por diferentes teóricos da restauração, para, então, partir para os casos práticos dos nossos objetos e avaliar, em que medida, essas teorias foram levadas em consideração quando da intervenção nessas ruínas.

Um dos objetivos específicos do trabalho foi analisar historicamente, como o Iphan realizou a abordagem com bens arruinados ao longo dos mais de 80 anos do órgão e como elas estão presentes na legislação vigente;

Foi necessário entender a formação do campo patrimonial no Brasil, e constatar onde a categoria das ruínas foi inserida na construção da legislação de proteção do patrimônio nacional. Além disso, foi realizada pesquisa na lista de bens inscritos nos Livros do Tombo para, quantitativamente, observar quantas ruínas ou bens com denominações correlatas receberam o status de patrimônio enquanto tais.

Ainda, para nos aproximar do nosso objeto, foi utilizada bibliografia acerca da ocupação e formação territorial da cidade de Laranjeiras, em Sergipe.

Por fim, foi realizada pesquisa através dos documentos contidos nos processos abertos na Superintendência do Iphan em Sergipe, que constam os pedidos de recomposição/restauração dessas ruínas. O recorte da pesquisa pautou-se nos projetos elaborados para intervenção dessas ruínas, bem como a realização de visitas e vistorias a esses bens que passaram, ou devem passar, por algum tipo de ação interventiva.

Sumariamente, foi possível constatar, nos projetos de intervenção, a ausência de uma metodologia clara, a escassez de documentação e levantamento detalhado do objeto, e a ausência de diretrizes que possam nortear o trato das ruínas a partir da função patrimonial, o que acarreta danos ao patrimônio material, como a remoção de elementos construtivos, alteração de estruturas parietais, modificação volumétrica de edifícios, gerando muito mais a mutilação que a preservação do bem, indo de encontro às recomendações do Decreto-Lei n. 25/1937.¹

Parte do problema explorado na presente pesquisa encontra-se na ausência de uma política específica por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, em particular voltada para a realização de projetos e execução de intervenções em ruínas urbanas e rurais, somadas às experiências malsucedidas no estado de Sergipe, com motivações que, muitas vezes, partem de um lugar que não detém o conhecimento específico para a tomada de decisão (como o Ministério Público, que não é um órgão responsável pela salvaguarda Patrimônio), configura também um cenário de necessária abordagem dessa temática na presente pesquisa.

Destarte, este estudo foi realizado sobre fontes documentais provenientes da superintendência do Iphan em Sergipe, de documentos do acervo do Arquivo Noronha Santos - RJ, e pesquisas bibliográficas a partir de textos de autores da área da restauração e da preservação do patrimônio cultural. Sendo esses analisados à luz dos conceitos inter e multidisciplinar, evidenciando particularmente a estrita relação entre a documentação, a arquitetura e arqueologia para lograr êxito nesse tipo de intervenção, por termos na ruína um objeto que carece de diversos olhares e abordagens.

Cabe esclarecer que a problemática apresentada surge de uma demanda colocada pela Superintendência do Iphan em Sergipe, sendo, também, observada

¹ Lei que Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

durante a realização das atividades práticas no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Iphan, que fazem parte do conteúdo programático do Mestrado e possibilitam uma imersão nas práticas cotidianas da preservação do Patrimônio a partir do conhecimento aplicado.

As especificidades da questão dos objetos em arruinamento e o espaço que o problema ocupa na superintendência levou a opção de uma abordagem regionalizada, ou seja, voltada ao patrimônio tombado a nível federal no estado de Sergipe (fig. 01), em particular na cidade de Laranjeiras. Contudo, considerando a abrangência da temática, acredita-se que algumas das questões apresentadas nessa pesquisa devem contribuir para uma reflexão mais ampliada sobre a noção da ruína patrimônio e as suas diretrizes.

Figura 1 - Mapa 01: Mapa do Brasil com destaque para o estado de Sergipe; Mapa 02: Mapa do Estado de Sergipe, com destaque para Laranjeiras, localizada à 18 km da capital Aracaju



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Laranjeiras>. Acesso em 26/03/2022

Apesar da expectativa de análise estar ancorada numa reflexão interdisciplinar, é necessário que seja pontuado que a formação de quem escreve este trabalho parte da Arquitetura e Urbanismo, pelo que o olhar para os aspectos construtivo, funcional, formal e estético estão sempre presentes. Não ficando excluídas, porém, abordagens outras, que possam contribuir com a leitura do objeto, como da arqueologia e da museologia, perspectivas presentes no trato das ruínas urbanas.

Nesse sentido, após destacar o meu lugar de fala na pesquisa, cabe destacar que entre os objetivos da mesma está a análise das definições e conceituações a respeito de ruínas a partir dos diferentes campos de conhecimento (arquitetura, arqueologia e museologia), adequando à realidade dos objetos estudados.

Destaca-se que, com o intuito de ampliar a visão sobre o objeto e embasar melhor teoricamente o trabalho, cursou-se uma disciplina de Teoria da Restauração no Campus da Universidade Federal de Sergipe, campus esse que funciona numa ruína que passou por intervenção pelo programa Monumenta do Governo Federal. O intuito deste feito foi não somente acrescentar importantes referências bibliográficas a esta pesquisa, como também vivenciar o uso de uma edificação com as características as quais iremos discutir

Outro objetivo foi discutir, em que medida, o órgão patrimonial deve ter autonomia para a tomada de decisão acerca da intervenção em ruínas baseando-se nas experiências observadas durante as práticas na superintendência e a dificuldade pela qual os técnicos do Iphan-SE relataram para a tomada de decisão nos processos envolvendo ruínas, parte-se da hipótese de que a existência de uma política institucional pelo e para o Iphan, que recomende diretrizes de intervenção em ruínas considerando a inter e multidisciplinaridade que esse tipo de ação exige, irá contribuir nessa tomada de decisões, no que se refere ao trabalho das unidades da instituição, assim como dificultar a realização de obras de restauração que mutilam os bens e/ou que criem falsos históricos, prejudicando o estado da obra de arte e a preservação da memória nacional.

A pesquisa, portanto, é apresentada neste trabalho estruturado em quatro partes:

A primeira irá explicar sobre a construção do conceito de ruína, desde a sua exploração imagética na História da Arte, e como ela esteve em posição central quando se trata da construção do campo do patrimônio. Será discutido, ainda, como essas ruínas foram tratadas pelos principais teóricos do campo da Restauração. Para tanto iremos nos debruçar pelas teorias de restauração de Viollet-le-Duc, John Ruskin, Camillo Boito, Gustavo Giovanonni, Cesare Brandi, Alois Riegl e Salvador Muñoz Viñas. Além disso, veremos como as convenções internacionais e os documentos

internacionais comumente chamados de Cartas Patrimoniais incluíram a questão da ruína e da restauração em seus textos

A segunda irá tratar de revisão bibliográfica da construção do campo do patrimônio no território brasileiro, com o desenvolvimento da legislação patrimonial a nível federal, através do Decreto Lei 25/1937 e suas bases formadoras, e como a especificidade de bens arruinados fez parte da construção dessa legislação e recebeu proteção de tombamento pelo Iphan, além disso, faremos uma análise dos tombamentos de ruínas e termos correlatos pelo Iphan ao longo de mais de oito décadas de atuação, e estudaremos o caso das ruínas de São Miguel das Missões, primeira intervenção realizada pelo Iphan nesse tipo de objeto.

A terceira parte discorrerá sobre os casos estudados da cidade de Laranjeiras-SE, sua formação urbana, sua patrimonialização através do tombamento federal, a presença de ruínas inseridas no conjunto histórico, urbanístico e paisagístico tombado. Iremos analisar três casos de intervenções em ruínas dentro do seu conjunto tombado: as ruínas do Quarteirão dos Trapiches, as ruínas do Teatro São Pedro e da Fachada Principal da Ruína localizada na Praça Coronel José Muniz Barreto, nº 03, ambas localizadas dentro do perímetro tombado. Iremos debater, ainda, sobre o embate entre o Iphan e o Ministério Público Federal no que diz respeito à tomada de decisão em relação à restauração de bens tombados.

Por fim, a quarta parte, irá discutir possíveis abordagens para o trato das ruínas no contexto do patrimônio, especialmente no caso das ruínas urbanas, partindo do conceito de estabilização para sua conservação, ou, ainda, da criação de novos objetos a partir da preexistência.

1 – A construção do conceito de ruína

Do Latim, *ruína,ae* significa 'queda, ruína; destruição'. Do ponto de vista do monumento arquitetônico, recebeu diversas definições e conceituações ao longo do tempo, em que o próprio objeto se transforma e seu olhar sobre ele também.

Os verbetes “Ruína” e “Ruínas” foi publicado por Antonie Chrysostome Quatremère de Quincy (arqueólogo e teórico da arquitetura, considerado o pioneiro na criação dos Museus na França no século XIX), na *Encyclopédie Méthodique: Architecture*, com a seguinte definição:

Esta palavra, no singular e em seu sentido ordinário, exprime o estado de degradação e destruição no qual se encontra, ou está ameaçado um edifício. Diz-se que um edifício está ameaçado de ruína, usa-se essa palavra também no singular para exprimir o estado de destruição consumado. Mas nesse caso, é mais usual emprega-la no plural e a razão é que esse estado de destruição, apresentando a dissolução de todas as partes, de todos os materiais de um edifício, oferece melhor, no plural, a imagem da realidade. Desse modo, dir-se-á que tal acidente operou a ‘ruína’ de um edifício e dir-se-á que se veem em tal lugar as “ruínas” desse edifício. (QUINCY, 1825, apud KUHL, 2003 p. 112-113)

Em suma, as ruínas representam a materialização da passagem do tempo e se assemelham, cada vez mais, uma alegoria do mundo globalizado que, mais do que servir para recordar, se transforma num símbolo que requer constante atenção, como um objeto em movimento. As ruínas obrigam o homem moderno a um confronto direto com o passado e os convidam a refletir sobre sua relação com a matéria, denotando a efemeridade das coisas humanas. É o não acabado da arquitetura, aquilo que já não é mais o que era, mas que ainda não chegou ao fim, existe, evoca a memória e faz pensar no futuro.

1.1- Ruínas, Monumento e Arte

As ruínas ocuparam diversos lugares dentro do debate acerca da cidade, das artes nos diferentes períodos históricos, e estão no centro do surgimento do conceito de monumento histórico, a partir da valorização de ruínas da Roma Antiga como afirma CHOAY:

Pode-se situar o nascimento do monumento histórico em Roma, por volta do ano 1420. Após o exílio de Avignon ² (1305-1377) e, logo depois, do Grande Cisma³ (1379-1417), Martinho V restabelece a sede do papado na Cidade devastada, cujo poder e prestígio ele pretende recuperar. Um novo clima intelectual se desenvolve em torno das ruínas antigas, que doravante falam da história e confirmam o passado fabuloso de Roma, cujos esplendores Poggio Bracciolini e seus amigos humanistas pranteiam, condenando-lhes a pilhagem. (CHOAY, 2006, p.31)

A relação estabelecida com os monumentos da Antiguidade entre a época das grandes invasões e o fim da Idade Média transforma a cidade de Roma em uma grande pedreira para o fornecimento de cal e materiais para a construção de novos edifícios, as ruínas não possuem valor histórico e de memória reconhecidos por este grupo, como afirma CHOAY:

Em uma Europa coberta de monumentos e edifícios públicos pela colonização romana, esses séculos causaram uma terrível destruição. Dois fatores principais levaram a isso. De um lado o proselitismo cristão: certamente as invasões bárbaras dos séculos VI e VII devastaram menos que o proselitismo dos missionários à mesma época, ou o dos monges teólogos que, no século XIII transformaram em pedreira o anfiteatro de Treves, demoliram os anfiteatros de Mans (1271) e o templo de Tours. De outro lado, a indiferença em relação aos monumentos que haviam perdido seu sentido e seu uso, a insegurança e a miséria: os grandes edifícios da Antiguidade são transformados em pedreiras, ou então recuperados e desvirtuados. (CHOAY, 2006, p. 35)

A partir do *Trecento* (a primeira fase do renascimento recebe esse nome uma vez que foi desenvolvido nos anos 1300 em Florença, Itália) a valorização dos objetos da Antiguidade se mantém, em detrimento das estruturas. O Renascimento evoca a Antiguidade como um lugar onde estão as raízes do homem, e onde se origina sua tradição cultural e histórica.

² Durante boa parte do século 14 o papado ficou dividido entre sua sede original em Roma e a cidade fortificada francesa de Avignon. A divisão surgiu com as pressões e ofensas mútuas entre coroa francesa (que condenava o papa Bonifácio 8º por heresia e sodomia) e papado (que condenava a política de cobrança de impostos promovida pela França). As desavenças culminaram com um cerco ao papa Bonifácio 8º na cidade de Anagni (Itália), que desafiou as tropas francesas a matá-lo. Mas os franceses voltaram atrás e acabaram sendo expulsos da cidade. A tensão entre os dois poderes continuou e culminou com a eleição, em 1305, do arcebispo de Bordeaux, Bertrand de Got, como papa Clemente 5º (1305-1314), que decidiu transferir o papado para Avignon.

³ O Grande Cisma foi o evento que causou a ruptura da Igreja Cristã, separando-a em duas: Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Católica Apostólica Ortodoxa, a partir do ano 1054, quando os líderes da Igreja de Constantinopla e da Igreja de Roma se excomungaram mutuamente.

No Quattrocento, o observador se distancia, pela primeira vez, do objeto, mas não uma distância física, uma distância histórica e temporal. Ele entende que aquele objeto pertenceu a um outro tempo que não o seu, e passa a analisá-lo de maneira diversa, a ter um olhar histórico sobre o mesmo, prática essa que vai se consolidar no historicismo alemão, e que será, posteriormente, confrontada pelo presentismo⁴ de HARTOG (2003).

A valorização dos objetos da Antiguidade no chamado *Quattrocento* foi resultado de um processo que se desenvolveu desde o final do século XIV. Pode-se dizer que o colecionismo surge muito antes, ainda na apropriação de peças gregas pelos romanos que passaram a procurar tais objetos, os quais viriam a integrar seus espaços residenciais e públicos, como afirma CHOAY (1925):

Átalo I ⁵ mantém emissários em toda a Grécia e, em 210 a. C., mandou que se fizessem as primeiras escavações conhecidas da história. O mesmo movimento leva-o, assim como a seus sucessores, a admirar e a mandar copiar em sua capital os grandes monumentos helenísticos. Os objetos gregos espoliados pelos exércitos romanos começam por entrar discretamente no interior de algumas residências patrícias, mas seu *status* muda no momento em que Agripa pede que as obras entesouradas no recôndito dos templos sejam expostas à vista de todos, à luz viva das ruas e dos grandes espaços públicos. (CHOAY, 2006, p. 33)

A valorização do passado e a assimilação do mesmo resulta na valorização de fragmentos de uma cidade de outrora, em que o homem renascentista revisita para encontrar-se no presente. Esses fragmentos, que ele tomava como grande modelo estético e intelectual eram ruínas gregas e romanas, que recebem importância histórica e estética, e passam a incorporar as representações pictóricas, em que as ruínas constituem um mundo idealizado. Pode-se citar *A adoração dos Magos* (1475–1476) de Sandro Botticelli⁶ (fig. 02), que usa a paisagem da ruína como pano de fundo.

⁴ Segundo a hipótese de Hartog, desde a década de 1990 o presentismo pode ser entendido como o regime de historicidade do mundo contemporâneo ocidental, marcado por fenômenos como a globalização e a ascensão dos estudos sobre a memória e o patrimônio nas Ciências Humanas.

⁵ Átalo I Sóter foi rei de Pérgamo entre 241 e 197 a.C. Era primo e filho adotivo de Eumenes I, a quem sucedeu, dando origem à Dinastia Atálida. Seus pais foram Átalo e Antíoque, princesa do império Selêucida.

⁶ Sandro Botticelli (1445-1510) foi um pintor italiano, considerado um dos maiores pintores do Renascimento Artístico na Itália.

Figura 2 - Adorazione dei Magi (1500), Sandro Boticelli



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d5/Botticelli>

No contexto de valorização do passado ocorre então uma objetificação das ruínas, onde sua imagem como objeto estético valorizado irá ser utilizada em diversas correntes artísticas, compondo assim o imaginário social. Seguindo na História da Arte, cerca de duzentos anos depois, Giovanni Piranesi ⁷ (fig. 03 e 04) se apresenta como um dos mais importantes artistas que representou e documentou diversas edificações e monumentos, com gravuras detalhadas de sua volumetria, e características estéticas.

No barroco francês são inúmeras as representações pictóricas de ruínas, como paisagem e pano de fundo e até mesmo como objeto central da obra. No romantismo, a presença das ruínas góticas representa o pitoresco e o sublime.

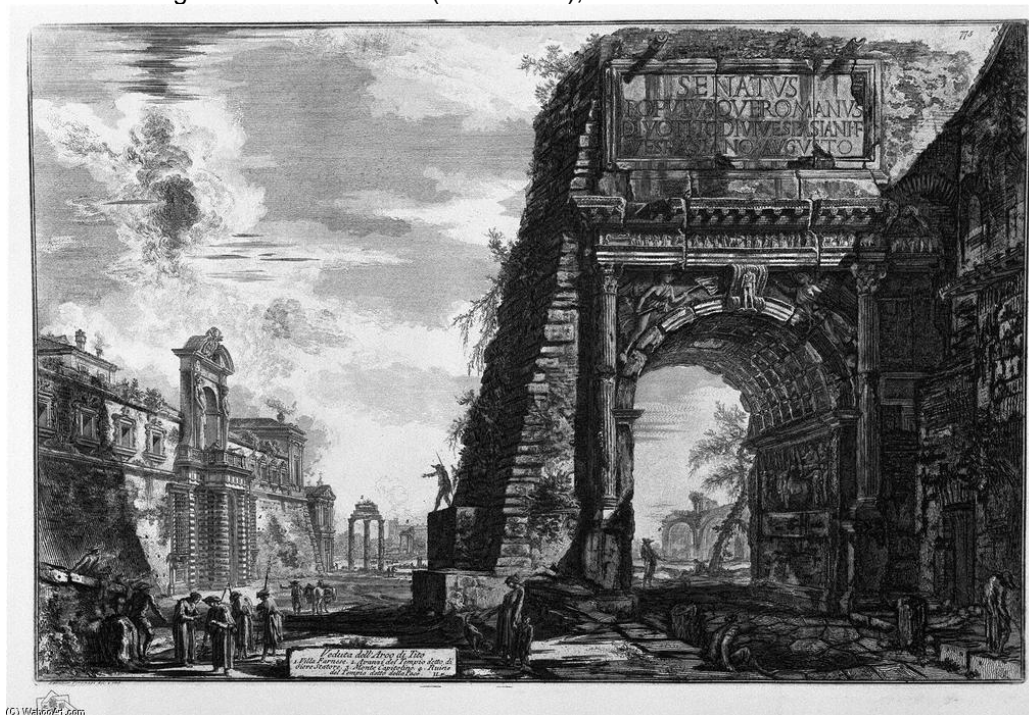
⁷ Giovanni Battista Piranesi (1720-1778) foi um famoso gravurista e arquiteto italiano.

Figura 3 - El Mausoleo de Cecilia Metela (1762) ,Giovanni Battista Piranesi



Fonte: https://historia.nationalgeographic.com.es/a/piranesi-y-su-fascinacion-por-ruinas-romanas_11634

Figura 4 - Arco de Tito (1756-1760), Giovanni Battista Piranesi



Fonte: <data:image/jpeg;base64,/9j/4AAQSkZJRgABAQAAQABAAD/2wCEAAoHCBUVFBcVFRUY>

Como gravurista e arquiteto, Piranesi catalogou e documentou em gravuras como as anteriores, inúmeras edificações e monumentos, especificando suas características e particularidades, forma, volume, e elementos decorativos. Suas gravuras consistem em uma reconstituição da ruína a partir de fontes documentais e observação, que resultam em cenários montados a partir de recortes e montagens de ruínas e edifícios.

A arqueologia é um elemento presente e importante na obra de Piranesi, pois, evidencia a relação entre a arquitetura e a natureza, colocando vestígios materiais como parte do todo da paisagem natural, que segue seu ciclo de transformação, de vida e morte, de início e ruína. Essa transformação material evidencia a força da natureza (e do tempo) frente à criação humana (razão). Essa vertente será defendida por George Simmel ⁸, que afirma que a arquitetura e todas as expressões artísticas estão destinadas à finitude material e quando isso começa a acontecer, ou seja, quando a arquitetura começa a ruir, a cultura separa-se da natureza. Pela análise de FORTUNA (2014):

A arquitetura surge declarada como “a única arte que o grande combate entre a vontade do espírito e a necessidade da natureza encontrou uma verdadeira paz” (Simmel, p. 59). É do modo como espírito e natureza – digamos, razão humana e matéria – se combinam que, por intermédio da arquitetura, surge a obra da criação humana e a cidade se concretiza. (SIMMEL, Apud FORTUNA, 2014)

Sendo assim, o encantamento pela ruína é resultado dessa atuação da natureza e do tempo, pois revela o processo corrosivo e demolidor manifestado por sua força, que pode gerar, também, outros tipos de sentimento, como afirma CHOAY:

Para além do imediato e puro prazer visual, a imagem pitoresca pode também gerar um sentimento de perturbação ou de angústia, em que se compraz a alma romântica, quando ela transforma em estigmas as marcas deixadas pelo tempo nas construções dos homens. Entendidas como símbolo do destino humano, estas adquirem um valor moral: emblema duplo da arché criadora da transitoriedade das coisas humanas. A ruína medieval, menos antiga, mais difundida e familiar, é uma testemunha mais dramática que a ruína antiga. O castelo fortificado reduzido a suas muralhas, a igreja gótica da qual resta apenas o esqueleto revelam, mais do que se estivessem intactos, o poder fundador que os mandou construir; mas os musgos corrosivos, as ervas daninhas que desmantelam os telhados e arrancam as pedras das muralhas, os rostos erodidos dos apóstolos no pórtico de uma igreja românica lembram que a destruição e a morte são o término desses maravilhosos inícios. Emoção

⁸ Georg Simmel (1858 - 1918) foi um sociólogo alemão.

estética gerada pela qualidade arquitetônica ou pelo pitoresco, sentimento de abandono imposto pela percepção a ação corrosiva do tempo. (CHOAY, 2006, p.133)

Figura 5 - Ruínas do Parco degli Acquadotti Roma – Itália



(Foto: Thamires Leonel, 2015)

Essas afirmações denotam como a exploração não só histórica, como também estética das ruínas no desenvolvimento dos movimentos artísticos. A Revolução Francesa marca as origens da conservação dos Monumentos Históricos na França com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos em 1937. Igrejas incendiadas, estátuas derrubadas, castelos saqueados, numa cidade em ruínas, é latente o desejo de evitar o fim, o esquecimento, a perda da materialidade.

Mas há, sobretudo, as ruínas transformadas em monumentos e que recebem atribuição de valores e sustentam mitos de origem, carregadas de histórias que baseiam a memória social reconhecida pelo Estado. A ruína esteve no ponto central desse anseio de se guardar, memorar, resguardar. Seja no nascimento do monumento

histórico seja no reconhecimento desse monumento como patrimônio, que passa a ser responsabilidade, também, do Estado.

Para o campo patrimonial, as ruínas podem ser vistas a partir de duas perspectivas: do ponto de vista documental; e, do ponto de vista simbólico. Documental por agregar informações físicas, tipológicas, de sistemas construtivos, materiais empregados, sendo um objeto repleto de evidências para a arquitetura e diversas outras áreas de conhecimento. Do ponto de vista simbólico, por que elas representam histórias, ocupações, imaginários, pessoas, sentimentos, ao mesmo tempo que constata o abandono e a efemeridade das coisas humanas.

1.2 - As Ruínas no campo da Preservação Patrimonial e os documentos internacionais

Neste tópico será discutida a criação de alguns documentos internacionais que tratam da questão da preservação de monumentos, tais como a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964), por servirem como base para a estruturação de políticas de preservação locais, por trazerem a discussão da interdisciplinaridade, e por discutirem a questão da ruína em seus textos.

No campo da preservação patrimonial, a apreciação das ruínas tem sido fundamental no processo de ampliação do conceito de patrimônio. Apesar da preocupação com os temas acerca da preservação já na segunda metade do século XIX, com a criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos na França, em 1837, medidas mais sistematizadas surgem só a partir do século XX com a elaboração, em 1931, da Carta de Atenas durante a conferência das nações.

Viu-se necessário o estabelecimento de regras em nível mundial para solucionar e dar direcionamentos aos diversos problemas na preservação dos monumentos. Tal demanda passou a reunir técnicos e estudiosos da área (arquitetos, arqueólogos e outros), o que culminou na realização, em 1931, da Conferência do Escritório Internacional dos Museus, que reuniu profissionais de mais de vinte países europeus, encontro este que deu origem à Carta de Atenas (1931).

É importante demarcar geograficamente o surgimento do campo da preservação patrimonial, visto que essa pesquisa se dá em um contexto não só temporal, mas geográfico diferente. A base e seus fundamentos terão uma visão europeia de mundo e acerca do tema. Nesse sentido, é importante ter ciência desse contexto quando transpormos os debates para o nosso próprio território

Para entender as motivações da formulação deste documento, é importante compreender o contexto histórico e econômico da época. A maioria dos países europeus estava em pleno crescimento industrial, e as cidades passavam por um processo de inchaço populacional, problemas de sanitários e habitacionais (ver fig. 06).

Figura 6 - A Paris Pré-Haussmman registrada pelo fotógrafo francês Charles Marville, durante a segunda metade do século XIX.



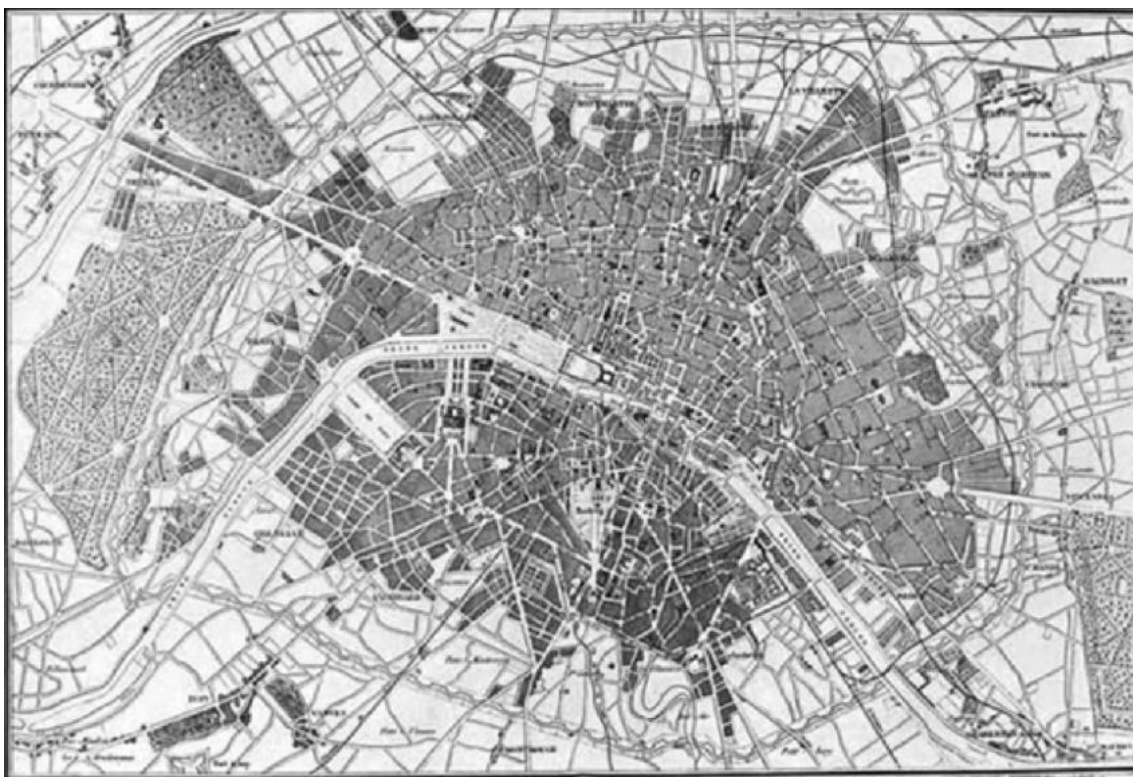
Fonte: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/paris-seculo-19-haussmann-exposicao-fotografia-nova-york/>. Acesso em 02/04/2022

Neste período, diversos planos urbanísticos eram propostos para a melhoria da qualidade de vida em cidades cada vez mais insalubres. Em Paris a implementação do plano urbanístico de Haussmman⁹ (ver figura 07 e 08) modificou drasticamente o antigo traçado urbano.

⁹ George-Eugène Haussman foi prefeito de Paris entre 1853 e 1870, quando coordenou a reforma urbana da cidade, determinada por Napoleão III.

Neste plano, o casario foi abaixo, e em seu lugar surgiram amplas e longas avenidas e bulevares, com construções padronizadas e infraestrutura urbana, com serviços de esgoto, gás encanado e abastecimento de água. No lugar das 120 mil habitações precárias destruídas, surgiram outras 320 mil modernas, distribuídas em mais de 300 km de novas vias que foram sendo construídas durante duas décadas. Essas novas unidades habitacionais seguiam um certo padrão e sua altura não ultrapassava os seis andares. Em todas essas mudanças, muitos monumentos e construções que à época da Revolução Francesa causaram preocupação pela sua preservação, vieram, também, abaixo.

Figura 7 - Plano de Paris anterior à intervenção de Haussmann – 1853



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Plano-de-Paris-anterior-a-intervencao-de-Haussmann-1853_fig2_312535163. Acesso em 02/04/2022

Figura 8 - Esquema dos grandes trabalhos de Haussmann em Paris: em preto as novas ruas, em tracejado quadriculado os novos bairros, em tracejado horizontal os dois grandes parques periféricos.



Fonte: < <http://www.bu.edu/av/ah/fall2008/ah382/lecture15/> >

As mudanças drásticas (ver figura 09) causaram certa nostalgia na população, despertando um certo apego, um apreço pelo pitoresco, pelo antigo. CHOAY (1925), denomina a Revolução Industrial como “a fronteira do irremediável” e descreve:

Escritores, intelectuais e artistas foram mobilizados por uma outra força: pela tomada de consciência de uma mudança de tempo histórico, de uma ruptura traumática do tempo. Sem dúvida, a entrada na era industrial, a brutalidade com que ela vem dividir a história das sociedades e de seu meio ambiente, o “nunca mais será como antes” que daí resulta estão entre as causas do romantismo, ao menos na Grã-Bretanha e na França. Contudo, o choque dessa ruptura extravasa amplamente o movimento romântico. [...] Com efeito, a consciência do advento de uma era nova e de suas consequências criou, em relação ao movimento histórico, outra mediação e outra distância, ao mesmo tempo que liberava energias adormecidas em favor de sua proteção. (CHOAY, 2006. p. 135)

Figura 9 - Plano de Haussmann: abertura da Avenue de l' Ópera, em Paris.



Fonte: <https://parissempreparis.com/o-barao-haussmann-e-paris-que-conhecemos-hoje/>. Acesso em 02/04/2022

Muitos princípios defendidos pela Carta de Atenas (1931) refletem os fundamentos do restauro filológico ou científico, desenvolvidos por Camillo Boito e consolidados por Gustavo Giovannoni, um dos expoentes da Conferência. Dentre eles ressalta-se: a manutenção e conservação regulares dos monumentos, o respeito ao caráter histórico e artístico dos edifícios, a utilização de materiais modernos nas consolidações e o estudo minucioso antes da intervenção (CURY, 1995).

A Carta de Atenas tem o Parthenon (ver figura 10), símbolo das ordens gregas, como grande canteiro experimental, ressalta a “colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto” na atividade de escavação que integra o ato de Conservar, destacando:

Quando se trata de **ruínas**, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (**anastilose**), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão sempre ser reconhecíveis. Quando for impossível a conservação de ruínas descobertas durante uma escavação, é aconselhável sepultá-las de novo depois de haver sido feito um estudo minucioso. [...] **Não é preciso dizer que a técnica e a conservação de uma escavação impõem a colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto.** (CURY, 1995, p. 17, grifo nosso)

Figura 10 - Parthenon, templo erguido na Acrópole grega dedicado à deusa Athena.

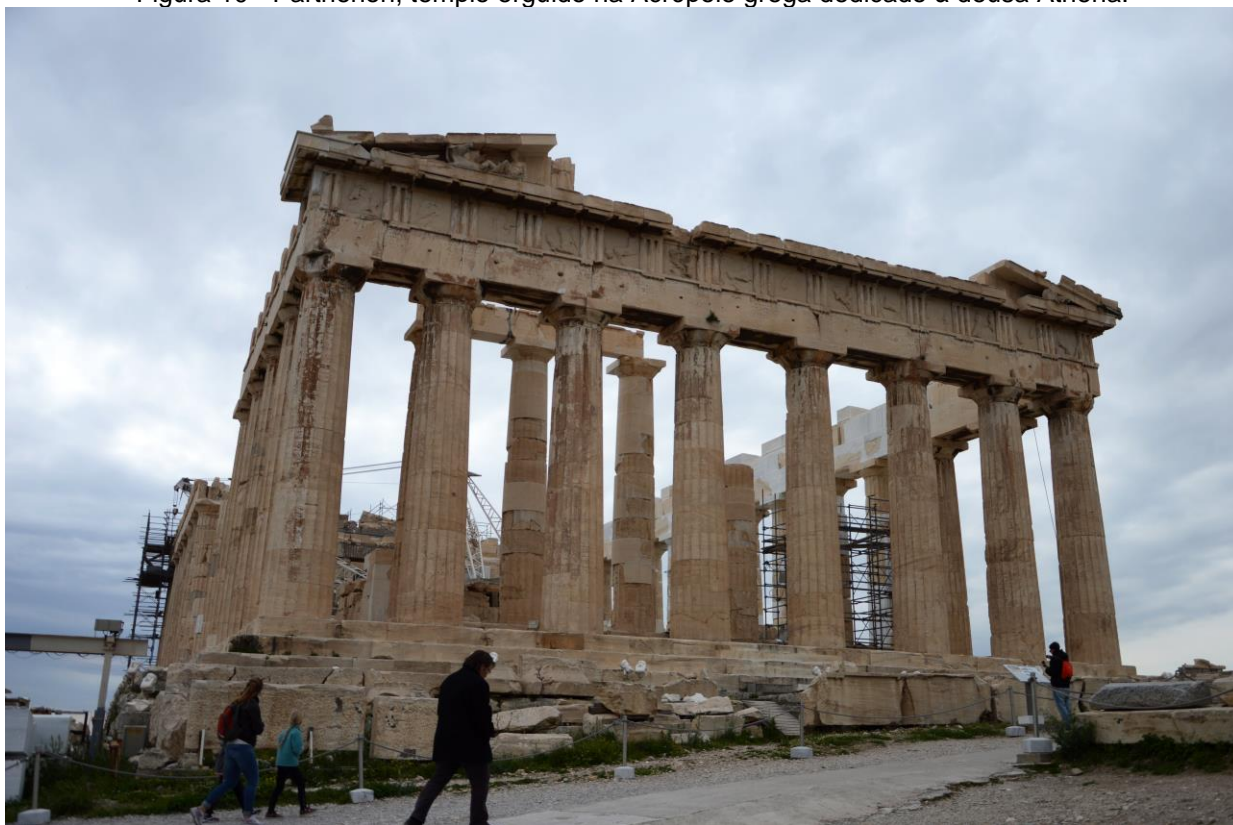


Foto: Thamires Leonel (2015)

Uma das principais considerações da Carta de Atenas (1931) é essa afirmação da necessidade de cooperação entre diversas áreas de conhecimento quando se trata da questão da restauração, ainda mais quando se trata de bens em estado de ruína. A **anastilose** (Fig. 11) é um termo arqueológico que nomeia uma técnica de reconstrução pela qual um edifício ou monumento em ruínas é restaurado usando os elementos arquitetônicos originais no maior grau possível, muitas vezes essa técnica apenas loca esses elementos nos lugares originais (Fig, 12), mesmo que eles não sejam mais tão íntegros assim, como no Templo de Zeus Olímpico (*λυμπείων*; *romaniz*) na Grécia, ou as Escavações de Pompeia (*pompei scavi*) na Itália.

Figura 11 - Anastilose utilizada no Templo de Zeus Olímpico, Atenas - Grécia



Foto: Thamires Leonel (2015)

Figura 12 - Escavação em Pompeia - Itália. Os vestígios arqueológicos encontrados foram locados utilizando o princípio da Anastilose



Foto: Thamires Leonel (2014)

Em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) elaborou a Carta de Veneza, com o foco na carência de um plano internacional para conservar e restaurar os bens culturais numa ação interdisciplinar.

Este documento defende que a conservação exige um trabalho constante, sendo sempre favorecida quando sua destinação é útil para a sociedade, nesse ponto já fica evidente a importância da definição de uso do bem patrimonial. Trata, ainda a conservação como sendo mais importante para a salvaguarda do bem que a própria restauração, sendo esta uma ação de caráter excepcional. Como diretriz importante, os elementos que substituírem as partes faltantes devem ser integrados de forma harmoniosa, porém é imprescindível que se distingam das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o objeto em questão (Iphan – Carta de Veneza, 1964).

Além da preocupação com o falso histórico, estabelece em seu Art.2º que “A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental”. Entre outros pontos, consta nesse documento a ideia de salvaguardar tanto a obra de arte em sua materialidade, quanto o testemunho histórico do bem (art. 3º); a necessidade de manutenção permanente dos monumentos (art. 4º); a importância da documentação de intervenções (art. 16) e, em especial, o seguinte:

Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. **A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.**

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

Artigo 15º - [...] devem ser asseguradas as manutenções das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar seu significado. **Todo trabalho de reconstrução deverá, portanto, ser excluído a priori, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja,**

a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas. (CARTA DE VENEZA, 1964. Grifos nossos)

É inegável que a atividade restaurativa é permeada por diversas disputas conceituais desde o seu advento no século XIX, seguindo paulatinamente as transformações no próprio conceito de sociedade. Em se tratando de ruínas, as decisões projetuais de restauração se destacaram de maneira gritante, pois, o bem arruinado está vulnerável, desnudo e exposto, muitas vezes com lacunas e partes que não existem mais.

A adoção de uma medida interventiva que leve o objeto aos seus áureos tempos é humanamente compreensível, especialmente quando identificamos sua presença no imaginário e nas retratações artísticas e românticas do mesmo, como foi apresentado no anteriormente. Por outro lado, enquanto as ruínas podem representar abandono, descaso, e declínio de um núcleo urbano, a sua supressão, substituição ou modificação podem significar a perda de registros importantes da história desse núcleo e da sua comunidade, ainda mais em se tratando de um conjunto patrimonializado.

É, então, necessário compreender que ruínas, assim como edificações abandonadas, são palco para diversas histórias que permeiam o imaginário local, histórias que podem circular por diversas gerações e que estão marcadas pela presença das pedras e estruturas que persistem ao tempo.

1.3- A ruína na Teoria da Restauração

A complexidade do campo da restauração é visível na intervenção de quaisquer bens materiais com valor cultural atribuído. Entretanto, em ruínas, as consequências da escolha projetual podem acarretar a perda total ou parcial das relações identitárias e simbólicas naquelas já reconhecidas como patrimônio cultural pelo seu valor enquanto ruína.

Por esse motivo, entende-se necessário abordar as principais correntes teóricas da restauração, pois, as mesmas, ainda baseiam decisões técnicas e práticas restaurativas atualmente.

O verbete restauração surge entre 1954 e 1868 no *Restauration* do *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française* do XI au XVI siècle e define:

RESTAURAÇÃO, s. f. A palavra e o assunto são modernos. **Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.** (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 29, grifo nosso).

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc criava uma das primeiras definições da restauração arquitetônica, iniciada a partir do segundo quartel do século XIX, quando foram disseminadas posturas e práticas de intervenção e discussões teóricas da restauração. Viollet-le-Duc atuou num momento de gênese do campo da restauração enquanto ciência e foi muito importante na criação de suas bases teóricas, como também na sua prática enquanto arquiteto, diretor de canteiro de obras, desenhista, entre outras atribuições.

1.3.1 - Restauro Estilístico

O período pós-Revolução Francesa marca uma urgência em sistematizar ações para salvar edifícios medievais, uma vez que incontáveis bens foram destruídos por ações de vandalismo. O panorama cultural da França era ainda dominado pela figura de Antoine Quatremère de Quincy e pelos ideais clássicos. Havia um crescente interesse pela arquitetura medieval que foi desconsiderada durante séculos e que por volta de 1820 e 1830 ganha status nacionalista.

Viollet-le-Duc, em sua atuação na Comissão dos Monumentos Históricos da França, documentou em inventário sobre edificações francesas diversas intervenções, acréscimos e alterações formais que não dialogavam com a originalidade estilística dos edifícios. As intervenções não seguiam determinados critérios e acabavam materializando o estilo de cada época em que aconteciam.

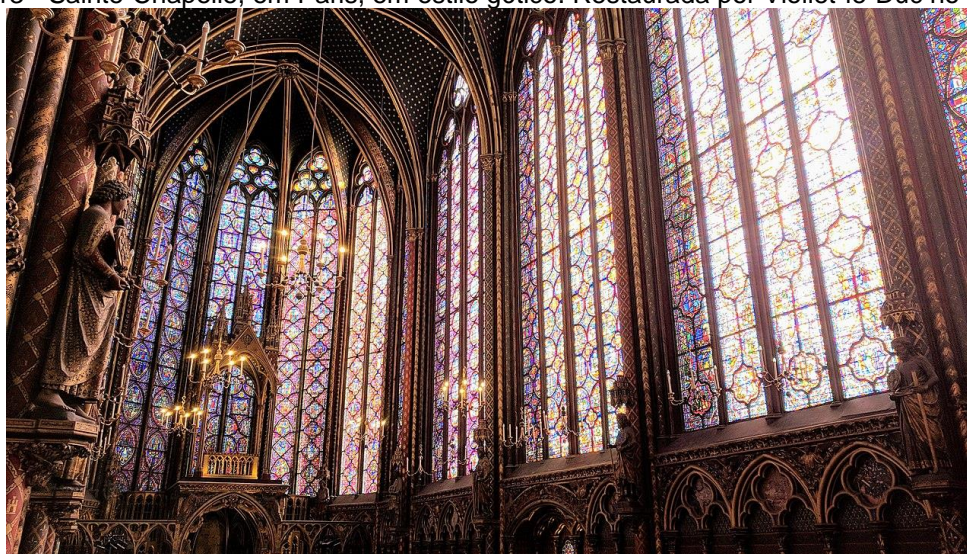
Nesse sentido, é criado pela comissão um programa que tem como principal argumento o princípio de “restaurar cada edifício no estilo que lhe é próprio” (VIOULET-LE-DUC, 2006, p. 47).

Viollet-le-Duc defendia que a forma e a função de um edifício deveriam estar intrinsecamente vinculadas, como também deveria haver uma coesão entre o programa proposto e a sua estrutura. Para ele, o arquiteto restaurador deveria “procurar entender profundamente um sistema, concebendo então um modelo ideal e impondo, a seguir, obra a obra, o esquema idealizado.” (KUHL, 2006 p.18)

Essa tentativa de interpretar o estilo de tal forma a atingir o seu modelo ideal, e transformar essa interpretação em uma intervenção irá se tornar uma prática da restauração francesa. Para entender a lógica construtiva dos edifícios era necessário haver um conhecimento profundo dos estilos arquitetônicos de cada local, dos quais o Gótico era o que mais debatido.

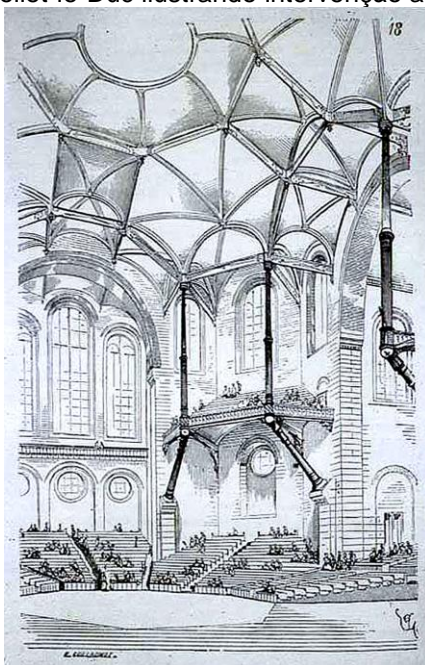
Uma obra de restauração que teve bastante importância sobre o campo do restauro e sobre o movimento neogótico foi a da Sainte Chapelle (ver figura 13 e 14), iniciada em 1836. Tal restauração baseou-se em documentos e indícios existentes e que aconteceu como um verdadeiro laboratório experimental, para colocar em prática o que estava sendo teoricamente construído.

Figura 13 - Sainte-Chapelle, em Paris, em estilo gótico. Restaurada por Viollet-le-Duc no séc. XIX.



Fonte: <https://stringfixer.com/pt/Sainte-Chapelle>, acesso em 20 de julho de 2022.

Figura 14 - Esboço de Viollet-le-Duc ilustrando intervenção analógica a partir do gótico.



Fonte: https://stringfixer.com/pt/Eugene_Viollet-le-Duc, acesso em 20 de julho de 2022.

Le-Duc utilizava técnicas da arqueologia, as quais forneciam conhecimento meticuloso e a posição precisa de elementos e fragmentos dispersos no edifício, para que a partir da anastilose pudesse encontrar seu devido lugar, recompondo, assim, o estilo arquitetônico da obra. Essa técnica era utilizada tanto para pequenas perdas, como para o caso de arruinamento total do edifício, onde a reconstrução estilística também era admitida. Esse conceito de reconstrução irá centralizar os debates acerca da criação de falso histórico, repudiada por outros teóricos.

Antes de mais nada, antes de ser arqueólogo, **o arquiteto encarregado de uma restauração** deve ser um construtor hábil e experimentado, não somente do ponto de vista geral, mas do ponto de vista particular; isto é, **deve conhecer os procedimentos de construção admitidos nas diferentes épocas de nossa arte e nas diversas escolas**. (VIOUET-LE-DUC, 2006, p. 49, grifo nosso).

[...] é necessário, antes de começar, tudo buscar, tudo examinar, reunir os menores fragmentos tendo o cuidado de constatar o ponto onde foram descobertos, e somente iniciar a obra quando **todos esses remanescentes tiverem encontrado logicamente sua destinação e seu lugar, como os pedaços de um jogo de paciência**. (VIOUET-LE-DUC, 2006, p. 70, grifo nosso).

Além do conhecimento que permeia outras áreas, como a arqueologia, e o conhecimento teórico necessário para dominar os estilos arquitetônicos, outro fator imprescindível seria o conhecimento dos materiais de construção, de suas

características e sua relação com as técnicas construtivas, sua durabilidade e desempenho, a fim de escolher sempre materiais que possam ter um desempenho melhor.

Os elementos acrescentados ou substitutos deveriam ser de boa qualidade para assegurar sua durabilidade “Nas restaurações, há uma condição dominante que se deve ter sempre em mente. É a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por meios mais eficazes e mais perfeitos” (Viollet-Le-Duc, 2006, p. 54).

Viollet-le-Duc vai do exercício teórico ao exercício prático em edifícios medievais e passa a tentar entender o projeto como um todo. Para ele não é suficiente, apenas, em fazer uma reconstituição hipotética do estado original daquele edifício, mas procura fazer uma “reconstituição” do que teria sido feito se, quando realizada a construção, detivessem todos os conhecimentos, técnicas e experiências da sua própria época.

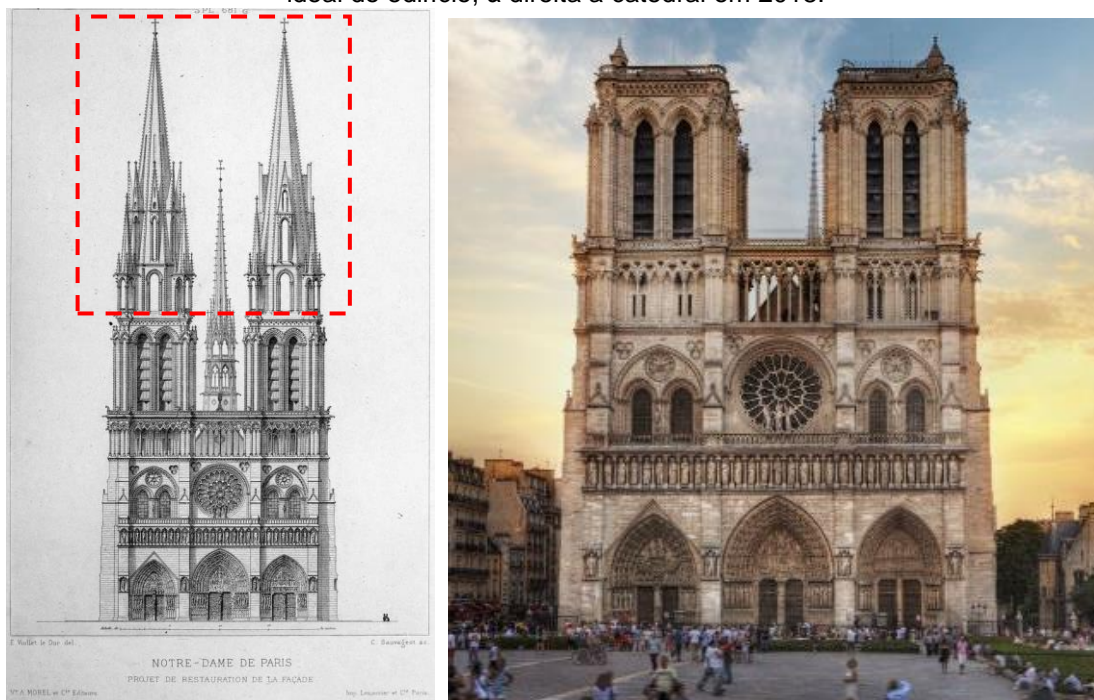
O seu procedimento se caracterizava por, inicialmente, procurar entender profundamente um sistema, concebendo então um modelo ideal e impondo a seguir, sobre a obra, o esquema idealizado. (KUHL, 2006, p. 18).

Esse método foi bastante aplicado por ele em muitas restaurações, sem o respeito que a maioria de seus contemporâneos, na França e em outros países, tinham pela matéria, pela configuração original das obras e pelas marcas do tempo, como afirma KUHL:

Algumas vezes alterou partes originais que considerava “defeituosas”, em vários exemplos não respeitou modificações posteriores, buscando a pureza de estilo e não se acanhava em fazer reconstituições de grande extensão. Sua relativa falta de cerimônia em relação ao preexistente era algo bastante diferente da prudência apresentada nas obras e nas justificativas para o projeto de Notre-Dame de Paris, cujo texto sofreu provavelmente grande influência de Lassus. (KUHL, 2006, p.19)

Embora KUHL (2006) cite um respeito na execução da restauração de Notre-Dame de Paris, a proposta feita por Viollet-le-Duc para a Notre-Dame de Paris segue os preceitos da restauração estilística. O estado ideal sugerido por ele ao edifício incorporava além da construção da agulha do cruzeiro central, outras duas torres que não foram executadas (ver fig 15). A complementação estilística foi realizada na fachada com a inserção de baixos relevos e a reconstrução das estátuas que haviam sido decapitadas pelos revolucionários.

Figura 15 - A Notre Dame de Paris, proposta de restauração feita por Le-Duc que visava atingir o estado ideal do edifício, à direita a catedral em 2018.



Fonte: <https://9gag.com/gag/a4QVZv6>, 20 de julho de 2022

Em se tratando da Notre-Dame de Paris, cabe abrir um parêntese para considerar mais um capítulo de sua história. Ocorreu em 15 de abril de 2019, um incêndio (ver fig. 16) de proporções trágicas que atingiu parte de seu patrimônio artístico e religioso. Mais de 14 horas de incêndio levou abaixo 850 anos de uma construção que testemunhou a passagem de três dezenas de reis, sobreviveu à Revolução Francesa (apesar dos danos), coroou Napoleão Bonaparte como imperador, testemunhou a ascensão da República na França e resistiu a duas guerras mundiais.

Figura 16 - A Notre Dame de Paris em chamas



Fonte: <https://istoe.com.br/wp-content/uploads/2019/04/69-4.jpg>. Acesso em 20/07/2022

A flecha (agulha principal de madeira caiu sobre o telhado, telhado este que restou completamente destruído, também houve perda de rosácea lateral no canto superior. Alguns arcos ruíram, e uma cratera abriu-se no coro.

As consequências do incêndio, no entanto, são bastante preocupantes. Um dos problemas é a umidade causada pela água jogada para controlar o fogo: "O prédio ainda está muito, muito molhado. Pode levar até dez anos para que tudo fique seco. Isso não é um bom presságio para a restauração, já que há pressão para a reforma. O que quer que seja pintado ou esculpido agora não vai durar muito, pois vai se soltar novamente em algum momento devido à umidade na alvenaria", destaca Schock-Werner, ex-arquiteta da Catedral de Colônia.

Muitas são as divergências, também, acerca de como se deve dar essa restauração. Visto que esses elementos não existem mais, viraram cinzas. O principal ponto de debate e opiniões opostas é a respeito da reconstrução da flecha (torre mais alta a catedral. O Governo Francês lançou concurso internacional para a reconstrução da mesma, mas não tem certeza se ela deverá ter um novo desenho, ou, deve seguir fielmente o que era antes.

Seguindo a posição teórica de Viollet-le-Duc, que tipo de intervenção o mesmo proporia após esse incêndio? Certamente ele iria propor que a forma da flecha e os elementos perdidos atingissem um estado ideal, melhor do que o anterior.

Essa posição era fundamentalmente oposta à de John Ruskin, que na Inglaterra faz pesadas críticas a forma como ele conduz e desrespeita a originalidade dos edifícios. Ruskin encabeçava um movimento que pregava “absoluto respeito pela matéria original, que levava em consideração as transformações feitas em uma obra no decorrer do tempo.” (KUHL, 2006, p.19)

Ruskin, provavelmente, se oporia a qualquer reconstrução da Catedral, e diria que as marcas do incêndio fazem parte da história do edifício e não deveriam ser apagadas. Essa afirmação baseia-se no que Ruskin defendia no campo da restauração, com seu anti-restauro e demonstra como os paradigmas estabelecidos por esses teóricos mantêm-se sobre circunstâncias atuais

1.3.2 - Anti- Restauro

O movimento anti-restauro, com ideias extremamente opostas aos princípios preconizados pelo restauro estilístico, teve sua origem no pensamento nostálgico despertado durante as mudanças econômicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial. O seu precursor foi o crítico de arte inglês John Ruskin, que tinha uma visão romântica da arquitetura, a tratando em seus escritos através do sublime e do pitoresco. A beleza arquitetônica era por Ruskin aproximada à beleza da natureza e os produtos verdadeiramente belos eram aqueles feitos pelo homem, não os fabricados pela máquina: “[...] é bom ter ao alcance não apenas o que os homens pensaram e sentiram, mas o que suas mãos manusearam, e sua força forjou, e seus olhos contemplaram, durante todos os dias de suas vidas” (RUSKIN, 2008, p. 54).

O livro *The Seven Lamps of Architecture*, publicado por Ruskin em 1849, traz uma reflexão sobre os sete valores que iluminam a arquitetura: o sacrifício, a verdade, a potência, a beleza, a vida, a memória e a obediência. No capítulo “A Lâmpada da Memória”, é discutido o papel da arquitetura e sua preservação, contendo uma crítica

às restaurações executadas nesse período na Europa, as quais Ruskin considerava uma “imitação ordinária e vulgar”. Para ele, era inconcebível se falar em restauração, ela significa:

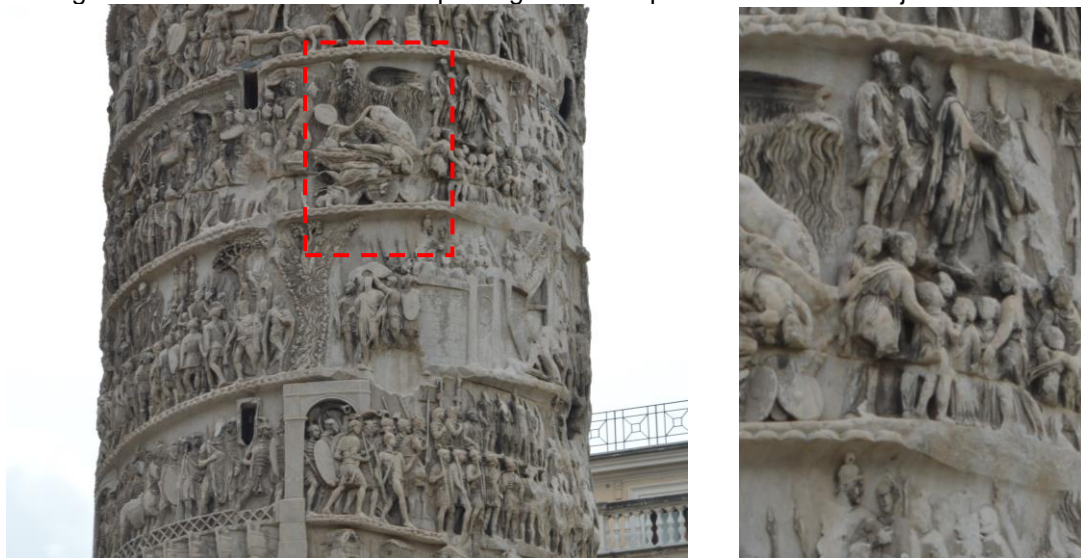
[...] a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída [...]. De destruição mais arbitrária ou ignorante [do que a restauração] é inútil falar; [...] a nossa opção por preservar ou não os edifícios dos tempos passados não é uma questão de conveniência ou de simpatia. **Nós não temos qualquer direito de tocá-los. Eles não são nossos. Eles pertencem em parte àqueles que os construíram, e em parte a todas as gerações da humanidade que nos sucederão** (RUSKIN, 2008, p. 79, grifos nossos).

Para os adeptos do anti-restauro, a ação do tempo na superfície de um monumento – a pátina – comprova a autenticidade de sua matéria (ver fig. 17) e a mínima superfície de acabamento tocada se revela numa nova obra:

É naquela mancha dourada do tempo que devemos procurar a verdadeira luz; a cor e o valor da arquitetura; e somente quando um edifício tiver assumido esse caráter – [...] quando suas paredes tiverem presenciado o sofrimento, e seus pilares ascenderem das sombras da morte – sua existência, mais duradoura do que a dos objetos naturais do mundo ao seu redor, poderá ser agraciada com os mesmos dons de linguagem e vida que esses possuem. (RUSKIN, 2008, p.68, grifo nosso).

A dimensão estética conferida pela pátina à arquitetura, sendo ela o motivo de apreciação da beleza do passado, é traduzida por Aloïs Riegl (2006), como o valor de antiguidade de um monumento, aquele que expõe as forças destrutivas da natureza. O valor de antiguidade difere do valor histórico, que representa um estado particular no desenvolvimento de um domínio humano e é “tanto maior quanto mais puramente se revela o estado original e acabado do monumento” (RIEGL, 2006, p. 76).

Figura 17 - Pátina ou marcas da passagem do tempo em Coluna de Trajano - Roma



Fonte: Thamires Leonel (2015)

Apesar de não propor a intervenção restaurativa como ação preservacionista, o Anti-restauro defende operações de consolidação estrutural e a manutenção e conservação constantes para prolongar a vida do edifício até o seu desfalecimento total, conforme RUSKIN (2008):

Zelee por um edifício antigo com ansioso desvelo; proteja-o o melhor possível, e a qualquer custo, de todas as ameaças de dilapidação. [...] amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apóie-o com escoras de madeira onde ele desabar; não se importe com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido (RUSKIN, 2008, p. 82, grifos nossos).

Esse mesmo preceito foi amplamente defendido na Carta de Veneza (1964), como discutido anteriormente. Como é possível perceber, Ruskin e Violet-le Duc são opostos radicais acerca do mesmo tema. O teórico Italiano Camilo Boito (1836 - 1914) logrou atingir o meio termo entre essas duas correntes, no que denominou Restauro filológico ou Científico.

1.3.3 - Restauro filológico ou científico

O pensamento do arquiteto, engenheiro e historiador da arte italiano Camillo Boito constituiu o eixo da corrente teórica conhecida como restauro filológico ou restauro científico. Concordando em alguns princípios com o inglês John Ruskin, apesar de acusá-lo de impiedoso, e por vezes tangenciando a teoria de Viollet-le-Duc, o qual criticava pela arbitrariedade, Boito desenvolveu uma teoria intermediária, com contribuições à pintura, escultura e à arquitetura. Segundo ele, “para bem restaurar é necessário amar e entender o monumento” (BOITO, 2008, p. 31).

A denominação “restauro filológico” deriva do fato desta ação restaurativa assemelhar-se a edições críticas de textos, onde as interpolações e interpretações são feitas através de elementos diferenciados como tipo e cor da letra (KÜHL, 2013, p. 26). Este tipo de restauro dava ênfase ao valor da obra enquanto documento e testemunho histórico, por esse motivo as adições deveriam ser respeitadas, as intervenções seriam mínimas e se necessárias, teriam clara distinção entre as partes reintegradas e o edifício antigo, deste modo, era possível ler o monumento como um documento material íntegro e autêntico.

É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco. **É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje** (BOITO, 2008, p. 60, grifo nosso).

Podemos dizer que Boito contribuiu de forma direta para a formulação dos princípios modernos de restauração, na medida em que defendia o respeito à matéria original da pré-existência, demarcando bem as intervenções realizadas; a reversibilidade e distinção das intervenções, nenhuma mudaria o bem permanentemente; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção, ele não buscava nenhum estado ideal como Le-Duc, mas não se furtava a fazer intervenções necessárias, como Ruskin; a manutenção dos acréscimos de épocas passadas entendendo-as como parte da história da edificação, assim como, buscou harmonizar as arquiteturas do passado e do presente a partir da distinção de sua materialidade.

Ou teórico importante, Gustavo Giovannoni reafirmou os fundamentos da teoria de Camillo Boito, defendidos desde 1883, e consolidou a linha de pensamento do restauro científico ou filológico na Carta de Atenas (1931) e na legislação italiana de proteção aos monumentos. A atuação deste arquiteto e engenheiro no campo do urbanismo foi fundamental para o entendimento da cidade como um organismo complexo e a compreensão dos tecidos urbanos e da “carta” como patrimônio (KÜHL, 2013).

1.3.4 O Restauro Crítico Brandiano

O italiano Cesare Brandi (1963), importante teórico da restauração do século XX, que desenvolveu a ideia do restauro crítico afirma, em relação às ruínas:

“[...] poderá se chamar de ruína algo que testemunhe um tempo humano, mesmo que não seja exclusivamente relativo a uma forma perdida e recebida pela atividade humana. [...]. Ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes. (BRANDI, 2004, p.65).

Ou seja, a ruína é um objeto da criação humana que perdeu características de sua materialidade, que não possui mais a esteticidade de seu estado original, tendo perdido sua unidade potencial, mas que ainda é carregada de valor de historicidade. Para BRANDI, a restauração” deve visar ao restabelecimento da **unidade potencial** da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p. 33, grifo nosso).

E afirma, ainda que “Não basta saber como, mesmo se com a mais vasta e minuciosa documentação, a obra era antes de se tornar uma ruína. A reconstrução, a repristinação, as cópias não podem nem mesmo ser tratadas como tema de restauração [...]” (BRANDI, 2004, p.67).

Assim, é a própria condição da obra de arte no momento, em caso de restauração, que irá delinear os limites da ação restaurativa, que em relação a instância histórica deve “limitar-se a desenvolver as sugestões implícitas nos próprios fragmentos

ou encontráveis em testemunhos autênticos do estado originário” (BRANDI, 2004, p. 47).

Em relação à instância estética, o que se deve considerar é a matéria original da obra pois “a unidade figurativa da obra de arte se dá concomitantemente com a intuição da imagem como obra de arte” (BRANDI, 2004 p. 46), mas em relação ao que poderíamos considerar como uma instância patrimonial a intervenção pode mesmo não contemplar a restauração.

1.3.5. A teoria contemporânea de Viñas

Salvador Muñoz Viñas, professor titular e atual diretor do Departamento de Conservação e Restauração da Universidade Politécnica de Valência, na Espanha, elaborou sua teoria contemporânea de restauração de uma maneira muito corajosa, debatendo os paradigmas, quase mandamentos, da área da preservação do patrimônio cultural, muitos deles ditados pelos autores aqui citados anteriormente.

Vinãs demarca de maneira contundente que, se ele propõe uma teoria contemporânea, em contraponto a ela estão as teorias clássicas, e que essas apresentam-se limitadas para o estado atual da cultura. Além disso, deixa explícita a sua personalidade na construção da teoria e afirma:

Esse texto não é completamente inocente e neutro. Falar de teoria contemporânea da restauração implica na existência de uma teoria da restauração que não é contemporânea, é dizer que existe uma teoria de restauração que pertence ao passado (e que, por isso mesmo, tenha se tornado obsoleta) e que existe uma teoria, diferente da anterior, que é atual e que responde a problemas de hoje a partir de uma perspectiva no nosso tempo.
¹⁰(VINÃS, 2004, p. 13, tradução nossa)

Vinãs propõe que a teoria contemporânea já existe, porém, de maneira difusa e desordenada, ele se coloca como um organizador de ideias e não só ideias, mas de teorizar uma prática de restauração que já acontece em diversas camadas do campo, e diz:

¹⁰ Este texto no es completamente inocente o neutral. Hablar de teoría contemporánea de la restauración implica que existe una teoría de la restauración que no es contemporánea, es decir, que existe una teoría de la restauración que pertenece al pasado (y que por ello mismo probablemente haya obsoleta), y que responde a los problemas de hoy desde una perspectiva de nuestro tiempo.

Certamente, a teoria da restauração existe, mas de maneira difusa. As teorias clássicas possuem seus textos canônicos (Brandi, Le-Duc, Ruskin, Boito, Baldini, etc). que se editam e reeditam, que se citam excessivamente, e se repetem em espaços mais ou menos acadêmicos. Porém, a teoria contemporânea ainda não os tem: está expressa, muitas vezes de forma implícita, em artigos ou conferências, na internet, em congressos, debates privados ou nos próprios trabalhos de restauração. ¹¹(VINÃS, 2004, p. 13, tradução nossa)

O texto coloca as teorias clássicas como limitadas, considerando que nem todos os objetos sujeitos a restauração são obras de arte, bem como os motivos que levam a restauração desses bens podem estar ligados a outros valores além do histórico e artístico, sejam eles ideológicos, religiosos, afetivos, etc.

O autor projeta o olhar, antes direcionado ao objeto cultural e a sua materialidade, para a função e significado que esse objeto representa em relação aos seus grupos de pertencimento, questiona vários paradigmas da teoria da restauração, especialmente aqueles oriundos da teoria brandiana, publicada em meados do século XX.

Para o autor, a objetividade fundamentada na abordagem científica da restauração seria substituída por uma subjetividade, diretamente ligada ao sujeito que põe em prática o ato de restaurar, e não só isso, mas também na eleição de quais objetos merecem ser restaurados, e afirma:

A restauração é uma atividade baseada no 'gosto' de cada momento ou de cada pessoa. O gosto influencia os critérios de restauração usados em cada caso de três maneiras: 1. Contribuindo à priorização de restauração de uns objetos em detrimento de outros; 2. Fazendo prevalecer um 'estado de verdade' sobre outros; 3. Recriando esse estado de uma forma ou de outra¹². (VINÃS, 2004, p. 96, tradução nossa)

Em uma restauração, as técnicas científicas de investigação permitem alcançar um conhecimento mais preciso de como era um objeto em um momento concreto de sua evolução, mas é o restaurador, quem decide, acima do

¹¹ Ciertamente, la teoría contemporánea existe, pero en un estado difuso. Las teorías clásicas tienen sus texto canónicos (Brandi, Le-Duc, Ruskin, Boito, Baldini, etc.), que se editan y reeditan, que se citan profusamente y se repiten en foros más o menos académicos. Pero la teoría contemporánea aún no los tiene: está expresa, muchas veces de forma lateral o implícita, en artículos, en conferencias, en internet, en congresos, en conversaciones privadas, o en los propios trabajos de restauración.

¹² La Restauración es una actividad basada en el gusto de cada momento o de cada persona. El gusto influye sobre los criterios de Restauración empleados en cada caso de tres maneras distintas: 1. Contribuyendo a la priorización de la Restauración de unos objetos sobre otros. 2. Haciendo prevalecer un estado de verdad sobre otros. 3. Recreando esse estado de uma forma u otra.

conhecimento científico, quem determina o *estado proposto*.¹³ (VINÃS, 2004, p. 105, tradução nossa)

Esse debate sobre ‘gosto’ e sobre a decisão do restaurador que o ator provoca, está presente quando refletimos na escolha de determinados objetos em detrimento de outros para elencar o hall dos objetos patrimoniais, na formação do patrimônio institucionalizado e construção de identidades nacionais, seja na Europa, seja no Brasil.

Viñas coloca o sujeito como protagonista da ação restaurativa, elaborando uma mudança de paradigma, não mais a pergunta é sobre o que se restaura, mas para que e para quem se restaura.

Entre os conceitos simbólicos dos objetos de Restauração que Vinãs traz, ainda na primeira parte do texto, estão os *valores de identificación grupal que diz*:

Se representam conocimientos e acontecimientos considerados cruciales na formação de uma identidade grupal, ou formam parte reconocível de entornos culturais ou físicos comuns a um grupo de indivíduos e cuja identificación permite a esses indivíduos reconhecer-se como parte de um coletivo. São marcos que existem como se sempre tivessem existido, e que podem passar despercebidos pelos próprios membros do grupo, mas que caracterizam sua identidade ou seu habitat.¹⁴ (VINÃS, 2004, p. 53, tradução nossa)

É notório o caminho desenhando desde as teorias clássicas, onde a materialidade do objeto era o ponto central da discussão, até a teoria contemporânea de Viñas, passando pelo conceito do juízo crítico de valor, presente não só na Teoria da Restauração Brandi, como também no pensamento de Alois Riegl em “O culto Moderno dos Monumentos: sua essência, e sua gênese” (2006) e que está presente, também, na Carta de Veneza (1964), explicitada no seguinte trecho: “O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto”. Ou seja, há de se haver um processo coletivo

¹³ Em una restauración, las técnicas científicas de investigación permiten alcanzar un conocimiento más preciso de como era um objeto em un momento concreto de su evolución, pero de como era un objeto em un momento concreto de su evolución, pero es el restaurador, o los decididores por encima de él, quienes determinan el *protoestado*.

¹⁴ Valores de identificación grupal. Se representan conocimientos o acontecimientos considerados cruciales em la formación de una identidad grupal, o forman parte reconocible de entornos culturales o físicos comunes a un grupo de indivíduos y cuya identificación les permite reconocerse como parte de um colectivo. Son hitos que se dan por supuesto, y que pueden pasar desapercibidos para los propios miembros del grupo, pero que caracterizan su identidad o su hábitat.

de trabalho, bem como justificativas bem fundamentadas para as tomadas de decisão para como se intervir.

Os arcabouços das teorias da restauração aqui postas devem servir para este trabalho como espécie de material histórico, e uma tentativa de debater as diferentes teorias do campo restaurativo, não servindo como um manual, nem, de maneira anacrônica, como uma atividade prática prescritiva. Coloca-se, sobretudo, para demonstrar que a principal problemática do objeto aqui estudado não é teórica, a teoria está dada nos diferentes espaços de discussão, mas sim, um problema metodológico, não só de como preservar os objetos históricos (sobre o que se debruçam as teorias clássicas) mas para que e para quem se preservam esses objetos (teoria contemporânea).

Na prática, buscando antecipar os aspectos dos casos de Laranjeiras-SE, quanto ao exercício de julgamento, tomada de decisão e identificação grupal em relação às ruínas, objetos dessa pesquisa, podemos relatar que elas não esses conceitos não estão muito claros quando se trata delas, como também, outras variáveis, externas à discussão patrimonial e de restauração, atingem as mesmas.

Entretanto, antes de trazer para o debate as ruínas de Laranjeiras, entender que tipos de ruínas são essas, entende-se como importante entender como se deu a construção do campo do Patrimônio Cultural no Brasil, mas explicitando o lugar da ruína nessa construção, e onde as ruínas de Laranjeiras se enquadram nesse debate.

2- Ruínas Patrimônio: Panorama Brasileiro

Para compreender o lugar das ruínas nas políticas de salvaguarda brasileiras, é importante traçar o panorama geral da construção dessas políticas no início do século XX, sua aplicação até os dias atuais, e o lugar que as ruínas, enquanto objetos específicos, ocuparam e ocupam nesses contextos.

O declínio europeu, causado pelos impactos da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), unido à onda nacionalista, impulsiona a realização, na década de 1920, dos primeiros inventários da Arquitetura Colonial Brasileira. Esse reconhecimento da Arquitetura Brasileira provoca a disseminação do estilo Neocolonial na arquitetura. Além disso, há forte mobilização popular em oposição à evasão das obras de artes nacionais para o exterior. E é nesse contexto que são criadas as primeiras leis de proteção ao patrimônio.

Entretanto, o desejo de colocar em pauta a questão do patrimônio brasileiro antecede, em muito, o momento citado. A primeira notícia da manifestação do pensamento e do propósito visando à proteção dos monumentos antigos data do século XVIII. A preocupação com o arruinamento de bens e monumentos arquitetônicos provoca as primeiras tentativas de ação nesse contexto, que tem como personagem em destaque D. André de Melo Castro, Conde das Galveias, segundo escritos de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937)¹⁵ em sua publicação “Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos (1952)”:

Foi ao tomar conhecimento desse alvitre do Governador de Pernambuco, o Vice-Rei, Conde das Galveias, lhe escreveu estas palavras memoráveis, datadas de 5 de abril de 1742: “Pelo que respeita aos Quarteis que se pretendem mudar para o Palácio das duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que **em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução**, mas ainda me lastima mais que, com ela, **se arruinará também, uma memória** que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na restauração dessa Capitania [...]. (ANDRARE, 1952, p.65. Grifos nossos)

¹⁵ Rodrigo Melo Franco de Andrade foi um advogado, jornalista e escritor brasileiro. Ele assumiu a direção do Sphan oficialmente em 1937 e durante 30 anos dedicou-se à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. A partir daí, a proteção dos bens patrimoniais do país passou a ser sua atividade principal, deixando em segundo plano a literatura, o jornalismo e a advocacia.

Nota-se, no referido texto, já naquela época, uma preocupação com o arruinamento de bens e conotativamente, o arruinamento da memória da história nacional da ocupação do território brasileiro.

A segunda iniciativa que se tem documentada, parte dos poderes públicos no Brasil, que, segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade (1952), constitui num “aviso de 31 de dezembro de 1855, expedido pelo Ministro do Império Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz para que “tivesse o maior cuidado na reparação dos monumentos a fim de não se destruírem as inscrições que por ventura neles estivessem gravadas. ”

Diversos escritores apontaram a necessidade de medidas eficazes para salvaguardar o patrimônio brasileiro, em 1920 professor Bruno Lobo, então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, solicita um anteprojeto de Lei de defesa do patrimônio ao professor Roberto Childe, conservador de Antiguidades Clássicas, que redige um ofício em resposta, citando o que a lei deveria determinar como patrimônio nacional:

Consideradas como riquezas nacionais e de propriedade exclusiva de cada Estado da União, as **ruínas**, edifícios, jazidas, grutas, cemitérios, sambaquis, pedras levantadas, poços, etc. contendo ou não fosseis ou objetos de natureza paleontológica ou arqueológica, histórica, etc. fossem encontradas na superfície ou debaixo da terra, em floresta, campo aberto ou propriedades particulares, dentro dos limites territoriais dos bens assim especificados. (CHILDE, apud ANDRADE, 1952, p. 68. Grifo nosso)

Nota-se, nesse trecho de tentativa de projeto de Lei, um destaque para as ruínas como categoria específica do patrimônio nacional, entre os diversos tipos de objetos que são elencados. Esse texto tornou-se de impraticável aplicação por motivos relacionados à propriedade do bem:

Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à **propriedade**, nos termos seguintes:

§ 1º - Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 2º - Todos são iguais perante a lei. (BRASIL, Constituição Federal 1891)

Em 1923, a preocupação com o estado de arruinamento dos bens arquitetônicos ganha destaque, também, quando da criação da Inspeção de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, como aponta ROSCH (2015):

Ao verificar os incipientes discursos desse contexto, constata-se que as menções às ruínas enfatizam o problema do estado físico de conservação de um bem arquitetônico. As considerações do deputado pernambucano Luiz Cedro no discurso de apresentação de seu projeto de lei para a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil em 1923 são muito elucidativas: “O culto do passado, senhores, não deve limitar-se à comemoração [...]. Comemoremo-lo também por outros modos menos platônicos, como o de **evitar a destruição deste patrimônio** [...]” (ANDRADE, R. M. F., 1952, p. 19 - grifo nosso) (ROSCH, Angela. 2015, p. 39)

Entre os diversos textos e tentativas de estruturar uma política patrimonial, definir e categorizar esse patrimônio, destaca-se o anteprojeto de Mário de Andrade que vai balizar o texto do Decreto Lei 25/37, Decreto este que, desde então, vem sendo realizado para salvaguardar o patrimônio brasileiro.

A provocação parte do então ministro titular da pasta da Educação e Saúde (1934-1945) Gustavo Capanema¹⁶, que coloca em prática estudos para a elaboração de um novo projeto de Lei Federal referente ao assunto.

Delegando essa missão ao então Diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo o escritor Mário de Andrade¹⁷ que estruturou um texto em três capítulos, no Capítulo II definia o patrimônio artístico nacional, especificando os bens e as categorias as quais deveriam pertencer, sendo elas: arte arqueológica; arte ameríndia; arte popular, arte histórica; arte erudita nacional; arte erudita estrangeira; artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras.

Nota-se que na redação do anteprojeto de Lei, não se fala das ruínas como uma categoria isolada de patrimônio, estando as mesmas inseridas na categoria de Arte Histórica que especifica:

¹⁶ Gustavo Capanema foi um político brasileiro. Foi o Ministro da Educação que mais tempo ficou no cargo em toda a história do Brasil (1934 a 1945, aproximadamente 11 anos contínuos). Considera-se a gestão do Ministro Capanema como uma das mais férteis do ministério que posteriormente foi desmembrado. Nesse período foram criados e fundados órgãos como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, vários museus, a Faculdade de Filosofia, o Conselho Nacional de Desportos, o SENAI, o Conservatório Nacional do Canto Orfeônico, os Serviços Nacionais de Tuberculose, Lepra, Câncer, Febre Amarela, Malária e o de Doenças Mentais.

¹⁷ Em 1935 Mário foi um dos criadores e primeiro diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo. Na mesma década, redigiu o anteprojeto de criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que se tornaria o IPHAN). Como assistente técnico do SPHAN, Mário elaborou em 1937, com a colaboração de Luiz Saia, Nuto Sant'Ana e do fotógrafo Germano Graeser, um relatório sobre “monumentos arquitetônicos de valor histórico ou artístico” no Estado de São Paulo. Nele, foram listados edifícios considerados dignos de tombamento pelo órgão federal.

Da Arte Histórica (4)

Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e sua evolução nacional. Essas manifestações podem ser:

Monumentos – (Há certas obras-de-arte arquitetônicas, escultórica, pictórica que, sob o ponto-de-vista de arte pura não são dignas de admiração, não orgulham um país nem celebrariam o autor delas. Mas porque fossem criadas para um determinado fim que se tornou histórico – o forte de obifos, o dos Reis Magos – ou porque se passaram nelas fatos significativos da nossa história - a Ilha Fiscal, o palácio dos Governadores de Outro Preto – ou ainda porque viveram nela figuras ilustres da nacionalidade – a casa de Tiradentes em São João d'El Rey, a casa de Rui Barbosa – **devem ser conservados tal como estão** ou recompostos na sua imagem “Histórica”. **Ruínas**, igrejas, fortes solares etc. (Anteprojeto de Lei de Mário de Andrade, p. 04 – Grifo Nosso)

É curioso notar que no anteprojeto de Mário de Andrade, as ruínas aparecem numa categoria que não leva em consideração valor artístico ou estético, quando ele cita que “sob o ponto de vista de arte pura não são dignas de admiração”, frisando o valor histórico para que seja considerado patrimônio. O texto diz, ainda, que devem ser “conservadas tal como estão”. Sobre o anteprojeto, destaca ROSCH (2015):

Conforme Fonseca (1997) esse anteprojeto é caracterizado por uma concepção Antropológica de cultura enfatizando o caráter popular e as identidades locais; o tema do patrimônio e sua preservação tem um **embasamento conceitual que enfatizava o valor histórico da obra de arte patrimonial, da qual as ruínas são especificadas como elementos representativos da “arte histórica”** (ANDRADE, M. 1936 *In*: MEC, 1980, p. 92 apud ROSCH, 2015, p. 40)

Utilizando como base o anteprojeto de Lei de Mário de Andrade, a criação do Serviço Nacional de Preservação do Patrimônio (SPHAN), como primeiro órgão nacional de proteção do Patrimônio, se dá em 1936, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, ainda sob a direção de Gustavo Capanema.

Nesse sentido, é importante analisar o contexto político da época e as intenções ao criar o órgão específico para salvaguardar o patrimônio nacional. Com destaque para a constituição do Estado Novo por Getúlio Vargas (1882-1954) que estava conceitualmente atrelado à ideia de conformação da nação através de seus referenciais simbólicos dos quais o patrimônio cultural tem um papel determinante (FONSECA, 1997).

A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-Lei 25/37 que traz além das definições dos efeitos legais do tombamento, no ensejo da constituição de 1934

com possibilidade do uso social do bem sobrepondo o direito individual à propriedade, que anteriormente era vista como um direito absoluto, exclusivo de seu proprietário. Essa nova noção passa a permitir um importante papel dos espaços no desenvolvimento da sociedade no cumprimento de sua função social, sendo, portanto, relativizada essa exclusividade em prol do interesse coletivo. O Decreto traz em seu Art. 1º:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, DL 25/1937)

O Decreto Lei 25/37 institucionaliza do Tombamento que é, ainda hoje, um dos instrumentos jurídicos mais utilizados na proteção do patrimônio cultural. Em termos, o tombamento consiste em:

O tombamento é um ato administrativo regulado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O tombamento é realizado pelo Poder Público, nos níveis federal – de responsabilidade do Iphan, estadual ou municipal e aplica-se, exclusivamente, aos bens de natureza material ou ambiental. O tombamento de um bem inicia-se com o pedido de abertura do processo, que pode ser realizado por qualquer cidadão ou instituição pública. Quando aplica este instrumento, o objetivo do poder público é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também aqueles de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização dos bens em questão. (IPHAN, Portal do Iphan)

O artigo 4º do Decreto-Lei 25/37 estabelece a criação de quatro Livros do Tombo, nos quais devem ser inscritos os bens sobre proteção legal. São eles: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro do Tombo Histórico; o Livro do Tombo das Belas Artes; e o Livro das Artes Aplicadas. O livro no qual cada bem será inscrito irá depender dos valores levados em consideração para a escolha do tombamento do mesmo, podendo um bem ser inscrito em mais de um Livro ao mesmo tempo.

Somente cerca de 50 anos após sua criação, o Decreto-Lei 25/37 é recepcionado constitucionalmente num novo conceito de Patrimônio Cultural, no sentido

amplo do termo, sendo contempladas outras áreas e o reconhecimento dos diversos grupos formadores do país, conforme Art. 216, da Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, Constituição Federal de 1988)

É importante abrir um parêntese acerca da questão da referência cultural, pois, ela vai nortear a forma como a proteção do patrimônio cultural se dá nos dias atuais:

Somente a partir de meados da década de setenta os critérios adotados pelo IPHAN começaram a ser objeto de reavaliações sistemáticas, que levaram à proposta de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais. Essas reavaliações partiam de pessoas vinculadas a atividades “modernas”, como o design, a indústria e a informática. Entre outras mudanças, foi introduzida no vocabulário das políticas culturais a noção de “referência cultural”, e foram levantadas questões que, até então, não preocupavam aqueles que formulavam e implementavam as políticas de patrimônio. Indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costuma ser vista como eminentemente técnica. Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história “oficial”, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral. (IPHAN, Inventário Nacional de Referências Culturais, 2000. p.11)

Voltando ao momento da criação do órgão patrimonial, embora não esteja explícita no Decreto Lei 25/37, é possível identificar que as ideias que norteiam e baseiam a criação das políticas de salvaguarda do Brasil estão associada à urgência de intervir em bens arquitetônicos em processo de arruinamento ou arruinados, preocupação que vem se firmando desde o século XVII com o Conde das Galveias e que se repete na fala de Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando à frente da diretoria do SPHAN de 1937 a 1967:

A iniciativa do chefe da Nação tem uma finalidade prática relevante, que é a de **dotar o Brasil de uma legislação adequada a impedir que se arruinem ou se dispersem os bens de notável valor histórico existentes no país.** [...] O

que o projeto governamental tem em vista é poupar à nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há demais precioso nos eu patrimônio. Grande parte das obras de arte mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira, **tem desaparecido ou se arruinado irremediavelmente**, em consequência da cobiça dos particulares. A subsistência dessas mesmas circunstâncias ameaça, pois, gravemente o que resta ainda das nossas riquezas artísticas e históricas. [...] (ANDRADE, R. M. F. apud RODRIGUES, A. R. 1936 - Matéria publicada em O Jornal, RJ In: ANDRADE, R. M. F. 1987, p. 48 – grifo nosso)

É possível notar que os textos e as justificativas para a criação da legislação patrimonial e para as ações posteriores acontecem no intuito de impedir o arruinamento dos bens, porém, pouco se fala no trato que devem receber os bens que já ocupam o status de ruína e que, ainda assim, são dotados de valores históricos e patrimoniais. Esse estado de ruína ou arruinamento não é levado em consideração no rol de características que poderiam conferir valor de patrimônio, como afirma ROSCH:

A explícita aceitação e reconhecimento do estado de arruinamento como uma característica que poderia conferir ou agregar algum valor (histórico ou estético) a um monumento não está em pauta nos debates e legislações brasileiras. Equivocadamente, pode se configurar um entendimento de que não haja bens em ruínas de valor cultural em nosso território nacional. Contudo, no rol dos monumentos nacionais, há conjuntos em ruínas e os mesmos passaram por algum tipo de valorização. (ROSCH, 2017- p.42)

2.1 - O lugar das ruínas na instituição: breve análise

Vale ressaltar que os tombamentos realizados pelo SPHAN, reafirmam a busca de uma identidade nacional, muito ligada à arquitetura portuguesa e seus vestígios. Ainda segundo ROSCH:

É relevante atestar que os tombamentos dos bens em ruínas devem ser interpretados tendo como pano de fundo os critérios e juízos de valor adotados pelo IPHAN. Com a constituição do Estado Novo e a instituição do SPHAN em 1937 se desenvolveu um modelo de abordagem em que se buscava a origem da nação brasileira através de remanescentes arquitetônicos que pudessem constituir o ideário de patrimônio nacional articulando a cognição de uma identidade cultural. (LEITE, 2004 e MICELI, 1987). Os tombamentos das ruínas após a década de 1960 reproduzem esse modelo. **A tipologia arquitetônica dos monumentos descritos como ruínas é similar ao que tinha sido tombado no período inicial do IPHAN**; ou seja, há uma concentração de edificações provenientes do período colonial brasileiro (séculos XVI ao XVIII), que são basicamente: fortificações, estruturas religiosas e edificações rurais

ligadas à manufatura de produtos (casas de fazenda e engenhos). (ROSCH, Ângela. 2017, P.50.)

Para melhor exemplificar a existência de bens tombados na “categoria” de ruínas, a tabela 01 foi construída de acordo com a localização dos bens, especificando o ano de construção, número do processo de tombamento, livro no qual o bem está inscrito e data do seu tombamento.

Tabela 1 - Tombamento de Ruínas e termos correlatos pelo IPHAN

	NOME ATRIBUÍDO	LOCALIZAÇÃO	CONSTRUÇÃO	PROCESSO	LIVRO	DATA DE TOMB.
1	Casa da torre de Garcia D'Ávila e Capela Nossa Senhora da Conceição: Ruínas	BA – Mata de São João	1551	0128-T-38	L. B. A	30/04/1938
2	Casa da Pólvora: ruínas	PB-João Pessoa	1710	0272-T	L.B.A	24/05/1938
3	Casa da Pólvora: ruínas	PB-João Pessoa	1710	0272-T	L.B.A	24/05/1938
4	Forte Velho: ruínas	PB-Cabedelo	1584	0048-T-38	L.H.	09/08/1938
5	Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes: ruínas	PB-Cabedelo	1589	0041-T-38	L.H.	12/08/1938
6	Convento de Santo Antônio de Paraguassú: igreja e ruínas	BA-Cachoeira	1660	0280-T-41 L.	L.B.A e L.H	25/09/1941
7	Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do sobrado anexo	BA - Cachoeira	1660	0231-T-41	L.B.A e L.H	08/07/1943
8	Conjunto arquitetônico e urbanístico Ruínas Igreja Matriz	MA- Alcântara	1924	0390-T-48	L.B.A. L.A.ET. P. L.H.	10/10/1974 10/10/1974 29/12/1948
9	Vila colonial de Porto Calvo: remanescentes	AL- Porto Calvo	1636	0515-T	L.A.ET. P	17/01/1955
10	Igreja de Santana: ruínas BA	BA-Rio de Contas	Séc. XVIII	0446-T-51	L.H.	29/08/1958
11	Convento Carmelita: ruínas e Igreja de Nossa Senhora de Nazaré	PE-Cabo de Santo Agostinho	Séc. XVI	0619-T	L.B.A.	06/07/1961
12	Engenho do Cunhau: ruínas da capela	RN-Canguaretama	1614	0666-T-62	L.H.	16/06/1964
13	Casa de Câmara e Cadeia: ruínas	RN-Vila Flor	1768	0665-T-62	L.H.	16/06/1964
14	Conjunto arquitetônico e paisagístico: ruínas da Igreja São Francisco e Igreja N. Sra. Do Outeiro	BA-Porto Seguro	Séc.	0800-T-68	L.A.ET. P.	01/03/1974
15	Conjunto Paisagístico do Sítio da Trindade Arraial Velho Bom Jesus (antiga fortificação)	PE-Recife	Séc. XVI	0487-T-53	L.H.	17/06/1974
16	Fortaleza de Santo Antônio:	MA-São Luís	Séc. XVII	0930-T-75	L.A.ET. P.	06/08/1975
17	Arraial Novo do Bom Jesus	PE-Recife	Séc. XVII	0942-T-76	L.H.	08/04/1980
18	Sítio Santo Antônio das Alegrias ou do Físico: ruínas	MA-São Luis	Séc. XVIII	1017-T-80	L.A.ET. P. L.H.	29/01/1981 29/01/1981
19	Serra da Barriga - República dos Palmares	AL- União dos Palmares	1630	1069-T-82	L.A.ET. P. L.H.	19/02/1986
20	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico: ruínas de habitações de pedra	BA-Andaraí (Igatú)	Séc. XIX	1411-T-98	L.B.A. L.A.ET. P. L.H.	20/06/2000 20/06/2000 20/06/2000
21	Conjunto das Fortificações Brasileiras	MA-Rosário	1620	1613-T-2010	L.A.ET. P.	11/09/2014

	Forte Vera Cruz ou do Calvário: Ruína				L.H.	
22	Fábrica de Ferro Patriótica:	MG. Ouro Preto	1811	0031-T-38	L.H.	30/06/1938
23	Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	Itanhaém-SP	Séc. XVIII	0215-T-39	L.B.A	07/03/1941
24	Convento de São Bernardino de Sena: ruínas e Capela dos Terceiros	RJ-Angra dos Reis	1758	0371-T	L.H.	08/07/1943
25	Recolhimento de Santa Teresa: remanescentes	RJ-Niterói/Itaipú	1764	0365-T-46	L.B.A	08/01/1955
26	Remanescentes da antiga Vila Colonial - Igreja Matriz (obras de talha e imagens antigas), conjunto arquitetônico	SP-São Vicente	1560	0514-T-51	L.H.	17/01/1955
27	Forte de São Matheus: remanescentes	RJ-Cabo Frio	1617	0447-T-51	L.H.	05/10/1956
28	Engenho dos Erasmos: ruínas	SP-Santos	Séc. XVI	0678-T-62	L.H.	02/07/1963
29	Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema: remanescentes	SP-Iperó	Séc. XVI a XIX	0727-T-64	L.H.	24/09/1964
30	Forte de São Felipe	SP-Guarujá	1765	0752-T-64	L.H.	31/03/1965
31	Fazenda do Pombal: remanescentes	MG-Ritópolis	Séc. XVIII	0832-T-70	L.H.	21/09/1971
32	Fazenda da Conceição: casa	SP-Paraibuna	1841	0910-T-74	L.H.	22/11/1974
33	Convento de São Boaventura: ruínas Fazenda Macacu	RJ-Itaboraí	1612	0690-T-63	L.B.A.	28/04/1980
34	Quilombo do Ambrósio: remanescentes	MG-Ibiá	1726	1428-T-98	L.H.	11/07/2002
35	Povo de São Miguel: remanescentes e ruínas da igreja	RS-São Miguel das Missões	1687	0141-T-38	L.B.A	16/05/1938
36	Povo de São João: ruínas e remanescentes do povoado	RS-Entre-ijuís	Séc. XVII e XVIII	0813-T-69	L.H.	22/01/1970
37	Povo de São Nicolau: ruínas e remanescentes	RS-São Nicolau	Séc. XVII e XVIII	0813-T-69	L.H.	22/01/1970
38	Povo de São Lourenço das Missões: remanescentes do povoado	RS-São Luiz	Séc. XVII e XVIII	0813-T-69	L.H.	18/03/1970
39	Forte de Santa Tecla: fundações	RS-Bagé	1774	0392-T-48	L.H.	26/11/1970
40	Forte Príncipe da Beira	RO – COSTA MARQUES	SÉC. XVIII	0395-T-50	L.H	07/08/1950
41	Engenho do Murucutu: ruínas e Capela de Nossa Senhora da Conceição	PA-Belém	Séc. XVIII	0439-T-50	L.H.	08/10/1981
42	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico Ruína da Igreja Nossa Senhora do Rosário	TO-Natividade	1734	1117-T-84	L.B.A. L.A.ET. P. L.H.	16/10/1987 16/10/1987 16/10/1987
43	Conjunto da Fortificações Brasileiras Forte de São Joaquim do Rio Branco:	RR-Caracará	Séc. XVIII	1613-T-2010	L.A.ET. P. L.H.	11/09/2014
44	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e ruínas da Igreja de São José do Tocantins	GO-Niquelândia	XVIII	0510-T-54	L. B. A	19/01/1955
45	Ruínas da Igreja da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade, situadas na quadra delimitada pela Rua Municipal ou dos Mercadores, pela Travessa do Palácio, pela Rua Dr. Mário Correa ou do Fogo e pela Travessa n. 4, ou de Trás do Palácio, e Ruínas do Palácio dos Capitães Generais	MT-Vila Bela da Santíssima Trindade	1730	0877-T-73	L.H.	13/06/1988

Fonte: Lista de Bens tombados – Iphan (elaborada pela autora)

Legenda:

- Região Nordeste
- Região Sudeste
- Região Sul
- Região Norte
- Região Centro Oeste

L.A.ET.P. - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

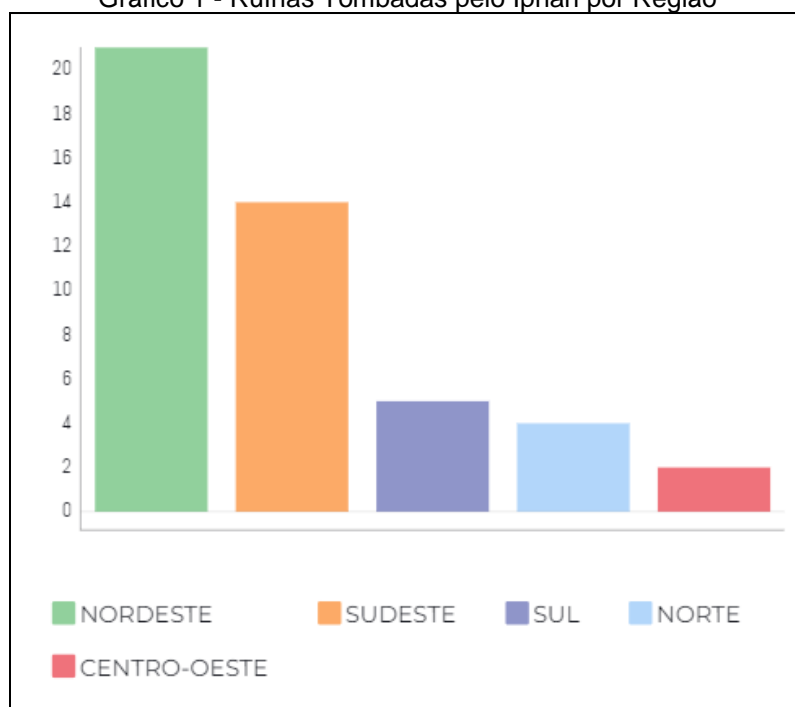
L.H - Livro do Tombo Histórico

L.B.A. Livro do Tombo das Belas Artes

L. A. P - Livro do Tombo das Artes Aplicadas

Chama atenção o fato de que há uma maior concentração de bens arruinados tombados na região nordeste do país. Isso pode estar relacionado ao fato de terem acontecido, neste território, algumas das primeiras ocupações arquitetônicas da colonização, mas também, pode estar associado ao abandono sofrido pela região no decorrer do processo histórico que facilitou a manutenção das condições originais – em arruinamento- dos edifícios.

Gráfico 1 - Ruínas Tombadas pelo Iphan por Região



Fonte: Lista de Bens Tombados pelo Iphan (elaborado pela autora)

É importante constar na tabela (01) a fala de ROSCH, em que o tombamento de ruínas segue o mesmo os critérios e juízos de valor adotados pelo IPHAN, que visava valorar construções religiosas cristãs, e arquitetura da colonização. Isso fica claro quando praticamente não encontramos remanescentes das principais estruturas econômicas da ocupação do território da região nordeste, tais como casas de engenho, estruturas de senzalas, no elenco desse patrimônio escolhido. Contudo, para o nordeste o tombamento de “remanescentes arquitetônicos que pudessem constituir o ideário de patrimônio nacional articulando a cognição de uma identidade cultural. ” (ROSCH, Ângela. P.50.) é anterior a década de 1960.

Para travar esse debate, trago um personagem importante da construção e das disputas acerca do patrimônio nacional, o autor e historiador Gilberto Freyre¹⁸. A escrita e a publicação de *Nordeste* (1937) dividem o mesmo recorte temporal da própria criação do SPHAN, no contexto do Estado Novo, se tornando um marco na definição das características identitárias da região como verdadeiramente “brasileiro”.

Freyre contestou para o Nordeste um lugar muito maior do que o que lhe viria a ser reservado enquanto memória nacional, e afirma:

O Nordeste do massapê é ainda o mais brasileiro pelo tipo tradicional de casa-grande e de sobrado de azulejo e pelo de casa de palha ou de mucambo, que aqui se desenvolveram de originais portugueses ou africanos e indígenas e que constituem material de primeira ordem e uma riqueza de sugestões e de inspirações para uma arquitetura verdadeiramente brasileira, ou, pelo menos, regional (FREYRE, Gilberto, 1937. P 45).

Contudo, esse tipo de construção, chamada por Freyre de “mais brasileiro” é caracterizado por materiais que não resiste aos efeitos do tempo. Por outro lado, o grupo de modernistas à frente da criação do SPHAN, em busca da identidade nacional e de uma cultura genuinamente brasileira, realiza viagens pelo interior do Brasil, a procura do resgate do passado para construir no presente um novo futuro através desses monumentos que dariam cara ao povo brasileiro e faria frente às grandes e monumentais edificações europeias, com a criação de uma nova arquitetura por parte

¹⁸ Gilberto Freyre foi um dos mais importantes sociólogos do Brasil, tendo construído uma obra inteiramente dedicada à análise das relações sociais no período colonial brasileiro e como essas relações contribuíram para a formação do povo brasileiro no século XX. "

desses modernistas, que de alguma forma, se relacionavam ao barroco português, como afirma CHUVA (2003):

Os cânones da arte brasileira e sua universalidade foram construídos de modo eficaz, com a consagração de uma associação inédita até então entre as formas e princípios renovadores do barroco e a produção arquitetônica moderna. Isso se deu, privilegiadamente, no âmbito da ação de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 2003, p. 314).

A regionalização indenitária questionada por Freyre (1937), era vista como uma espécie de atraso por parte dos intelectuais responsáveis pela estruturação do campo patrimonial no Brasil, como afirma, ainda, CHUVA (2003):

As diferentes soluções projetadas para os imensos desencontros, contrastes e diversidades presentes no território brasileiro levavam a diferentes vias explicativas da “identidade nacional”. Nesse sentido, a questão da valorização, ou não, das diferenças regionais como constituidoras da identidade nacional, que abriu um leque amplo de debates em torno das origens da nação, tornou-se um divisor de águas para as concepções que fundamentariam, posteriormente, as práticas de preservação cultural no SPHAN: para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade. (CHUVA, 2003, p. 314).

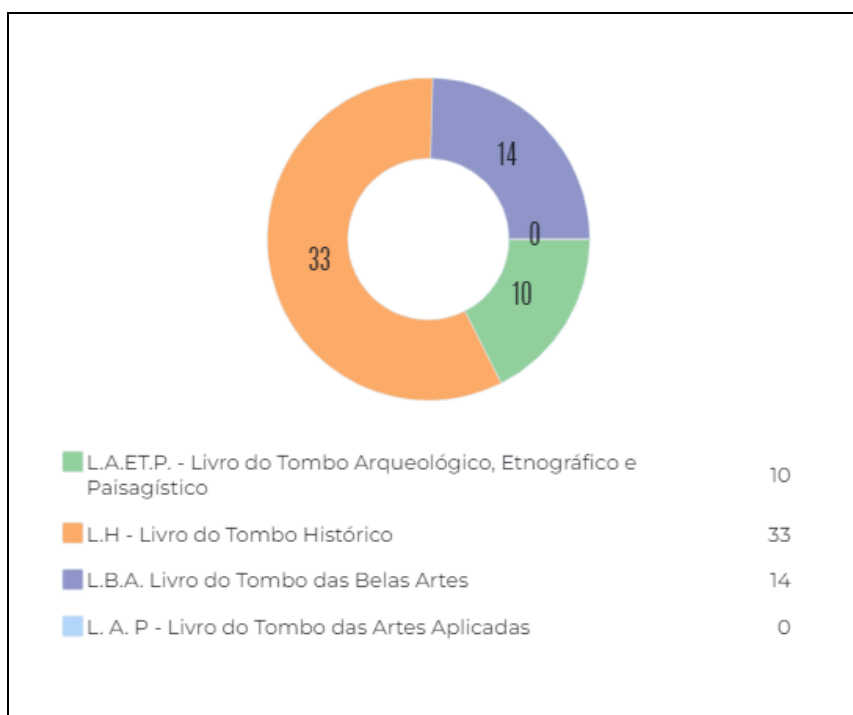
A prática de atuação que o SPHAN concretizou nos anos seguintes seguiu a concepção de um patrimônio restritivo e ligado ao simbolismo das elites, mesmo no nordeste, com foco no seu caráter estético e forte apelo à valorização da cultura religiosa, como afirma DUARTE:

No Nordeste, Bahia e Pernambuco apareceram, desde os primeiros anos, como o terceiro e o quarto estados no ranking de tombamentos. Seguindo a tendência delineada nas decisões do SPHAN, predominou a arquitetura religiosa. Em Pernambuco, especialmente, não foram destacados edifícios públicos nem conjuntos urbanos: do século XVI foram tombadas algumas igrejas e um forte, do XVII, várias outras igrejas e poucas construções militares e urbanas. Nenhum tombamento privilegiou a área rural e, surpreendentemente, “não há engenhos no estado do autor de Casa-grande & senzala. (DUARTE, Regina Horta. p.10)

Novamente destacando o interesse em garantir a preservação, não apenas de aspectos da identidade nacional, mais uma identidade que correspondesse ao ideário de nação que se estava transmitindo, uma vez que 61% dos tombamentos de ruínas no Nordeste ocorreram antes 1970, caracterizando a fase “pedra e cal” da instituição com foco nas edificações monumentais, sem referência cultural, necessariamente.

Confirmando a citação apontada por ROSCH, já presente no anteprojeto de Lei de Mário de Andrade, onde “as ruínas são especificadas como elementos representativos a arte histórica”, notamos também que, apesar de algumas ruínas acumularem mais de um livro em seu tombamento, a maior parte delas constam no Livro do Tombo Histórico, sendo mais que o dobro das escritas em outros livros (ver gráfico 2 e 3), evidenciando na prática o local e o valor (histórico e funcional) das ruínas na insituição.

Gráfico 2 - Ruínas tombadas pelo Iphan, por livro do Tombo no qual estão inscritas



Fonte: Lista de Bens tombados pelo Iphan (elaborado pela autora)

Gráfico 3 - Proporção de ruínas inscritas no Livro do Tombo Histórico em relação aos outros livros.



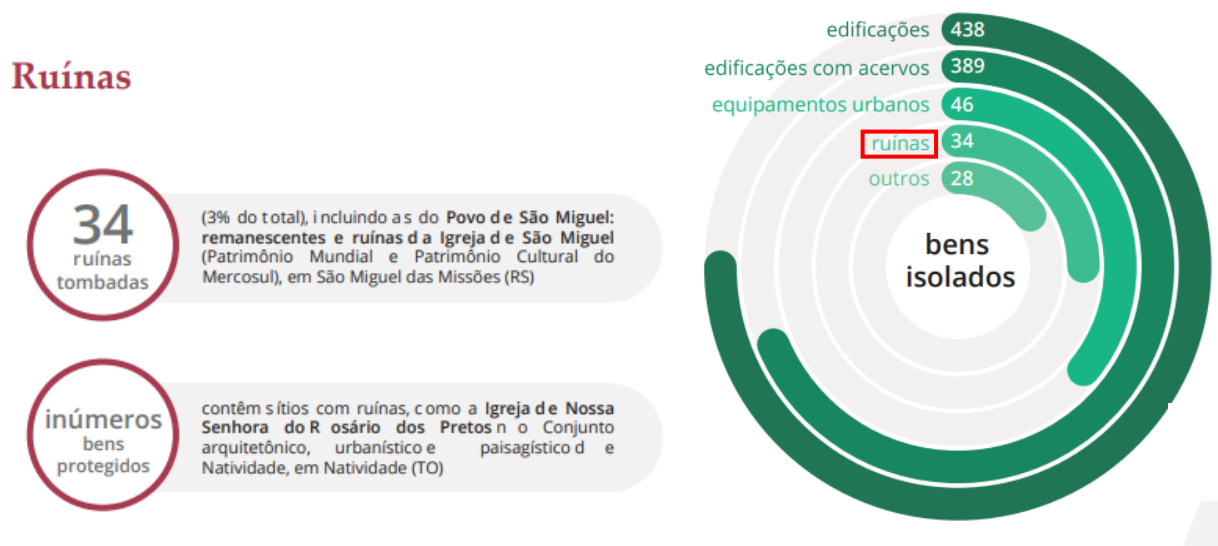
Fonte: Lista de Bens tombados pelo Iphan (elaborado pela autora)

As ruínas consideradas patrimônio são, justamente, as que trazem a representação arruinada dessa mesma arquitetura de elite elencada outrora pelos modernistas.

Entretanto, as ruínas enquanto categoria de objeto não ganharam um lugar específico dentro das políticas nacionais. O que nos leva ao questionamento de que, tendo características particulares, principalmente no que se refere à questão da restauração, elas deveriam receber o mesmo tipo de tratamento que os objetos arquitetônicos “não arruinados” receberiam?

Em 2018, 80 anos após a criação do SPHAN (atual Iphan), o Instituto publica uma Política de Patrimônio Cultural Material. Dentro das estatísticas apresentadas pelo documento, as ruínas aparecem como categoria específica (ver figura 18), embora não sejam apresentadas ações específicas para as mesmas.

Figura 18 – As ruínas na estatística de do tombamento Iphan



Fonte: Política de Patrimônio Material – Iphan (alterado pela autora)

Nota-se o destaque que o documento dá aos remanescentes e ruínas da igreja de São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul. As intervenções em São Miguel foram uma das primeiras iniciativas do Serviço recém instituído. Localizado na região sul, ocupa um espaço de símbolo dessa tipologia de bem dentro do ideário nacional, sendo considerado o primeiro exemplar de arquitetura barroca no Brasil implantada pelos jesuítas, motivo pelo qual dedico uma breve apresentação e análise do mesmo para fins de comparação.

2.2. As monumentais ruínas de São Miguel, um símbolo

O sítio arqueológico de São Miguel das Missões é localizado no estado do Rio Grande do Sul. Nele estão as ruínas da ocupação jesuítica de São Miguel Arcanjo que integra os Sete Povos das Missões. O complexo foi inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes¹⁹ em 1938, e considerado patrimônio mundial da Unesco em 1983

¹⁹ (é interessante refletir o porquê desse bem ter sido inscrito no Livro de Belas Artes e não no Livro Histórico, mesmo em se tratando de uma ruína.)

A criação das primeiras reduções jesuíticas, conhecidas também como aldeamentos, se deu no território dominado pela Coroa Espanhola e pela Companhia de Jesus. Com o objetivo de catequizar e obrigar os povos originários a seguirem seus hábitos culturais e religiosos. A companhia foi fundada por Inácio Loyola em 1534. Dentre os povos que ocupavam os territórios citados, destacam-se os Guaranis.

No território do Rio Grande do Sul a ocupação data de 1626, com as reduções localizadas na região de tape. As disputas territoriais travadas por bandeirantes paulistas obrigaram a mudança das reduções para a margem oriental do Rio Uruguay. Das trinta reduções, sete foram edificadas em solo brasileiro, além delas havia uma praça envolta dos equipamentos mais importantes dessa ocupação. A igreja e suas edificações de apoio, como a residência dos padres, o colégio, as oficinas e o cotiguaçu, lar das viúvas e órfãs.

Sendo a Igreja a edificação mais imponente e importante no conjunto, foi construída em etapas. Não possuía estrutura em madeira como outras edificações do período missioneiro. A igreja de São Miguel arcanjo possuía paredes e portantes em pedra. A parte externa das paredes era feita com pedras com melhor acabamento e elementos ornamentais. A parte interna era feita com pedras irregulares e um conglomerado de barro.

As Missões foram saqueadas na Campanha da Cisplatina ²⁰ em 1828. Depois disso, foram abandonadas e acabaram sofrendo a deterioração do tempo e dos fatores naturais. Sobre seu arruinamento (ver figura 20 e 21) diz o Iphan:

As missões foram saqueadas na Campanha Cisplatina em 1828. O abandono por mais de um século permitiu que a vegetação crescesse e se transformasse em grandes árvores nas paredes e no interior da nave da igreja. As estruturas passaram a ser esburacadas pela ação de aventureiros em busca do “tesouro dos jesuítas”. Os telhados começaram a ruir e o pórtico desabou por ação de um raio em 1886. A ação humana também contribuiu para a destruição com a retirada de materiais que foram utilizados em novas construções quando da chegada de colonizadores na região. (IPHAN, São Miguel das Missões (RS))

²⁰ Foi um conflito travado entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata pelo controle da Cisplatina (atual Uruguai).

Figura 19 - Igreja de São Miguel das Missões em ruínas



Fonte: Acervo Digital do Iphan

Figura 20 - Parte interna da Igreja de São Miguel das Missões em ruínas



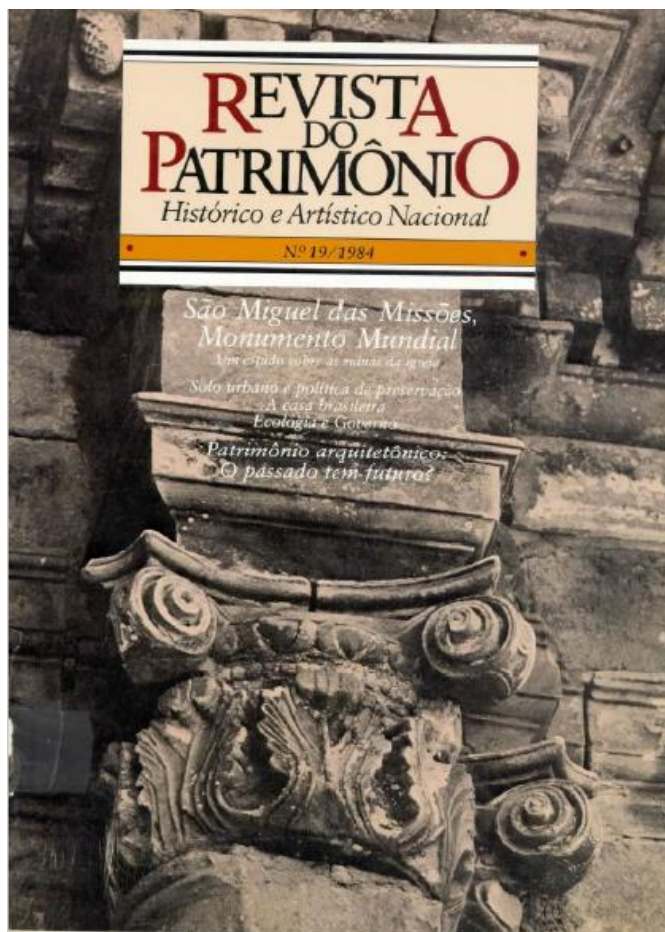
Fonte: Acervo Digital do Iphan

As ruínas de São Miguel das Missões são as primeiras ruínas a terem destaque na publicação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que é, desde

1937, o principal periódico brasileiro especializado em temas de linha editorial relacionadas ao patrimônio cultural e refletia o pensamento dos intelectuais à frente do SPHAN.

A edição de nº 19 da Revista (ver figura 22), publicada em 1984 traz São Miguel como destaque de capa. É a primeira vez que essa tipologia de patrimônio ganha o protagonismo no periódico, visto que os números anteriores concentravam sua temática na arquitetura das cidades mineiras, já consagradas no imaginário nacional como patrimônio brasileiro. A publicação, em comemoração à elevação do título a patrimônio mundial das Ruínas de São Miguel, relata as primeiras intervenções realizadas nesse bem. A intervenção nas ruínas de São Miguel das Missões foi uma das primeiras ações do SPHAN, como também, o primeiro trabalho de Lúcio Costa dentro do órgão.

Figura 21 - Capa da Revista do Patrimônio nº 19



Fonte: Revista do Patrimônio nº 19

No artigo intitulado “São Miguel das Missões: estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja”, Fernando Machado Leal descreve os processos de intervenções, estabilização e reconstruções das ruínas da igreja de São Miguel, e destaca seu reconhecimento como “Monumento Mundial”.

Os “restos arqueológicos” como são denominadas por Fernando Machado Leal, são ruínas do que compunha a “redução de São Miguel” das Missões Jesuíticas e foi descrita pelo Visconde de São Leopoldo da seguinte forma:

Jaz colocada na chapa de uma colina, quarteada de alguns bosques, entre os quais serpenteiam abundantes mananciais, que por fim, vão confundir-se no Rio Jacuípe, distante um quarto de légua; das abas dela se estendem viçosas campinas. Na frente de uma grande praça quadrangular, na qual desembocam nove ruas, via-se o templo, bem que de paredes de pedra e barro, mas muito grossas e branqueadas de tabatinga; era voltada para o norte e nele se entrava por um alpendre de cinco arcos, sustentados por colunas de pedra branca e vermelha, rematado por uma vistosa balaustrada e sobre uma gradaria da mesma pedra (da qual também são os frisos, cornijas e figuras), que coroava o frontispício, elevava-se a imagem de São Miguel, e dos lados, a dos seis apóstolos; a igreja é de três naves, de trezentos e cinquenta palmos de comprimento, e cento e vinte de largo, com cinco altares de talha dourada, e excelentes pinturas, e ao entrar na porta principal via-se à direita uma Capela com seu altar, e pia batismal, sendo a bacia de barro vidrado, assentada sobre uma moldura de talha dourada. A torre era também de pedra com seis sinos. Imediata ao lado direito da Capela-mor chegava-se à sacristia, daí seguiam-se os cubículos dos padres, que eram muitos e cômodos; pegava logo um lanço de quartos, que olhavam para um grande pátio, com alpendrada em roda, destinados à escola de ler, de escrever, música, vocal e instrumental, dele se comunicava para outro semelhante, formado de várias casas, em uma das quais trabalhavam vinte e quatro teares, e as outras eram oficinas de ourives, entalhadores, pintores, uma grande ferraria, muitos armazéns; e uma casa-forte, que servia de prisão, tudo com admirável ordem, uma espaçosa varanda, sustentada sobre colunas de pedra lavrada de vinte e cinco palmos de alto, olhava para uma horta murada de pedra e barro, com ruas alinhadas, e plantadas de pinheiros, laranjeiras, limoeiros, marmeleiros, pessegueiros, e outras muitas árvores e arbustos, tanto indígenas, como exóticos. Contíguo ficava um recolhimento de viúvas e donzelas, com um só portão e um pátio no meio.” (SPHAN, Revista do Patrimônio nº 19, p. 73)

Anterior à intervenção realizada pelo Spahan e coordenada por Lúcio Costa, o governo do estado do Rio Grande do Sul realizou obras de conservação nas ruínas de São Miguel. As obras de conservação executadas pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul foram de extrema importância para a preservação das ruínas, conforme relato de Aloísio de Magalhães:

De fato, São Miguel [...] já havia recebido a intervenção do Estado em 1924 [É evidente o lapso em relação a data dessa intervenção, pois de acordo com os relatórios existentes nos arquivos da Secretaria de Obras do Estado, às obras a que se refere Aloísio de Magalhães foram executadas entre os anos de 1925 e

1927/. Foi, aliás, a mais importante na medida em que, sem aquela intervenção do Estado ao nível da competência de quem está próximo, é provável que não existisse mais São Miguel (MAGALHÃES, 1985 apud STELLO)

A intervenção tinha como principal objetivo a estabilização da ruína. Foram realizadas obras de colocação de trilhos de ferro na fachada principal, as vergas das portas, janela central e vãos de acesso às escadas. Houve também reconstrução de parte da alvenaria em pedra. É importante destacar o respeito ao monumento nessa intervenção, respeitando limites e considerando a ruína como tal pregava Jhon Ruskin, com o respeito à matéria, e com o intuito de consolidada, como defendia Cesare Brandi.

Internamente a Igreja recebeu trabalhos de embrechamento e escoramento de todos os arcos com a colocação de trilhos de ferro nos intercolúnios. Enquanto que na sua torre foi feita amarração através de trilhos e vergalhões de aço (STELLO, 2005).

Ainda sobre a intervenção realizada pelo governo do estado do Rio Grando do Sul, diz Stello:

Na época o Governo do Estado não teve apenas a preocupação de realizar as obras que garantissem a permanência do monumento, mas de mantê-lo resguardado de vandalismos e depredações. Para tanto providenciou a delimitação da área através da implantação de um cercamento, realizado com arame farpado. (STELLO, 2005. p. 71)

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, sua primeira ação de preservação do patrimônio missioneiro foi a construção de um relatório pelo escritor Augusto Meyer, assistente técnico do Sphan, onde foi colocado o interesse em preservar os remanescentes de São Miguel (MAYERHOFER, 1947)

Ainda em 1937, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor do SPHAN delegou ao arquiteto Lúcio Costa sua ida à região das missões a fim de realizar uma vistoria técnica nas ruínas dos Sete Povos. Esse foi o primeiro trabalho de Lúcio Costa para o Serviço de proteção federal, tendo como ponto de partida um relatório redigido por ele que serviria como norteador das intervenções que ali se seguiriam.

Relatando como se deu a visita de vistoria, que contou com Augusto Mayer como guia, diz Lúcio Costa:

Especificarei os vestígios encontrados em cada um dos antigos povos percorridos e direi, em seguida, das medidas que se tornam, ao meu ver, necessárias para a as conservações das ruínas de São Miguel e bem assim a preservação dos fragmentos pertencentes às demais missões, alguns dos quais – dos melhores, talvez, no mais completo abandono.

São Miguel – o povoado compõe-se de algumas casas, entre as quais a do zelador Sr. Nunes Pereira. As providências tomadas em 1924, pela Comissão de Terras, salvaram da completa destruição o pouco que ainda resta e o exame das ruínas veio confirmar o que me ocorreu à vista da documentação fotográfica sobre esse Povo.

Com este feito, **não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes; os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar.** (COSTA, 1937 grifos nossos p. 02)

O direcionamento de Lúcio Costa vai conduzir não só a construção do Museu das Missões, e as diretrizes para as obras executadas em 1938-1940, como também será norteador de todo o programa de preservação.

Destaque para o trecho do relatório em que ele descarta reconstruir São Miguel ou mesmo recompor suas partes. Sendo a intenção somente consolidar e conservar, uma abordagem muito ancorada nos preceitos ruskianos da restauração.

Durante o tempo que ficou no rio Grande do Sul, Lúcio Costa percorreu seis dos sete povos das missões, e entendeu que as únicas ruínas que mereciam ser preservadas eram as de São Miguel, por conta do seu estado de conservação e também por serem as mais acessíveis e representarem, também, a capital dos sete povos, além disso, sua monumentalidade foi fator determinante para que ela ocupasse o lugar de símbolo que ocupou.

Em seu relatório, Lúcio Costa descreveu os vestígios encontrados nos Sete Povos, além de realizar o trabalho de documentação do que viu através de desenhos. A partir da análise, e da documentação, Lúcio Costa passa a dar diretrizes para a salvaguarda do Patrimônio Missioneiro, e sugere reunir em São Miguel, aquela que ele considera a única com valores arquitetônicos suficientes para receber intervenções, os vestígios encontrados nas outras reduções, conforme trecho do seu relatório:

Julgo, para tanto, de toda a conveniência a concentração em São Miguel, não apenas dos elementos que lhe pertencam, e estão espalhados um pouco por toda a parte, mas, ainda, dos das demais missões, constituindo-se com eles um pequeno museu no local mesmo das ruínas. Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico e também porque, assim reunidas, as peças ganharão outro sentido[...] (COSTA, 1937p. 03)

Lúcio Costa elabora um plano de trabalho e enumera atividades que deverão ser realizadas nas ruínas, são elas (COSTA, 1937):

- 1º excavações em São João, São Miguel e São Nicolau;
- 2º Limpeza, em São Miguel, de toda a área ocupada pelo antigo povo;
- 3º Levantamento da planta do conjunto, em São Miguel;
- 4º Consolidação das ruínas, em São Miguel
- 5º Construção do museu e da casa do zelador, em São Miguel
- 6º remoção, para São Miguel, do material encontrado em Santo Ângelo, São João, São Lourenço, São Luís, São Nicolau e São Borja.

Nesse plano de trabalho apresentado, é importante perceber como a atividade da conservação da ruína tem caráter **interdisciplinar**, já naquele momento, com a necessidade de pesquisa arqueológica, documentação.

A partir das orientações, e dos relatórios iniciais, as ruínas de São Miguel receberam a proteção do Serviço do Patrimônio Cultural através do instrumento do tombamento com processo 141-T, inscrição nº 63, do Livro de Belas Artes, em 16/05/1938. A partir de então, tais ruínas se consolidam como modelo romantizado de ruína, no imaginário coletivo de como deveriam ser as ruínas patrimoniais.

Atualmente, o complexo de São Miguel das Missões é roteiro explorado turisticamente, cenário de ensaios fotográficos e até festas de casamento, remetendo àquela prática de colocar as ruínas como pano de fundo belo que os pintores do Quattrocento fizeram.

Figura 22 - Ruínas de São Miguel atualmente



Fonte: <https://viajantesaprendizes.com/wp-content/uploads/2016/03/S%C3%A3o-Miguel-das-Miss%C3%B5es-2-google.jpg>– Acesso em ago.2020

As primeiras ações realizadas pelo SPHAN irão balizar intervenções posteriores, não só no conjunto de São Miguel das Missões, mas em outros bens em processo de arruinamento ou arruinados.

2 Ruínas de laranjeiras: herança da economia açucareira

O objeto de análise desta pesquisa são ruínas localizadas na cidade de Laranjeiras, estado de Sergipe no nordeste brasileiro. Tais ruínas sofreram intervenções restaurativas, seja por meio de programas de requalificação do patrimônio, seja provocadas por decisões judiciais que obrigaram tais ações.

Neste feito, será analisada a interface entre o aporte teórico-metodológico apresentado nas páginas anteriores e a intervenção do bem arquitetônico de valor patrimonial em estado de ruína. Será feita uma análise da intervenção de grande impacto realizada pelo programa do Governo Federal, Monumenta, e ainda, será discutido até onde o Ministério Público possui aporte técnico e teórico para decidir que ruínas devam ser restauradas, e o impacto dessas decisões para a salvaguarda dos valores intrínsecos ao bem material.

Considerando o que pertinentemente nos chama a atenção Fortuna (1995) sobre o pensamento de Michel Foucault (1979), quando este reconhece que os elementos físicos de uma sociedade causam interferência em suas ações e nas suas classificações simbólicas, ou seja, a cultura material de um grupo social contém um valor simbólico e um sentimento de pertença que refletem em suas relações sociais, pretende-se entender que impactos simbólicos essas intervenções resultaram na vida prática da cidade de Laranjeiras. Há, em relação a essas ruínas, o sentimento de pertença a qual Foucault se refere?

Laranjeiras conserva boa parte da morfologia de outrora do que sempre fora seu núcleo urbano, sendo “um dos poucos municípios onde ainda se pode ver a força da arquitetura colonial. Ruas, casarios, igrejas, tudo respira a mais pura história” (EMB/IBGE, 1997, p. 01), permitindo que o cotidiano da cidade esteja envolto nesta atmosfera. Quanto a isto, afirma AZEVEDO (1975):

Laranjeiras é uma das mais importantes cidades de arte do Nordeste. Se não possui grandes conventos, como Igarassú, Goiana ou São Cristóvão, conservou, mais que estas, sua forma urbana e unidade arquitetônica. Seu interesse reside não em monumentos religiosos excepcionais, senão na arquitetura doméstica, na arquitetura do cotidiano e na forma como as pessoas se relacionam com o seu passado. (AZEVEDO, 1975. p. 01)

Antes, porém, de adentrar no problema posto, é necessário debruçar-se sobre a formação urbana da cidade de Laranjeiras, sua ascensão e declínio econômico, fatos diretamente ligados à sua condição de conjunto patrimonial tombado, bem como à presença de ruínas dentro de seu perímetro urbano.

3.1 – Formação Urbana de Laranjeiras, entre o Porto e a Feira

Laranjeiras teve sua formação como a maioria das cidades do Nordeste brasileiro no período Colonial, e se constituía como maior centro econômico urbano e berço cultural da província de Sergipe del Rey, sendo considerada uma das mais importantes da região, muito diferente da realidade atual de economia bastante fragilizada e precarização de suas estruturas urbanas.

A região geograficamente privilegiada contava com uma boa profundidade do rio Continguiaba, solo de massapé bastante fértil e repousava em meio a colinas, fatores que foram de fundamental importância para destacar como centros comerciais os núcleos coloniais daquela região.

Em 1590, houvera tentativa bem-sucedida pelos colonizadores na ocupação do território, que até então apresentava forte resistência por parte dos indígenas aos quais a terra pertencia, como afirma Luis Antônio Barreto (2006):

O território aonde depois viera a ser a capitania de Sergipe Del Rey passou longos anos sem o interesse do reino, habitada maciçamente pelos nativos, com escasso povoamento de homens brancos e consequentemente sem intervenções oficiais do governo. Só em meados da segunda metade do século XVI, quando as terras entre Bahia e Pernambuco passam a interessar aos planos do Rei, é que houve uma tentativa sem sucesso de povoar e catequizar os índios daquela região por parte do governador do norte do país, Luis de Brito, e do donatário Garcia D'Ávila, juntamente com os jesuítas, que foram duramente combatidos pelos índios da região. (BARRETO apud FEITOSA, 2006 p. 54)

O então membro da junta provisória que governava o Brasil, Cristóvão de Barros, que, preocupado em povoar as terras dominadas, instituiu 24 donatários para a região de Sergipe del Rey, ocupando, principalmente, o Vale do Cotinguiba onde fundaram-se

muitos engenhos de cana-de-açúcar. A partir de então, a região começou a se desenvolver, apoiada num crescimento econômico que atraiu muitas pessoas, possibilitando o surgimento de diversas povoações, entre elas Laranjeiras, como relata trecho do capítulo dedicado por Ferreira (1959) a esta cidade, na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – (EMB/IBGE). Vale ressaltar que essa ocupação tinha como consequência a escravização e dizimação dos povos indígenas originários, bem como o fortalecimento da tragédia social que consistiu a escravização de povos africanos no território brasileiro.

Laranjeiras desenvolveu sua economia e sua expansão baseada no cultivo de cana de açúcar e sua exploração econômica, sendo não só ponto de cultivo, mas ponto estratégico de transporte e abastecimento da região, como afirma AZEVEDO (1975):

O núcleo urbano de Laranjeiras inseriu-se numa rota de escoamento secundária dos produtos destinados ao abastecimento das economias europeias, através do porto situado no Rio Cotinguiaba de onde partia a produção açucareira para grandes polos exportadores como Salvador e Recife. Nas imediações do “Porto de Laranjeiras” se estabeleceu o setor comercial básico de importação e exportação, embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, situando-se aí os primeiros trapiches e armazéns (AZEVEDO, 1975, v. 1, p. 30 apud COSTA, p 82).

Além da criação agrícola, a criação do porto foi um dos fatores que impulsionou o crescimento do núcleo, como bem destaca FEITOSA (2012)

Além do solo fértil, favorável ao cultivo da cana de açúcar, as terras da margem esquerda da bacia do rio Cotinguiaba, onde está situada Laranjeiras, detêm situação hidrográfica diferenciada de outras povoações, adequadas às condições das navegações da época, uma vez que a profundidade do leito do trecho do rio que as margeava propiciava o atracamento de grandes embarcações e, para tanto, “os primeiros habitantes da povoação construíram um porto fluvial” (FERREIRA, 1959, p. 349), sendo erguido muito próximo a “um laranjal denominado vale das laranjeiras” (SEMEC, Laranjeiras, 2000, p. 5), “que tomou o nome de Pôrto de Laranjeiras” (Ibid., p. 349). Oliveira (1942) descreve a origem do nome da seguinte forma: “no local de sua fundação florescia um laranjal, sob o qual pagens a almocreves costumavam descansar do sol e muitas vezes pernoitar realizando descantes ao luar, dando, destarte, lugar ao nascimento do povoado que devido às arvores tomou seu nome”. (OLIVEIRA, 1942, p. 189). (FEITOSA, Allan Rafael Veiga. 2012. p.99)

Laranjeiras permanece como povoado por todo o século XVI, XVII e XVIII, sem obter o avanço de sua categoria à “Freguesia”, categoria posterior ao de povoação, que

seguia a seguinte ordem: Povoação, Freguesia e Vila, como descreve a historiadora Maria Glória de Almeida (1964). Segundo Barreto (2006), apesar de sua posição economicamente importante, frente à outras povoações, Laranjeiras permaneceu estagnada em sua elevação de categoria pela ausência de importantes nomes no cenário político da região.

Ainda no século XVII, em largo desenvolvimento, Laranjeiras passa por um momento em que vê todo o esforço de construção do seu núcleo de povoamento devastado, com a invasão e tomada da Capitania de Sergipe Del Rey pelos holandeses, deixando a povoação por algumas décadas em forte recessão econômica, conforme relato da BEM/IBGE (1959):

A partir de 1637, a povoação de Laranjeiras sofreu as influências devastadoras do domínio holandês, que, a despeito da reconhecida capacidade realizadora e espírito de organização do povo flamengo em Sergipe, as suas atividades deixaram marcas, somente, de destruição, transformando em cinzas e aniquilamento, a incipiente prosperidade da Capitania. Somente em 1645 voltou a capitania cheia de ruínas, devastada mesmo, às mãos dos seus conquistadores. (FERREIRA, 1959, p. 349)

Após o período de estagnação econômica, devido a invasão citada, Laranjeiras retoma seu curso de crescimento e desenvolvimento. Essa retomada contou com a participação de padres jesuítas, membros da Companhia de Jesus, que se fixaram na região invadida, explorando sua capacidade agrícola, construindo ao longo de todo o Vale importantes igrejas e engenhos.

Em 1832, o povoado é elevado a condição de Vila e em 1848, a “Vila Laranjeiras” torna-se cidade, tendo como principais pontos de sua ocupação o entorno da igreja Matriz, a área portuária e a Rua Direita (ver mapa 01).

O comércio, sendo impulsionado pelo mercado do açúcar, transformou Laranjeiras num polo de atração populacional. A partir daí se formaram os primeiros arruamentos do seu traçado urbano, tendo como ponto de partida a construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus (ver figura 28), no século XVIII. Segundo Marx (1991), a institucionalização da vida de uma comunidade seria iniciada com a construção de sua capela, com a qual era obtido o reconhecimento do grupo de fato e de direito perante a Igreja Oficial e o Estado.

Mapa 1 Configuração urbana de Laranjeiras/SE em 1840 ressaltando-se em vermelho, a Igreja Matriz:



Fonte: (AZEVEDO, 1975, v. 1)

Figura 23 - Igreja Sagrado Coração de Jesus - Laranjeiras



Fonte: Thamires Leonel (2019)

A rápida retomada do crescimento de Laranjeiras só reafirma a sua vocação mercantil, pautada não só na produção agrícola, como também na comercialização de

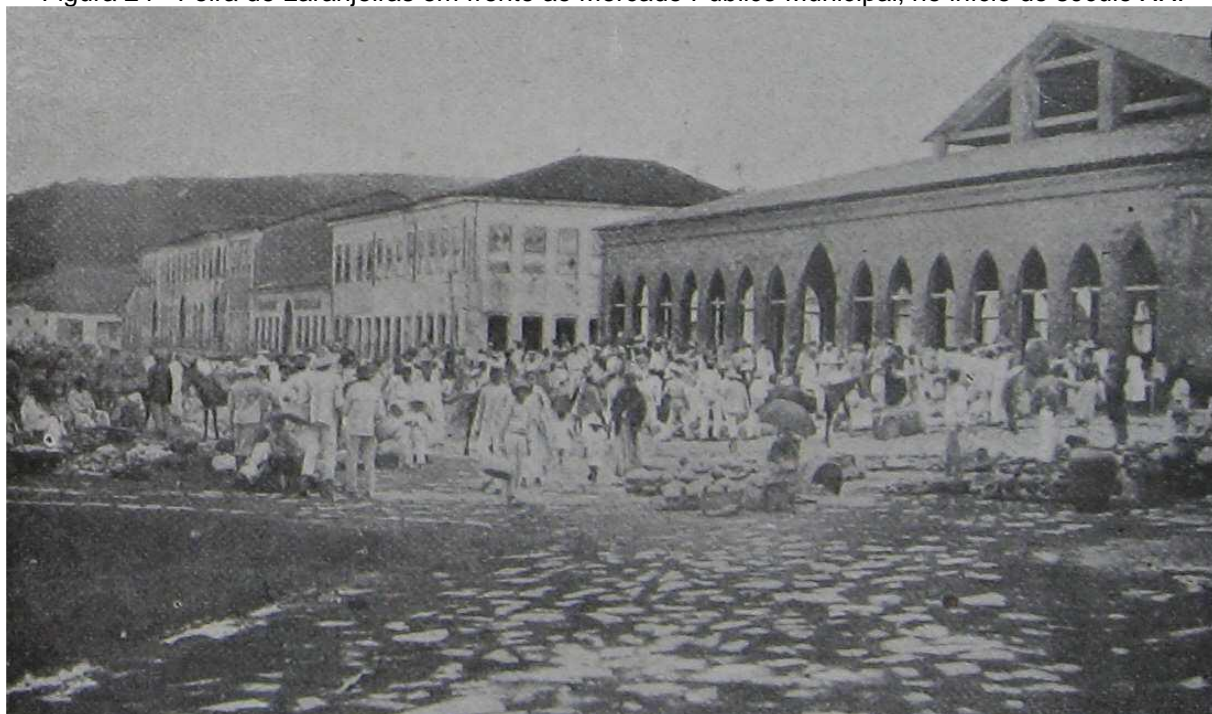
“produtos” que interessavam à lógica colonial. Laranjeiras passa, mais uma vez a atender esses interesses, como afirma Nunes (1996):

À medida que se desenvolvia a colonização lusa no século XVIII, acentuava-se a importância das feiras. Eram as *feiras-mercados*. [...] Dentre elas destacaram-se a da povoação da Laranjeiras, “*habitada de negociantes*”, de largo tempo havia ali uma feira, aos sábados, onde gira “*dinheiro*”. (NUNES, 2006, p. 171)

A monocultura do açúcar e o porto foram determinantes para o apogeu da cidade de Laranjeiras. Nesta época, as embarcações que adentravam o leito do Rio Cotinguiba traziam os produtos mais variados da Europa e voltavam carregadas de açúcar e outros gêneros da terra, comercializados na grande feira local aos sábados (ver figura 29 e 30), cuja concentração de três a cinco mil pessoas era por vezes maior que a população local (AZEVEDO, 1975, v. 1, p. 30).

Sumacas, patachos e outros tipos de embarcações desciam o rio carregados de açúcar e retornavam com produtos de outras praças, gerando a riqueza deste empório comercial, onde as construções religiosas, ocupando as praças e pontos elevados da cidade, e as edificações portuárias, localizadas à margem do rio, representavam lugares de referência da localidade. (RIBEIRO, 1995 apud BONDUKI, 2010, p. 241).

Figura 24 - Feira de Laranjeiras em frente ao Mercado Público Municipal, no início do século XX.



Fonte: COSTA (2013)

Figura 25 - Praça da feira de Laranjeiras em meados do séc. XX. Ao fundo o morro e a Igreja do Bonfim. Do lado direito, edificações do quarteirão dos trapiches e do lado esquerdo o Mercado Público.



Fonte: COSTA (2013)

Onde hoje é a Avenida Municipal e a praça Samuel de Oliveira, localizavam-se o Porto, a feira e o mercado, onde está também, às margens do Contiguíba, onde aconteciam os acordos comerciais, não só de mercadorias, mas de povos africanos escravizados. É importante não apagar da narrativa histórica que Laranjeiras, assim como tantas outras cidades coloniais, foi construída pelas mãos, sangue e suor de povos pretos trazidos a esta terra para servir à Coroa Portuguesa.

A zona portuária (ver mapa 02) e o calçadão Getúlio Vargas são as áreas onde se encontram as construções mais majestosas, com a predominância de sobrados de uso misto (moradia e comércio), construídas no século XIX. Como afirma COSTA (2013), mesmo apresentando formas simples, sem grande apuro construtivo, as edificações implantadas ao longo da via paralela ao rio oferecem uma sequência rica de perspectivas, que caracterizam a singularidade da paisagem construída de Laranjeiras.

advogados, escritores, pintores e professores, atraídos pelo crescimento social que a centralidade da cidade trazia, fixavam ali residência, conforme demonstra a Historiadora Ester Fraga Vilas-Bôas do Nascimento apud FEITOSA (2012):

Laranjeiras, a partir da segunda metade do oitocentos, transformou-se no núcleo urbano e intelectual mais importante da Província, onde a diversificação social estava explicitada em sua vida cultural através dos teatros, dos gabinetes de leitura, dos liceus, dos clubes e dos jornais que veiculavam os movimentos que estavam ocorrendo na época. Naquele período, a cidade refletia as discussões e transformações que estavam ocorrendo no restante do país, como, por exemplo, as apresentações de peças nacionais nos seus dois teatros, as discussões políticas e religiosas travadas em jornais e periódicos, a construção de escolas e templos protestantes, o Clube Democrático, do qual saíram os primeiros dirigentes da República em Sergipe. (NASCIMENTO apud FEITOSA, 2012)

O estilo destes edifícios segue o padrão da arquitetura brasileira no referido século, que segundo Reis Filho (1987, p.34), era mais “leve” e “elegante” com um maior número de aberturas na fachada para ventilação/iluminação, porém, mantendo a relação característica do período colonial de implantação no lote, onde as testadas das casas definiam as ruas de aspecto uniforme e sem afastamentos laterais.

As características da paisagem urbana portuária e comercial de Laranjeiras estão relacionadas também com os modelos arquitetônicos e urbanísticos desenvolvidos nas cidades influentes mais próximas. Assim como a capital do Império importava os costumes e modos de vida da Europa, as pequenas províncias copiavam os hábitos dos grandes centros urbanos vizinhos.

As residências urbanas das províncias [no século XIX] constituíam cópias imperfeitas da arquitetura dos grandes centros do litoral. **Reunidos** junto à Corte, ou **nos centros urbanos de maior influência regional**, por seus interesses ou participação na administração pública, **os grandes proprietários rurais levavam, ao regressar às suas terras, as sementes de uma experiência arquitetônica que procuravam reproduzir em suas moradias urbanas e rurais. A adoção desses padrões representava mesmo a participação no poder central**, do qual emanavam como arquitetura oficial (REIS FILHO, 1987, p. 124, grifo nosso).

Figura 26 - Sobrados do século XIX na antiga Rua Direita, atual Getúlio Vargas, em 1975.



Fonte: AZEVEDO (1975)

Havia uma grande expectativa à acerca do papel da cidade de Laranjeiras como centro urbano mais importante, por toda a sua condição de desenvolvimento e crescimento. Porém, contrariando este fato, em 1855, o então Presidente da Província de Sergipe, “Inácio Joaquim Barbosa, transfere a capital de São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio de Aracaju (atual Aracaju), na época uma aldeia cercada de pântanos e dunas, localizada à margem direita do rio Sergipe” (PORTO, 1945, p. 18). Não há relatos contundentes acerca dos motivos que levaram a escolha de Aracaju como capital, levando em consideração o excelente momento pelo qual passava Laranjeiras, conforme aponta trecho da Enciclopédia dos Municípios do IBGE:

[...] Quando da mudança da capital da Província da Cidade de São Cristóvão para a povoação de Aracaju em 1855, muito se falou na inclinação do Presidente Inácio Barbosa, a favor de que a cidade de Laranjeiras fôsse o local escolhido para a nova Capital, o que, entretanto, não se concretizou por motivos de ordem pessoal do então Presidente da Província, que não os revelou. (FERREIRA, 1959, p. 350)

A bibliografia aponta que a escolha de Aracaju como nova capital foi um momento crucial na continuidade da ascensão e desenvolvimento de Laranjeiras para o século posterior. A cidade perderia um importante estímulo que a fazia manter seu ritmo de crescimento e não mais se inspirava pelo desejo de ser a sede da Província. Como aponta trecho da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros IBGE:

Do início dêste século para cá, estagnou-se o ritmo acelerado do progresso que vinha impulsionando a velha comuna sergipana, restando da grandeza vivida, a partir dos meados do século passado, amostras saudosas nos imponentes sobrados de suas ruas e na tradicional vivacidade do seu povo. Os fatores sócio-econômicos, que vêm caracterizando o século atual, sem dúvida nenhuma influíram negativamente e de maneira decisiva no desenvolvimento da então próspera cidade de Laranjeiras. Com as facilidades de transporte ferroviário e rodoviário para Aracaju, que dispõe de porto com capacidade para ancoragem de embarcações de maior envergadura, perdeu o velho município o controle econômico da zona de Cotinguiba onde se produz, em maior quantidade, o açúcar, que é o produto básico da economia de Sergipe, cujo controle passou a ser exercido pela Capital do Estado. (FERREIRA, 1959, p.350)

No entanto, Laranjeiras continuou exercendo, ainda por alguns anos, a influência de grande centro urbano e econômico da província e, assim, se manteve até o final do século XIX e, em alguns aspectos, até mesmo adentrando o início do século XX.

A formação urbana de Laranjeiras a colocou em posição de destaque enquanto representação da arquitetura “genuinamente” brasileira, embora tenha recebido o instrumento do tombamento apenas na década de 1990 quando parte da sua grandeza de outrora já se encontrava em arruinamento, mas com resolução suficiente para suprir a demanda por reconhecimento que o povo local aspirava enquanto parte da memória nacional.

3.2 - Tombamento de Laranjeiras, o valor do conjunto e da paisagem

Laranjeiras recebeu o tombamento estadual, por meio do Decreto nº 2.048 de 12 de março de 1971 que eleva a Cidade de Laranjeiras a Categoria de Monumento Histórico, e diz:

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE no uso de suas atribuições legais e

Considerando que compete ao estado promover a preservação e defesa do acervo de bens de valor histórico, artístico e natural existentes em seu território:

Considerando que a Cidade de Laranjeiras apresenta um conjunto arquitetônico constituído de casas, sobrados e templos que datam do século XVII, acervo de grande significação histórica e artística.

Considerando que patrimônio de tanta importância está condenado à descaracterização se não houver uma intervenção urgente e oportuna do Estado, visando a sua proteção (IPHAN. Processo de Tombamento nº 1288-T-89 anexo 1 pág. 407)

A posteriori, o “conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras” (ver figura 32) recebeu tombamento federal por meio do Iphan, em 1996, devido ao valor arquitetônico e histórico atribuído ao conjunto. O tombamento se deu pelo papel de destaque que a cidade ocupou no desenvolvimento econômico da região, identificado pela presença do primeiro porto, tendo, também, uma arquitetura civil imponente, devido à grande atividade em decorrência do cultivo da cana-de-açúcar.

O processo de desenvolvimento urbano de Laranjeiras, tem destaque de seu patrimônio edificado mais pelo conjunto do que por edificações isoladas, como afirma o relatório Executivo do Programa Monumenta²¹ em Laranjeiras:

A relevância e a riqueza da cidade se encontram no conjunto urbano composto por uma arquitetura civil imponente e a configuração de seus espaços públicos. Essa característica pode ser explicada pelo papel de “Empório Sergipano” desempenhado pela cidade nos séculos XVIII e XIX. (RIBEIRO, 1995 apud BONDUKI, 2010, p. 239).

²¹ O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. Site do Monumenta, Sobre o programa, http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164, acessado em 07/08/2022.

Figura 27 - Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras



Fonte: Iphan (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/357/>, acesso em 07.08.2022)

São tombadas isoladamente a Casa de Ti Herculano; Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio; Igreja de Comandaroba (Igreja de Nossa Senhora da Conceição); Igreja Matriz do Coração de Jesus.

Sobre os bens tombados isoladamente, com exceção da Casa de Ti Herculano, espaço em que se organizavam os cultos coletivos de matriz africana em Laranjeiras, todos os outros bens remontam à herança cristã católica, afirmando, mais uma vez, o que contestou Gilberto Freyre acerca do patrimônio na região Nordeste.



Da esquerda para a direita:
 Figura 28 - Casa de Ti Herculano (fonte: Damásio);
 Figura 29 - Capela Santo Antônio do Engenho Retiro (Thamires Leonel, 2018);
 Figura 30 - Igreja de Comandaroba (Thamires Leonel (2019);
 Figura 31 - Igreja Matriz Coração de Jesus (Thamires Leonel, 2019);



A importância da preservação da unidade do conjunto do núcleo de Laranjeiras, embora não haja muitos exemplares excepcionais tombados, é corroborada pelo Art 1º da Carta de Veneza (1964), quando diz que:

“A noção de monumento histórico compreende a ação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa, ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significância cultural. (CARTA DE VENEZA, 1994. p.1)

Figura 32 - Vista aérea do núcleo urbano original de Laranjeiras/SE: no eixo 1, às margens do Rio Cotinguiba, localizavam-se as atividades portuárias e a feira; no eixo 2, em direção à Comandaroba, está a antiga Rua Direita, antigo polo de concentração das atividades comerciais. Em tracejado, do lado direito, o “Quarteirão dos Trapiches”.



Fonte: COSTA, (2013) alterado pela autora

A maioria das edificações da área portuária, integrante do perímetro tombado de Laranjeiras, preservou as feições da sua época de construção justamente porque com o esvaziamento da cidade provocado por diversos fatores – proximidade com a nova capital de Sergipe, epidemias que assolavam a região, abolição da escravidão e decadência da cultura açucareira – não houve condições financeiras que promovessem a sua modernização. O processo de estagnação econômica contribuiu para a

preservação da paisagem construída da cidade, marcada pela arquitetura civil fruto do apogeu açucareiro e pela arquitetura religiosa com as igrejas coroando os morros que circundam o núcleo histórico.

O Processo de Tombamento, Nº 1.288-T-89, foi iniciado por meio do Projeto de Lei Nº 3476/1984, movido pelo deputado Francisco Rollemberg, no qual consiste a proposta de elevação da cidade de Laranjeiras, no estado de Sergipe, à categoria de Monumento Nacional. Na justificativa do Projeto de Lei, o deputado relata a memória que tem de sua cidade natal, seus acontecimentos e a passagem do tempo sobre ela. À época, o Sphan regional emite parecer técnico favorável ao projeto de lei e ao tombamento da cidade. Em trecho da proposta, Francisco Rollemberg destaca:


Realmente, na era do oitocentismo nacional, a cidade de Laranjeiras se apresentava sob o ponto de vista econômico, político, cultural, como um dos principais centros provincianos, merecendo até a titulação de “Atenas de Sergipe”. Povoador próspero no início do século XIX, Vila em 1832, cidade no ano de 1848, Laranjeiras é uma localidade típica daquela fase de formação nacional que Gilberto Freyre estudou em seu livro *Sobrados e Mocambos*. Encravada na área geo-econômica de Continguiaba, onde mais fortemente floresceu a civilização canavieira em terras da Província, a cidade bem poderia ser considerada, durante muitos anos da formação sergipana, a capital do açúcar, não foi, porém, apenas como centro de desenvolvimento econômico que o fez sentir, de modo tão forte, a presença laranjeirense na história de Sergipe. A parte material ainda bem viva, nos seus diversos prédios, nos seus monumentos religiosos, nos seus velhos trapiches, foi acompanhada e apreciável contribuição de caráter cultural, o que justifica o título que se lhe concedeu, como já mencionamos, de Atenas de Sergipe. (IPHAN - Processo nº 1.288 – T 89 p. 6)

O trecho do documento em que trata Laranjeiras como “Atenas de Sergipe” denota a importância e imponência da arquitetura de seu conjunto urbano. O município abriga em seu perímetro de tombamento, muitos exemplares da arquitetura colonial, como casario e o cenário monumental do século XVIII. Quando da criação da nova capital, Aracaju, as atividades foram polarizadas, o que causou um declínio econômico e estrutural em Laranjeiras, acarretando o abandono de várias edificações. Muitas edificações históricas encontram-se em um grave processo de arruinamento ou já arruinados.

O conjunto possui edificações registradas como ruínas desde a instrução do processo de tombamento, várias dessas ruínas passaram por intervenções de reconstrução no Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) na década de 1970.

Uma fonte documental importante é o Plano Urbanístico de Laranjeiras, datado de 1975, elaborado pelo Professor Paulo Ormino Azevedo mediante parceria entre a Universidade Federal da Bahia, o Governo do Estado de Sergipe e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Este Plano Urbanístico foi documentação importante para a fundamentação e instrução do processo de tombamento, visto que traz dados e mapas da evolução urbana da cidade. Entre os vários dados apresentados pelo Plano Urbanístico destacam-se, abaixo, aqueles que relatam a existência das ruínas:

Figura 33 - Fl. 129 do processo de Tombamento Nº 1.288-T-89 (em vermelho, grifo nosso)



II - TRAVESSAS:

01 - Travessa da Liberdade, possui dois (02) prédios.
02 - Travessa Coronel de Freitas, antiga Beco de Maqu, possui dois (02) prédios, sendo um (01) em ruínas.
03 - Travessa profº Oliveira, possui um (01) prédio.
04 - Travessa Marcolino de Brito, antigo Beco do Mijo, possui um (01) prédio.

III - LADEIRAS

01 - Ladeira Manoel Correa, antiga Ladeira do Bonfim, possui um (01) prédio.

IV - AVENIDAS

01 - Avenida Municipal possui dois (02) prédios.

V - PRAÇAS

01 - Praça Augusto Maynard possui quatro (04) prédios.
02 - Praça Josino Menezes possui cinco (05) prédios, sendo uma (01) em ruínas.
03 - Praça Profª Possidônia Bragança possui dois (02) prédios, sendo em ruínas.
04 - Praça Coronel José do Faro possui um (01) prédio.
05 - Praça Dr. Heráclito Diniz Gonçalves possui quinze (15) prédios.
06 - Praça Samuel de Oliveira, antiga Praça do Mercado, possui quatorze (14) prédios, sendo seis (06) em ruínas.
07 - Praça da República possui uma (01) ruína.
08 - Praça Marcolino Ezequiel possui cinco (05) prédios, sendo uma (01) em ruínas.

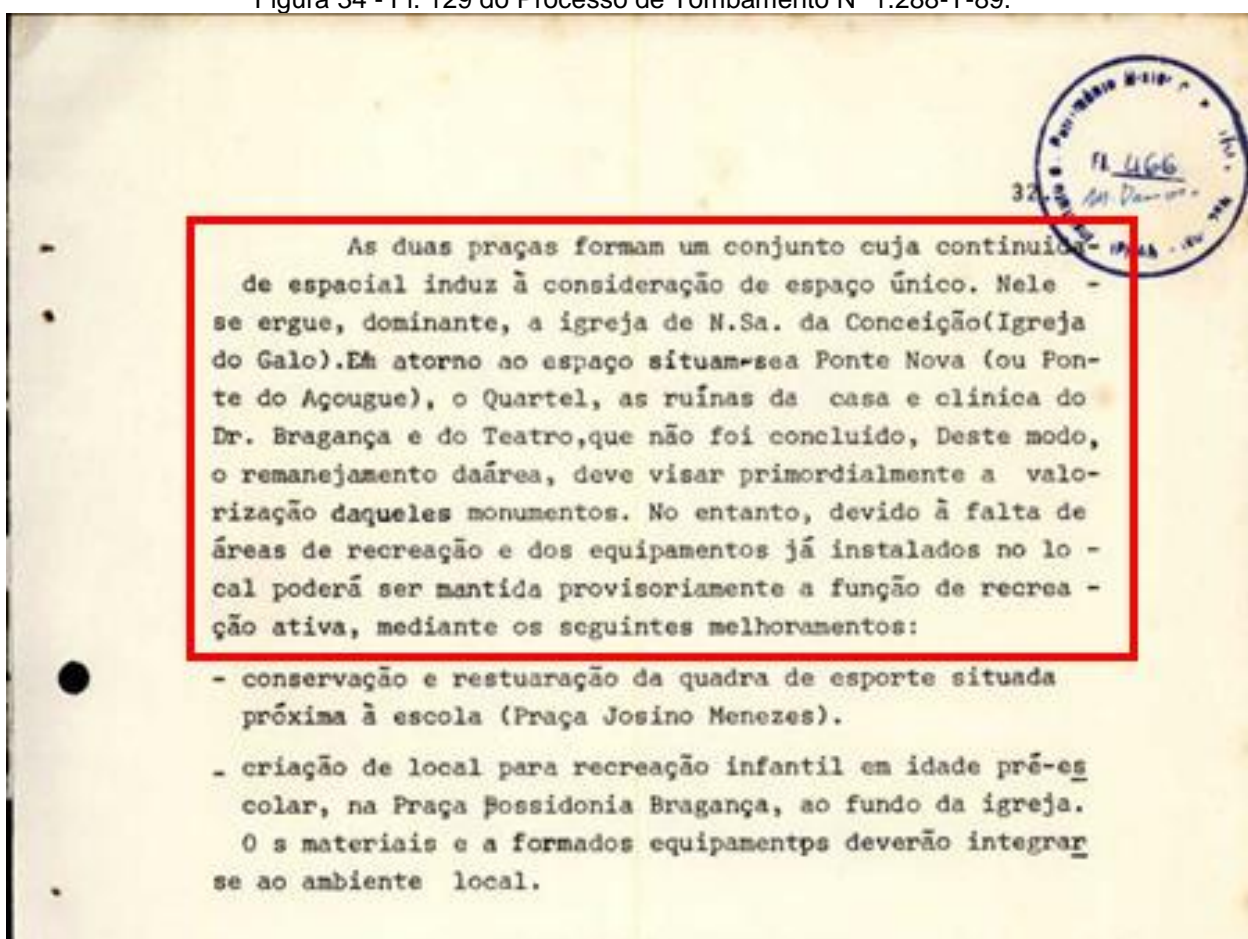
- Total de monumentos civis.....171
Em estado regular e bom.....146
Em ruínas.....25

Fonte: Arquivo Central do Iphan

Nota-se que, em 1975, momento da publicação do Plano Urbanístico, Laranjeiras já possuía a presença marcantes de ruínas em diversos pontos da cidade. A figura 39

indica a existência das ruínas “[...] da Casa e Clínica do Dr. Bragança e do Teatro, que não foi concluído [...]”. A Clínica do Dr. Bragança é a que hoje se conhece como Ruína do Hospital São João de Deus e a outra ruína citada, que registra a dúvida se um dia houve ali a finalização de sua construção, é a do Teatro São Pedro, que também registra a dúvida se foi ou deveria ser um teatro ou não. Ainda de acordo com Plano Urbanístico de Laranjeiras, em 1870 (figura 40) o Teatro já é representado enquanto ruína no conjunto urbano e da mesma forma em 1920 (figura 07).

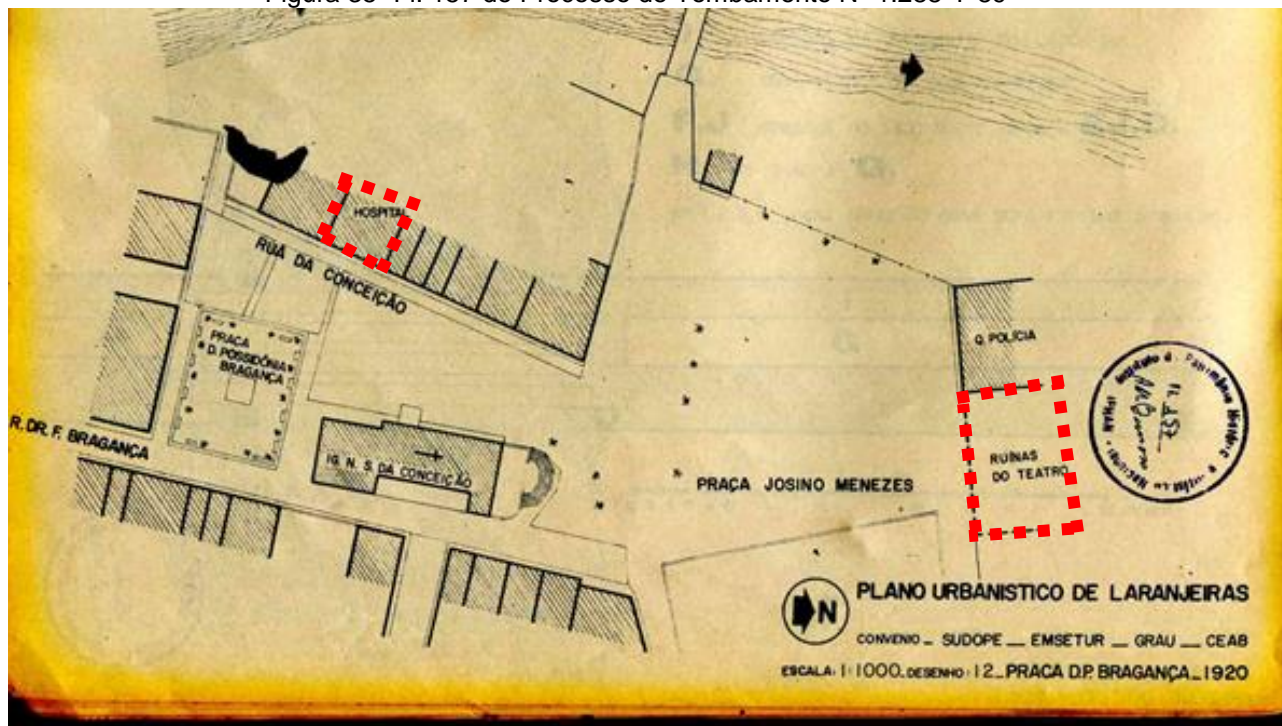
Figura 34 - Fl. 129 do Processo de Tombamento Nº 1.288-T-89.



Fonte: Arquivo Central do Iphan

Além de citar textualmente as ruínas, nota-se que nos mapas do plano urbanístico já constam referências às ruínas do Teatro São Pedro (conforme figura 40).

Figura 35 -Fl. 157 do Processo de Tombamento Nº 1.288-T-89



Fonte: Arquivo Central do Iphan, alterado pela autora

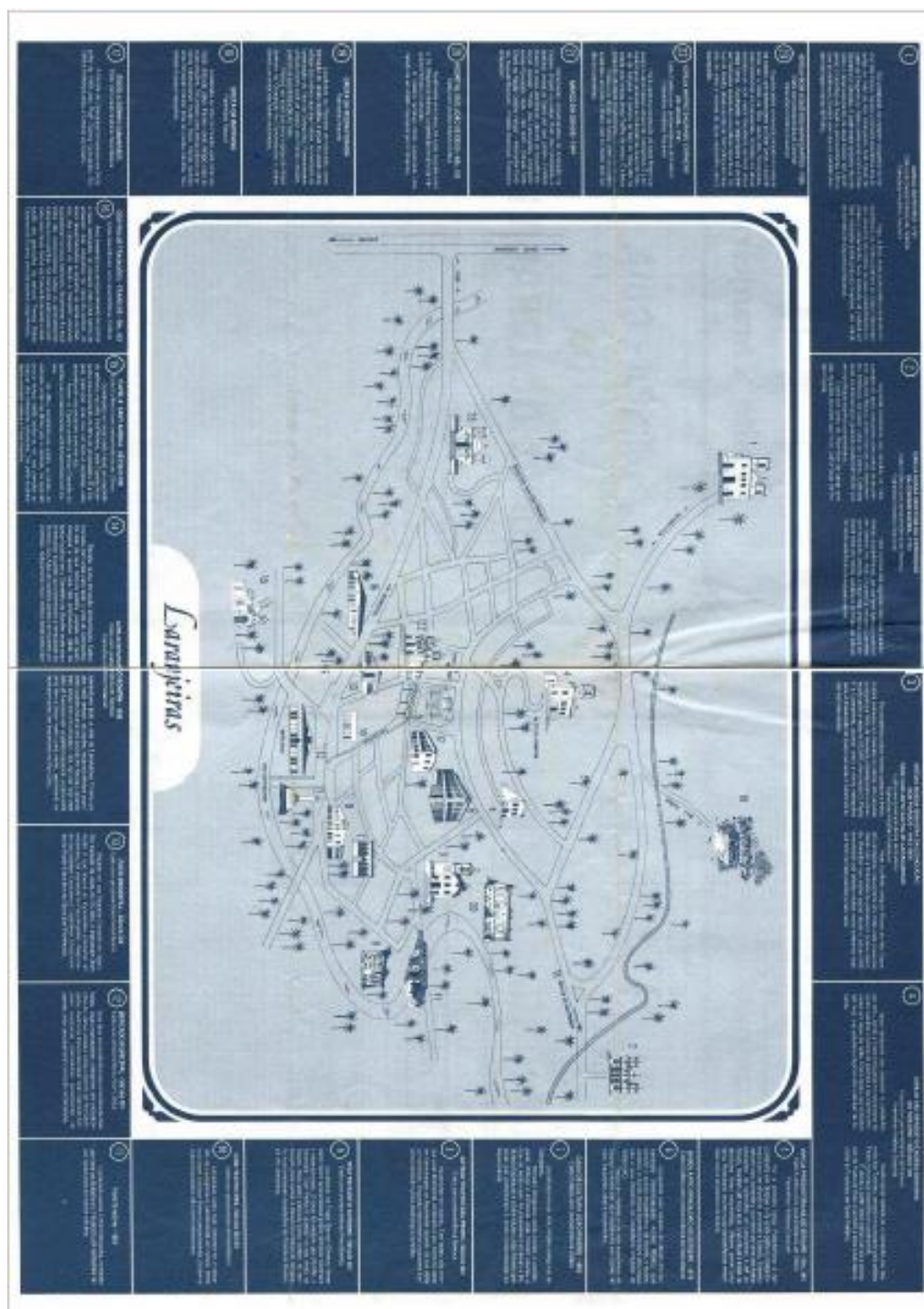
Também parte do processo de tombamento, são as imagens do “Mapa-Guia da Cidade de Laranjeiras” publicado pela Prefeitura Municipal em 1991. Destaca-se que, neste guia, entre os monumentos citados como atrações turísticas, estão duas ruínas arquitetônicas. As ruínas do Hospital de Caridade São João de Deus, e as ruínas do Teatro São Pedro.

Figura 36 - Mapa Guia de Laranjeiras, às fls. 170 do Processo de Tombamento N º 1288 -T_89



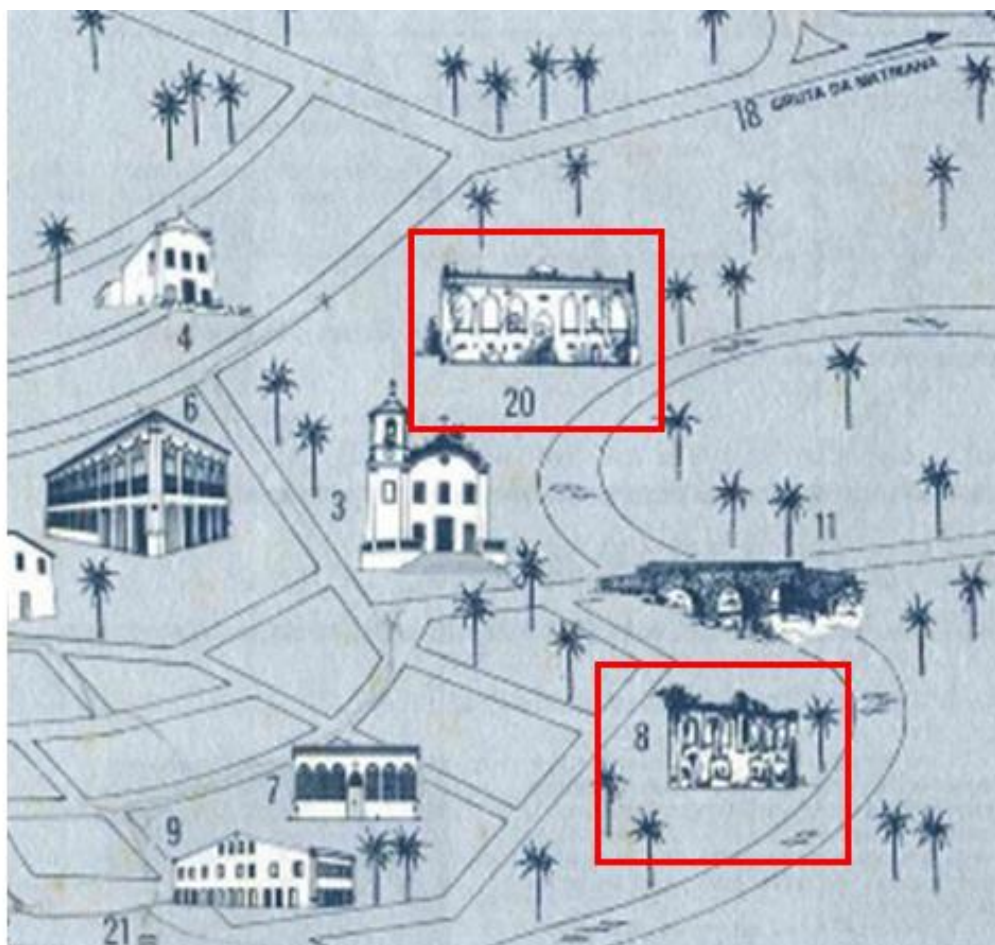
Fonte: Arquivo do Iphan

Figura 37 - Mapa Guia de Laranjeiras, às fls. 171 do Processo de Tombamento N º 1288 -T_89



Fonte: Arquivo Central do Iphan

Figura 38 -Recorte do Mapa Guia de Laranjeiras, com destaque para as ruínas.



8 **ANTIGO TEATRO SÃO PEDRO - Século XIX**
Estilo com predominância Barroca

Atualmente em ruínas. Este teatro não chegou a ser totalmente concluído e seu nome foi dado em homenagem ao Imperador quando da sua visita ao município. Segundo depoimentos populares funcionou também como alfândega e presídio.

20 **HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS - Séc. XIX**
Estilo com predominância Góica

Atualmente em ruínas, foi neste hospital onde o Dr. Bragança realizou a operação no olho de Virgulino Ferreira, o Lampião.
O médico recebeu como pagamento uma moeda de um vintém cravejada por 5 brilhantes.

Fonte: Arquivo Central do Iphan

Figura 39 - Ruínas do Hospital de Caridade São João de Deus



Foto: Thamires Leonel (2018)

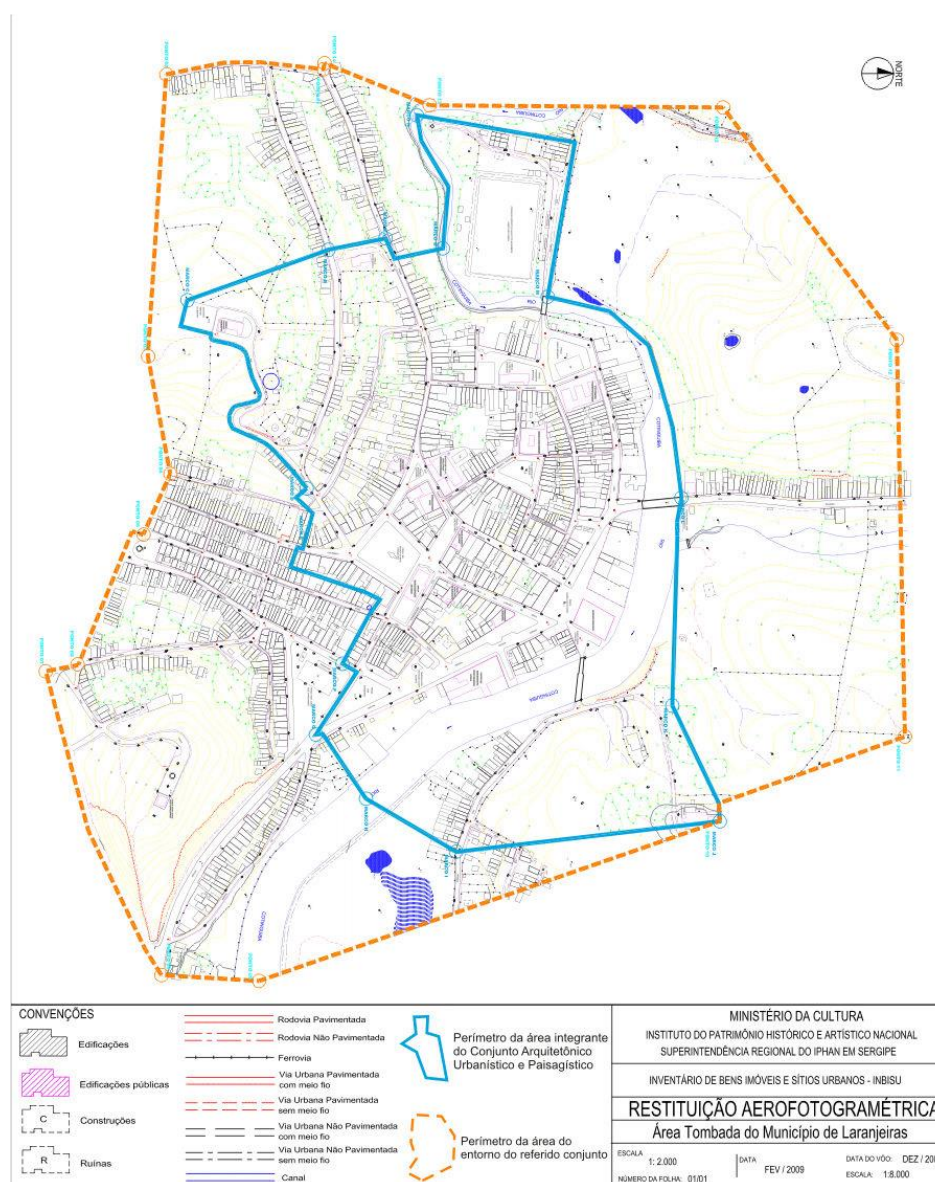
Figura 40 - Ruínas do Teatro São Pedro



Foto: Thamires Leonel, 2018

Foi então que, em 1996, foi finalizado o processo de tombamento que inscreveu o Conjunto Urbano da Cidade de Laranjeiras no Livro de Belas Artes (inscrição 604), Livro Histórico (inscrição 538) e Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (inscrição 111). A partir desse momento, o Iphan recebe a responsabilidade de zelar pela preservação desse conjunto urbano (ver figura 46) tanto no que diz respeito às edificações de interesse quanto às suas manifestações culturais.

Figura 41 - Mapa aerofotogramétrico do núcleo urbano de Laranjeiras/SE, mostrando os perímetros do conjunto histórico (em azul) e seu entorno (em laranja) tombados pelo IPHAN.



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2019)

Voltando o nosso olhar para as ruínas, fica evidente que elas estão presentes no conjunto desde muito antes de seu tombamento e que já fazem parte do imaginário da população. Seja a ruína do Hospital São João de Deus, (há diversos relatos orais que atestam ter sido o lugar onde Lampião teria realizado sua cirurgia do olho), ou o Teatro São Pedro, que teria recebido esse nome por causa da visita de D. Pedro II em sua passagem por terras sergipanas, as ruínas são partes integrantes da vida urbana de Laranjeiras e marcam, também um período de glória econômica da cidade.

Laranjeiras passa a integrar um grupo de patrimônios reconhecidos não só pelo seu valor estético ou arquitetônico, mas pelo seu valor documental, funcional e histórico, fazendo parte de uma mudança de paradigmas nesse reconhecimento e nas práticas de preservação como aponta SANT'ANNA:

A grande mudança na prática de seleção de áreas urbanas como patrimônio ocorreu na década de 1980, quando os critérios que a informavam deixaram definitivamente de lado a questão estética e passaram a fundamentar-se no valor histórico do objeto. De cidade-monumento, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área urbana-patrimônio passou a cidade-documento, objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases da sua história, como já a definia Rodrigo Melo Franco de Andrade no final de sua vida. Em suma, a área urbana passou a ser percebida como documento histórico, um 'objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas', além da história da arte e da arquitetura, como era usual (SANT'ANNA, 2014, p.301).

SANT'ANNA (2014) elucida a mudança dos critérios de seleção de áreas urbanas para tombamento, passando-se a reconhecer como patrimônio os núcleos urbanos que se destacavam não apenas pelo seu valor estético, mas também, e principalmente, pelo seu valor histórico, que no caso de Laranjeiras, traz as ruínas como componentes essenciais.

A mudança dos critérios de seleção foi também, gradualmente, acompanhada pela mudança dos princípios de intervenção, de modo que “a pior intervenção dentro de uma área histórica seria o pastiche²², pois, além de comprometer a autenticidade do

²² É uma Imitação. Uma simulação descontextualizada, visando imitar uma forma de construir de uma cultura, acompanhado de estetização e elementos sem significados.

conjunto, revelaria total incompreensão dos princípios de boa arquitetura e de verdade construtiva existentes no próprio conjunto” (SANT’ANNA, 2014, p.182).

É importante registrar que não se pode confundir “preservar” com “congelar” a cidade, estando ela sujeita às adequações de necessidades que surgirão, e que ruínas em centros urbanos requerem um olhar diferenciado tendo em vista sua localização privilegiada e função social.

Depois de mais de trinta anos como patrimônio Estadual e apenas seis anos como patrimônio federal, parte da paisagem urbana começou a se modificar de forma intensiva com a inserção da cidade de Laranjeiras no Programa Monumenta, em 2002.

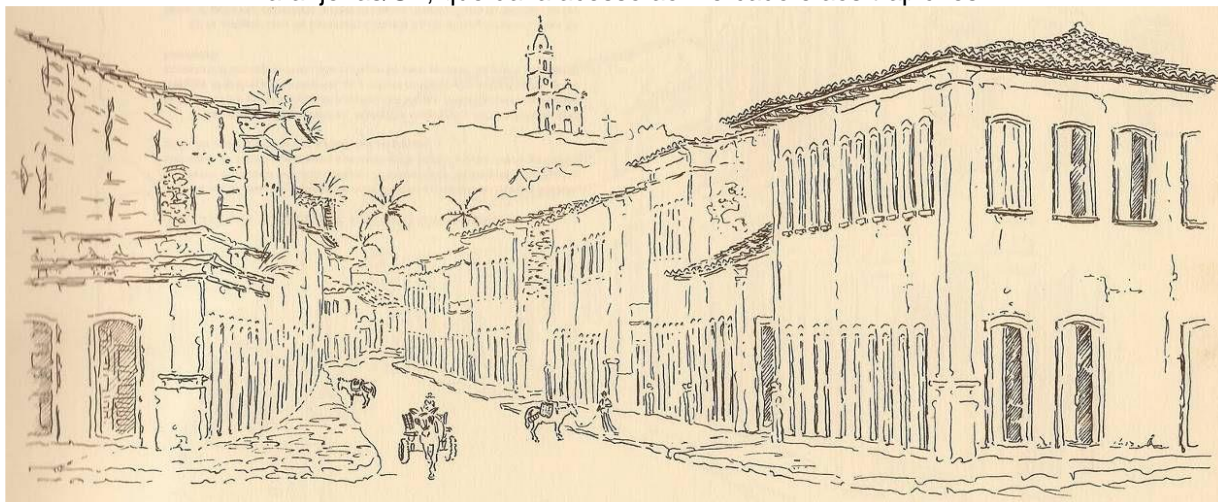
A “Restauração do Quarteirão dos Trapiches” foi a maior obra em área e quantidade de recursos do Monumenta em Sergipe – desenvolvido nas cidades de Laranjeiras e São Cristóvão. Ao todo foram mais de 3 milhões de reais aplicados num espaço construído de aproximadamente 3.500 m² (SEINFRA/SE, 2013). As intervenções do Monumenta em Laranjeiras impactaram sobremaneira as ruínas do quarteirão dos Trapiches. Essa intervenção foi objeto de diversas análises e questionamentos teórico-técnicos, dos quais iremos discutir a seguir.

3.3 – Intervenções do conjunto tombado de Laranjeiras

Nos idos de 1970, impulsionadas pelo tombamento estadual, algumas ações da política de preservação do patrimônio foram aplicadas em Laranjeiras, como a criação da fundação da Casa de Cultura João Ribeiro (1973), do Museu Afro-Brasileiro (1976), do Museu de Arte Sacra (1978) e do Centro de Tradições (1979).

Após esse período, Laranjeiras se mantém sem receber importantes intervenções partindo das políticas de patrimônio, e só em meados da década de 1990, numa parceria da prefeitura da cidade com o governo do estado, há uma obra, de intervenção urbanística, no conjunto tombado de Laranjeiras que, segundo Luis Antonio Barreto (2010), gerou uma grande discussão na cidade: a transformação de parte da Rua Getúlio Vargas em calçada.

Figura 42 - Ilustração dos casarões e casas comerciais da Rua Direita em meados do século XIX – Laranjeiras/SE, que dava acesso ao mercado e aos trapiches



Fonte: MAIA, et al, 1979, p. 53

O debate travou-se, pois, algumas pessoas entendiam que sua pavimentação, feita com pedras de calcário, assentadas no século XIX, deveria ser mantida por conta de sua representação histórica, já outros afirmavam que naquela região, a de maior comércio da cidade, aquele tipo de pavimento dificultava o transito de pedestres. Apesar da discussão, a execução do projeto foi concluída e atualmente o calçadão continua a abrigar a maior parte do comércio da cidade (ver figura 48).

Figura 43 - Calçadão no Centro de Laranjeiras após intervenção (2019)



Fonte: Thamires Leonel (2019)

Nesta sessão iremos abordar intervenções significativas que ocorreram no conjunto tombado de Laranjeiras através do Iphan, mais especificamente em se tratando das ruínas à luz das teorias do restauro e da história da instituição.

O conjunto mais significativo de ruínas que a cidade de Laranjeiras possuía, o Quarteirão dos Trapiches, constituído por diversas edificações da zona portuária às margens do Rio Continguiaba, passou por uma grande intervenção durante o Programa Monumenta (2006). Analisando a documentação em relação a essas intervenções, entende-se que o Monumenta impulsionou uma espécie de posicionamento institucional em relação às ruínas do conjunto, que valem lembrar, já era ruínas quando do tombamento do mesmo pelo próprio Iphan.

3.3.1 - O Programa Monumenta e o quarteirão dos Trapiches

A recuperação do conjunto do Quarteirão dos Trapiches (2012), foi um projeto que fez parte do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta, onde se utilizou de uma ampla política de intervenções e qualificação de espaços públicos e imóveis privados em núcleos históricos. O Programa surge com a proposta de realizar não só para revitalização física dos sítios, mas para criar uma dinâmica capaz de transformar esses núcleos em espaços autossustentáveis, segundo BONDUKI:

O Monumenta não é um programa tradicional de restauração de edifícios e sítios urbanos protegidos – embora isto também faça parte das suas intervenções – tendo, ao longo dos seus onze anos de existência, inovado significativamente as políticas de preservação no país. O Programa realizou intervenções na perspectiva de qualificar os espaços públicos dos núcleos históricos e de gerar impactos – econômicos, urbanos, sociais e culturais – para garantir a sustentabilidade do processo de preservação, ou seja, para criar bases concretas que pudessem permitir o desenvolvimento destas cidades com respeito ao patrimônio, a ser protegido e incorporado à vida urbana. (BONDUKI, 2010, p.09)

O modelo institucional e financeiro do programa estava em consonância com as diretrizes que orientaram as políticas públicas no Brasil após a redemocratização e a Constituição de 1988, sendo um modelo descentralizado e, na teoria, socialmente participativo.

O projeto executado pelo programa interviu de maneira “restaurativa” nas ruínas localizadas à Praça Samuel de Oliveira, recompondo partes, reconstruindo outras, e fazendo com que em muitas áreas, o objeto ficasse irreconhecível, atendendo em parte, ao programa de necessidades para a instalação do *campus* da Universidade Federal de Sergipe.

A sugestão para implantação de um *campus* universitário foi debatida na Oficina de Planejamento Participativo organizada para definição da estratégia do Programa Monumenta na cidade, em 2000, com coordenação do IPHAN, UEP-Unidade Executora de Projetos local com a presença de representantes da comunidade. A implantação de cursos de nível superior já aparecia no projeto original [do Programa Monumenta em Laranjeiras] como a principal estratégia para enfrentar a estagnação da cidade, embora se falasse, à época, em “instituição privada de ensino superior” (BONDUKI, 2010, p. 256).

O Plano Nacional de Educação do Governo Federal de expansão das instituições de ensino superior público criado a partir de 2005 possibilitou a implantação da Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras com os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Dança, Museologia e Teatro. A localização do *campus* na Praça Samuel de Oliveira foi determinada pelo avançado estado de deterioração desta área de destaque da cidade (ver figura 49) e pela possibilidade de reversão da situação de abandono com a concentração dos recursos de forma pontual. Em paralelo, a compatibilidade entre o sítio escolhido, praticamente desprovido de estruturas construtivas e a necessidade de instalações capazes de abrigar um *campus* universitário foi determinante para a concretização da ideia (BAETA; NERY, 2012).

Figura 44 - : Vista do núcleo histórico de Laranjeiras/SE, com as ruínas do Quarteirão dos Trapiches em destaque.



Fonte: Intervenções Urbanas na recuperação de centros históricos (2010).

À época da intervenção do Programa Monumenta em 2006, o denominado “Quarteirão dos Trapiches”, como foi denominado pelo programa (ver figura 50, 51) apresentava-se com seis edificações de diferentes proprietários: três delas não possuíam utilização e as demais se dividiam entre prédio de serviços públicos (Exatoria), residência/instituição (Sobrado, 117) e garagem (Trapiche Santo Antônio).

Na bibliografia consultada nesta pesquisa, referente à história da arquitetura urbana do período colonial (REIS FILHO, 1987; LEMOS, 1989; MARX, 1991) e à arquitetura do açúcar (GOMES, 2008; AZEVEDO, 2009), não foram encontradas menções às características funcionais e tipológicas que definiriam claramente uma edificação como “trapiche”. A atribuição da palavra “trapiche” na bibliografia relacionada aos modos de produção do açúcar (AZEVEDO, 2009) se refere aos engenhos movidos à tração animal.

Apenas as referências bibliográficas sobre a cidade de Laranjeiras (AZEVEDO, 1975; ALMEIDA, 1984; DANTAS, 2009) mencionam “trapiches” como antigos armazéns de estocagem de açúcar. Azevedo (1975) ao citar a construção do atual Centro de Tradições, coloca que:

Originalmente construído como depósito ou trapiche, para comercialização e armazenagem da produção agrícola, em virtude da vizinhança com o antigo

Porto da Quaresma, hoje desativado em virtude das condições de navegabilidade do Rio Cotinguiba. Também abrigou alojamento de escravos, uma tecelagem e a Intendência (AZEVEDO, 1975, v. 1).

Figura 45 - Visão geral das edificações da zona portuária de Laranjeiras/SE



Fonte: COSTA (2013), alterado pela autora.

Figura 46 - Sobrado do século XIX situado na Praça Samuel de Oliveira, nº 159, integrante do conjunto do Quarteirão dos trapiches



Fonte: AZEVEDO (1975)

Figura 47 - Fotografia tirada da margem norte do Rio Contiguiba revelando os pilares de pedra arruinados do Trapiche



Fonte : Rodrigo Baeta (2003)

A área do projeto para a implementação do programa concentrou-se na região central do núcleo tombado, por não poder atender todo o perímetro de tombamento, foi determinado que os recursos se concentrariam na Praça Samuel de Oliveira, tanto pela excepcionalidade do conjunto, por se tratar do quarteirão dos antigos trapiches, quanto por ser uma das áreas mais degradadas dentro do mesmo (ver figura 52).

Visando não apenas fomentar a atividade turística, que era um dos eixos do Programa Monumenta, traço herdado do Programa Cidades Históricas (PCH)²³, a intervenção em Laranjeiras tinha um programa de necessidades definido para a implantação de cursos de licenciatura de uma faculdade particular, essa destinação mudou posteriormente, sendo implantado o campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS), alinhado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do governo Federal.

²³ O Programa de Cidades Históricas (PCH) foi implementado no início da década de 1970 pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) com vistas à recuperação das cidades históricas da região Nordeste do Brasil. Além disso, buscava a descentralização da política de preservação cultural por meio de sua execução pelos estados, aplicando recursos significativos nessa área. Fonte: Dicionário do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Diversas foram as contradições na elaboração e execução do projeto, com mudanças bruscas de conceito e partido arquitetônico, relatadas pelo próprio autor da proposta inicial, o arquiteto Rodrigo Baeta. A proposta inicial seria de não só criar o espaço destinado à realização das atividades acadêmicas, mas criar um espaço integrado para que os moradores da cidade se sentissem parte daquele contexto.

Segundo os arquitetos responsáveis pela proposta inicial, o “projeto não visou a restauração dos edifícios como unidades independentes, mas buscou a restituição da unidade figurativa fraturada do conjunto urbano.” (NERY, BAETA, 2012). E para este conjunto afirmam terem ancorado decisões técnicas do projeto para a escolha do seu partido arquitetônico na Teoria Brandiana de restauração, conforme trecho publicado pelos mesmos:

Antes de expor a conceituação que teria embasado, em um primeiro momento, o projeto arquitetônico de intervenção para a recuperação das áreas dos trapiches – e adaptação de suas dependências, altamente degradadas, a um futuro campus universitário – seria importante tecer algumas considerações sobre a teoria que amparou a constituição do partido arquitetônico que impulsionaria o desenvolvimento da proposta de revitalização: a teoria de restauração elaborada por Cesare Brandii (1906-1988) – os princípios que, para a equipe que desenvolveria os projetos arquitetônicos de intervenção para o Programa Monumenta Laranjeiras (os arquitetos Fernando Márcio de Oliveira e Rodrigo Baeta), melhor traduziria o momento contemporâneo. (NERY, BAETA, 2012 p. 04).

Assim como todas as obras de arte, os núcleos urbanos também passam por perdas significativas de sua materialidade. Como já discutido anteriormente, os motivos são diversos: a ação do tempo corroendo sua estrutura, porém, mais danosa que a simples ação do tempo, são as mutilações e acréscimos provenientes de seu uso impensado, do qual não leva em consideração o valor patrimonial.

Estas modificações interferem na apreensão da qualidade artística e histórica do bem. Por isso, o processo de restauração é pertinente nestes casos. No caso particular de Laranjeiras, os elementos componentes de sua unidade urbana, com ênfase para a Praça dos Trapiches, geravam um organismo de grande valor histórico e estético, que poderia ser entendido como uma obra de arte, e como um registro histórico vivo da cidade, apesar de muitas perdas de sua materialidade, como descreve NERY, BAETA:

Na verdade, seis construções componentes do projeto estavam em avançado estado de arruinamento tendo perdido, até mesmo, sua unidade artística em potencial, sua mínima integridade. Outras duas construções receberiam intervenções na década de 70 fundadas na total remodelação de seu espaço interior, não preservando, deste modo, uma leitura “possível” de seu aspecto artístico oitocentista. (NERY, BAETA, 2012 p. 10)

Sendo assim, não era admissível, seguindo o conceito Brandiano exposto e adotado pelos projetistas, a tentativa de restauração desses edifícios, pois, se cometeria, inevitavelmente, num pastiche, um falso histórico. Por esse motivo o projeto não objetivaria realizar a recuperação dos edifícios individualmente, mas, recuperar a unidade potencial do conjunto, que não havia se perdido em definitivo (ver figura 53), para o completamento da paisagem urbana, a intenção dos projetistas seriam a recuperação volumétrica do conjunto dos trapiches:

Assim, a reintegração volumétrica de monumentos implantados no mais importante “fato urbano” da cidade (ROSSI, 1995), o Quarteirão dos Trapiches na Praça Samuel de Oliveira e o Calçadão da Rua Getúlio Vargas, não caracterizaria uma ação de restauro no que se refere à condição artística dos prédios isoladamente – pois, para o resgate da continuidade estética dos edifícios não bastaria somente a recuperação de seu espaço exterior, mas também de sua cavidade interna, completamente perdida por degradação, ou alterada pela ação humana. A intervenção proposta assinalaria, na verdade, um processo de restauração da unidade estética do “fato urbano” em questão, o que apontaria, finalmente, para um primeiro impulso de restauro da unidade plena da paisagem urbana da cidade de Laranjeiras. (NERY, BAETA, 2012 p. 10)

Figura 48 – Quarteirão dos Trapiches no ano em que seria desenvolvido o projeto de recuperação das suas estruturas arquitetônicas.



Fonte: Rodrigo Baeta (2003)

Fica claro, que na elaboração inicial do projeto, não havia a intenção de restaurar as ruínas do quarteirão, mas intervir de forma a integrá-las a um novo contexto e um novo objeto, sem que elas perdessem o seu aspecto original de ruína, que era intrínseco à unidade da obra de arte, não sendo pensada a reconstrução de partes perdidas, nem complementos usando analogia, fotografias ou outros registros, não sendo admitido o falso estético nem o falso histórico.

Todos os edifícios arruinados estavam abandonados e, na maioria das vezes, com a sua entrada vedada por alvenaria. A intervenção consistiria na recuperação da caixa mural e da volumetria dos edifícios do Quarteirão – com exceção do maior deles, Trapiche Santo Antônio, construção que apresentava um estado de degradação que impossibilitava qualquer tipo de recuperação.

. O projeto também contava com a transformação da grande área que se estendia no interior da estrutura do Trapiche Santo Antônio – povoada por quase quarenta pilares de pedra – em uma praça aberta à população local e para o uso da própria universidade (espaço a ser administrado e zelado pela prefeitura de Laranjeiras), essa solução seria uma tentativa de integrar esses edifícios ao espaço público e fazer a população não usuária da universidade utilizar, também, esse ambiente.

Figura 49 – Pilares de pedra do interior do Trapiche Santo Antônio com as peças de madeira apodrecidas que ainda colaboravam para sua estabilidade.

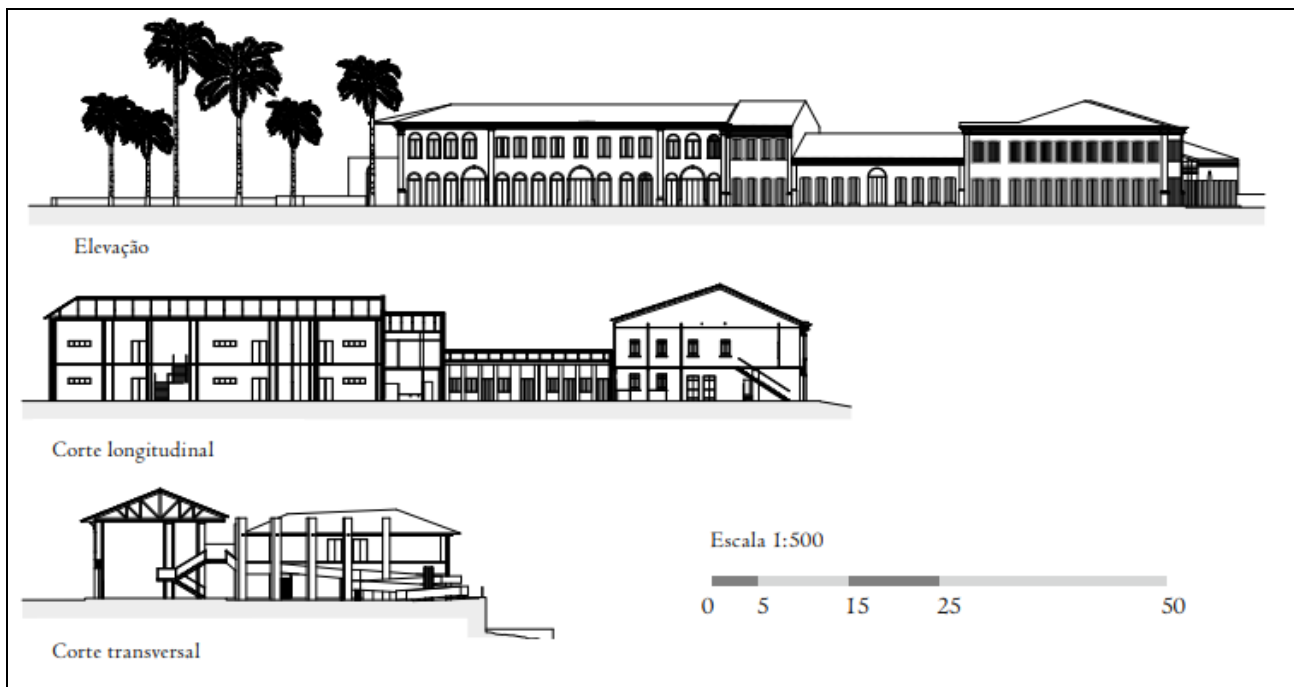


Fonte: Rodrigo Baeta (2003)

Com a mudanças de posicionamentos durante o projeto, que geraram um produto diferente (ver figura 55) do que os autores haviam pensados inicialmente, provocadas por decisões políticas e institucionais, o que se vê hoje, ao chegar ao núcleo central da cidade de Laranjeiras, são fachadas reconstruídas, com aparências de novas (ver figuras 58 e 59), não se notam as ruínas, que ficaram limitadas a partes do interior da universidade (ver figura 56 e 57), como afirmam NERY E BAETA:

Após a entrega do anteprojeto, amplamente revisado, ainda no ano de 2003, os arquitetos responsáveis pela sua idealização e desenvolvimento nunca mais seriam consultados sobre absolutamente nada referente a alterações, detalhamento ou realização da obra. Após a aprovação do perfil contendo os projetos básicos de implementação efetiva do programa, alterações visando a recuperação tipológica de algumas das edificações seriam desenvolvidas por consultores locais do Monumenta sob a orientação de técnicos do IPHAN sem o conhecimento prévio da UEP nem dos autores do projeto – o que geraria embates muito tensos entre as partes institucionais envolvidas no processo. Infelizmente, os conflitos acerca das soluções permaneceriam de certa maneira insolúveis até a saída da arquiteta Juliana Nery da UEP no início de 2005. Desfeita a resistência, prevaleceriam tais adulterações e se somariam a elas ainda outras. (NERY, BAETA., 2012 p. 29)

Figura 50 – Cortes do Projeto executado pelo Monumenta no Quarteirão dos Trapiches



Fonte: BONDUKI, p. 260

Figura 51 – As ruínas do Trapiche ao fundo, a partir da outra margem do Continguiba



Fonte: BONDUKI, p.268

Figura 52 – O Trapiche após a intervenção do Monumenta



Fonte: BONDUKI, p.268

Figura 53 – Quarteirão dos Trapiches após intervenção do Monumenta, atualmente, campus da UFS.



Foto: Thamires Leonel (2019)

Figura 54 – Quarteirão dos Trapiches após intervenção do Monumenta, atualmente, campus da UFS.



Foto: Thamires Leonel (2019)

Figura 55 – Conjunto de pilares no interior do Campus da Universidade Federal de Sergipe – UFS



Foto: Thamires Leonel (2019)

Em se tratando da unidade potencial (baseada na teoria Brandiana), do conjunto urbanístico de Laranjeiras, elas não são mais percebidas. Além disso, a comunidade se sente pouco pertencente àquele espaço, grande parte dos frequentadores do Campus não são moradores de Laranjeiras, a proximidade da cidade com a capital fez com que o objetivo de criar, também, novas dinâmicas ali não fosse alcançado com tanto êxito.

Além disso, há também uma preocupação com a questão do uso dessas estruturas, como cita BONDUKI (2010):

Os resultados da implantação de um campus universitário são muito positivos para a preservação sustentável de um núcleo histórico. O aporte de recursos federais constitui um apoio financeiro essencial para o município reverter o quadro de estagnação econômica. As cidades passam a receber milhares de estudantes de fora, que necessitarão de locais para residência, alimentação, lazer e consumo. Por si só, isso significará uma demanda extraordinária para a utilização do patrimônio edificado da cidade, aspecto fundamental para a garantia de preservação. No entanto, a intervenção traz riscos a toda cidade histórica. O aumento de demanda e de circulação de dinheiro pelo município poderá significar também a possibilidade de **reformas mal executadas e improvisadas, que buscam uma rentabilidade maior no uso do espaço**. Além do aporte adicional de recursos de acordo com as diretrizes estabelecidas no financiamento de imóveis privados, será necessário ampliar a fiscalização e o controle. (BONDUKI, Nabil. 2010, p.28, grifo nosso)

Além disso, duras críticas atingiram as decisões tomadas pelo Iphan através do Programa Monumenta, na intervenção deste conjunto. Em que medida, na execução deste projeto respeitou o objeto ruína e o tratou como tal?

As professoras do curso de arquitetura BRENDLE e VIEIRA (2010) que atuam no Campus - UFS Laranjeiras afirmam que “o projeto final e obra foram repassados a outros profissionais e o resultado foi a produção de um pastiche de proporções gigantescas onde a imitação brutal do passado é colocada ao lado de soluções projetuais e construtivas muito pobres.” A materialidade do objeto não foi respeitada como deveria, uma vez que foram utilizados materiais e técnicas inadequadas para ações de consolidação de suas partes (ver figura 61).

Figura 56 - Detalhes da intervenção realizada



Fonte: Betânia Brendle, 2009

Como é possível ver na imagem, não foram levados em conta preceitos básicos da restauração tratados nesse trabalho nos capítulos anteriores, os pilares em ruínas foram sufocados por paredes em alvenaria, não foram evidenciados, foi utilizado material inadequado, e não o design contemporâneo onde fica clara a intervenção, como deveria ser, sem a definição de um aporte conceitual e metodológico claro na aplicação do projeto na sua execução.

Esse processo de intervenção se deu num campo repleto de disputas, das quais são sempre presentes quando se trata do patrimônio, do restauro e de decisões críticas, foi a decisão do Iphan de modificar o projeto apresentado e executá-lo à revelia dos que estavam à frente de sua elaboração.

Essa intervenção é objeto de pesquisa de diversos acadêmicos e profissionais da área da arquitetura, arqueologia, museologia e outras áreas que discutem o patrimônio e a restauração. Além disso, ela direcionou posicionamentos técnicos posteriores dentro do Iphan, que acarretaram demandas que discutiremos a seguir.

3.3. 2 Ruínas e a questão legal, um embate entre o MPF e o Iphan

Neste tópico iremos adentrar em uma das principais problemáticas enfrentadas pela superintendência do Iphan-SE, que pode também corresponde à realidade de outras superintendências, no que se refere ao trato das ruínas e em demandas de ordem judicial que devem ser cumpridas pelo órgão de patrimônio, particularmente:

- Ação Civil Pública nº 0003883-04.2011.4.05.8500 que trata da Recomposição Volumétrica das Ruínas do Teatro São Pedro que resultou na celebração do contrato nº 06/2019;
- Ação Civil Pública nº 0003583-71.2013.4.05.8500, referente à Fachada Principal da Ruína localizada na Praça Coronel José Muniz Barreto, nº 03, Laranjeiras/SE que resultou na celebração do Contrato nº 04/2018;

- E o processo 01504.000367/2012-67 referente ao imóvel abandonado, localizado à Rua Jackson de Figueiredo, nº 156, em Laranjeiras/SE. SOBRADO DA PRAÇA DA MATRIZ.

Essas ações, todas posteriores ao Monumenta, são o resultado de ações judiciais provocadas por posicionamentos técnicos dentro da própria superintendência do Iphan-SE, que mencionaram a possibilidade de recomposição volumétrica das ruínas e acabaram por criar motivações para a Demanda Judicial.

Ruínas do Teatro São Pedro: a que serve a recuperação volumétrica?

Dentre as experiências, está a intervenção emblemática da edificação conhecida como Ruínas do Teatro São Pedro, localizadas no Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Laranjeiras que integra o acervo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Trata-se de uma edificação neoclássica com tendências neocoloniais com estrutura de um sobrado com janelas e portas em arco pleno, localizada na praça Possidônio Bragança, em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Pardos e margeando o leito do Rio Continguiaba.

Em 2008, foi recomendada intervenção imediata nas ruínas citadas, através do Ministério Público Federal (MPF) com base em laudo técnico da Defesa Civil. Segundo o laudo, havia sério risco de desabamento de uma das paredes da ruína, oferecendo risco às edificações vizinhas e aos transeuntes que ali passavam. O laudo foi recebido pelo Iphan e confirmado através de vistoria posterior, sendo do entendimento do órgão a urgência em realizar-se obra de estabilização, o que deu início às intervenções realizadas no objeto.

A solicitação apresentada pelo Ministério Público Federal que consta no Processo Judicial nº 0003883-04.2011.4.05.8500 deveria atender à demanda de estabilização da ruína existente. Entretanto, na resposta do Iphan ao MPF há um trecho que define todo o desenrolar do processo a posteriori, presente no Ofício ° 79/2008, que consta no processo físico nº01504.000657/2001-20. Referente à estabilização da

ruína: “No entanto, esta estabilização deve seguir os preceitos de reversibilidade, necessários e obras de restauração, já que, *a priori*, **o edifício deva sofrer posterior restauração da volumetria.** ” (Grifos nossos), assina a então superintendente do Iphan-SE, Eliane Maria Silveira Fonseca Carvalho.

É importante observar que, o Ministério Público Federal questionou e apontou a necessidade de estabilização emergencial da ruína, visto que a mesma oferecia risco, não sendo citada, por parte dele, a necessidade de restauração volumétrica. Esse é, do ponto de vista dessa pesquisa, um dos pontos cruciais dos resultados equivocados que foram atingidos por essa intervenção.

A sugestão de recomposição dada pelo Iphan resultou em demandas que foram materializadas em uma intervenção questionável, do ponto de vista da conservação e de sua necessidade real. Qual a justificativa para recuperar volumetricamente desta ruína, uma vez que quando do tombamento do conjunto, o bem já apresentava estado de ruína, como atestado no processo 1288-T-89?

Figura 57 - Fachada das Ruínas do Teatro São Pedro antes da estabilização



Fonte: Acervo Digital do Iphan. 2012

Em fevereiro de 2008 o Iphan notificou o então proprietário José Américo Sampaio Barreto, para que comparecesse ao órgão. O mesmo informou não possuir recursos para empreender tal obra, sendo esclarecida a possibilidade de ser executada com recursos da União, sendo necessária a comprovação da incapacidade econômica do proprietário. Como prevê o Art. 19 do DL 25/37:

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa. (Vide Lei nº 6.292, de 1975)

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Em virtude da Inexistência de técnicos da área de Engenharia Civil, a Superintendência do Iphan-SE trabalhou em cooperação técnica com o Departamento de Habitação e Obras Públicas do Estado de Sergipe –DEHOP.

Sendo assim, a Procuradora opina pela realização das obras emergenciais pelo Iphan, de modo a conter o risco iminente de desabamento, chamando atenção para o dever de incolumidade a que estão sujeitos os órgãos e entidades do poder público.

Em 2011 o Iphan informa, através do Ofício nº 332/2011, à Procuradoria que os recursos para as obras emergenciais relativas à estabilização estão garantidos, dependendo apenas de trâmites operacionais para a realização da Licitação para a contratação dos referidos serviços, sendo os recursos disponíveis no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Novamente, o Iphan afirma “esta estabilização deve seguir os preceitos de reversibilidade, necessários em obras de restauração, já que, a priori, o edifício deverá sofrer posterior restauração da volumetria”. Atente-se para o fato dessa afirmação não

estar presente em nenhuma diretriz do órgão, sendo um entendimento do corpo técnico que o compunha àquele momento. Afirma, ainda, que “

Assim sendo, o IPHAN reconhece a necessidade de recomposição da paisagem urbana de Laranjeiras, tal como já operou em outras obras através do Programa Monumenta²⁴ e ainda mesmo considerando a indefinição de propriedade do imóvel, poderá encaminhar providências para a elaboração do projeto de recuperação de sua volumetria (IPHAN-SE, Ofício nº 332/2011)

As obras de estabilização (figura 63) das Ruínas foram executadas pela empresa Oficina de Projetos Ltda. contratada através de processo licitatório. As obras foram finalizadas em maio de 2012, com retirada de vegetação existente através da aplicação de herbicida, lavagem do substrato, estucamento de topos e peitoris, integração de partes da alvenaria de pedra, vedação dos vãos de esquadrias com alvenaria de bloco cerâmico, recuperação das alvenarias de adobe, assim como o escoramento em madeira montado com peças de massaranduba com seção 10x15 cm, conforme consta no relatório Final de execução da obra.

Figura 58 - Fachada das Ruínas durante as obras de estabilização



Fonte: Acervo Digital do Iphan. 2012

²⁴ Refere-se às Obras realizadas no Quarteirão dos Trapiches, atual campus da Universidade Federal de Sergipe, em Laranjeiras.

Concluída a obra de restauração, o Ministério Público Federal obriga o Iphan a apresentar projeto de recomposição volumétrica num prazo de 60 dias, além de realizar a execução da obra em 180 dias (contados a partir do dia 17 de janeiro de 2013), através de Decisão Judicial proferida nos autos do processo nº 0003883-04-2011.4.05.8500

É importante frisar que do ponto de vista de todos os procedimentos necessários para uma intervenção desse tipo, além de prazos administrativos, licitatórios, esse prazo era inexecutável, representando um outro problema de ausência de conhecimento técnico por parte do Ministério Público referente à atividade de restauração.

Entretanto, é importante salientar que o próprio órgão, por meio de pareceres técnicos, apresentou a demanda para que o ministério público obrigasse o pedido de execução da recuperação volumétrica, conforme referido anteriormente. Apesar de constar em diversos pareceres técnicos do Iphan, não houve nenhuma justificativa teórica para que a recomposição volumétrica fosse executada nessa ruína ou em qualquer uma outra. Sendo assim, o Iphan teve que assumir uma responsabilidade que ele mesmo sugeriu.

A partir daí, na tentativa de unicamente cumprir os prazos determinados, o Iphan cometeu diversos equívocos que levaram a um resultado questionável do ponto de vista da ordem dos processos, e da própria questão formal a qual o processo se propõe.

O Projeto Básico da Obra de Construção da Volumetria do Antigo Teatro de Laranjeiras apresenta trechos que atestam que o projeto foi elaborado à revelia de preceitos importantes quando se trata da questão da restauração (documentação, reconhecimento do bem, pesquisa histórica, e respeito à materialidade), observemos o seguinte trecho da Justificativa:

Em 2012, a Justiça Federal determinou que a Superintendência do Iphan em Sergipe executasse a estabilização da estrutura, **além da criação e execução de um projeto para “recomposição da volumetria** das ruínas (cf. Processo 1504.0286/208-81). No momento da execução das obras de estabilização, os arquitetos da superintendência verificaram a existência de uma estrutura em pedra correspondente às antigas fundações do edifício e atentaram para a necessidade de pesquisas arqueológicas prévias, com o intuito de conhecer melhor o bem e resguardá-lo de possíveis impactos negativos advindos das futuras obras de engenharia. (Processo 0154.000372/2013-51 p. 24 grifos nossos)

Apesar do reconhecimento da necessidade de minucioso trabalho da pesquisa arqueológica, segue a justificativa:

Assim, a execução emergencial desse projeto foi planejada pela superintendência do Iphan Sergipe como um passo inicial e necessário para o cumprimento da decisão judicial de execução de projeto de intervenção arquitetônica nesse bem, mas sem desconsiderar recomendações amplamente aceitas pela comunidade científica com relação a realização de restauração em bens arquitetônicos. (Processo 0154.000372/2013-51 p. 24 grifos nossos)

A fim de cumprir o prazo determinado judicialmente, a intervenção (uma vez que foi determinada) que deveria contar com pesquisa histórica, levantamento minucioso, pesquisa arqueológica, é realizada sem informações suficientes a respeito do objeto. Esse fato atesta, também, uma fragilidade do Iphan em contestar tais decisões judiciais. Ora, o Iphan é o órgão patrimonial, não pode, ele executar ações que prejudiquem os valores patrimoniais, uma vez que o objetivo da instituição é justamente o oposto disso.

Observa-se no projeto Básico referente à essa ruína:

A justificativa do Projeto Básico reconhece ainda que a ruína “não é passível de restauração” e destaca a “lacuna” que ela representa no contexto urbano. Com base nisso, diz que “a proposta de intervenção resgata a volumetria, utilizando-se de elementos arquitetônicos contemporâneos, marcando, portanto, o tempo atual da construção, **ao mesmo tempo em que cria um diálogo com o objeto pré-existente – ruína** – de modo a que esta se destaque no contexto e seja o elemento valorizado. (Processo 0154.000372/2013-51 p. 25 grifos nossos)

O trecho destacado nos faz refletir se estamos lendo sobre o mesmo objeto e sobre a mesma proposta. Foi executada uma intervenção sem definição de uso, sem dialogar com a ruína, uma verdadeira aberração arquitetônica com o intuito de realizar a recomposição da volumetria.

Foi executado um projeto genérico, que, não atendeu nem ao objetivo principal que era a recomposição volumétrica e que não foi utilizado em nenhum momento posterior. Há uma visível discrepância de altura, alinhamento da cumeeira da coberta do galpão que foi erguido (figura 64 e 65). O projeto foi elaborado pela Divisão Técnica da Superintendência do Iphan em Sergipe, sendo a execução contratada por processo licitatório no valor de R\$70.160,22. A obra foi entregue no ano de 2014 após aditivos de contrato.

Figura 59 - Tentativa de recomposição volumétrica das Ruínas do Teatro São Pedro



Fonte: Acervo Digital do Iphan

Figura 60 - Parte interna de recomposição volumétrica das Ruínas do Teatro São Pedro



Foto: Thamires Leonel (2019)

Apesar do Iphan dizer que cria a intervenção “cria um diálogo com o objeto pré-existente – ruína”, o que vemos é um volume em alvenaria totalmente desconectado (ver figuras 66 e 67) da ruína, de forma e material que não permitem que ambos conversem, nem que a ruína continue sendo protagonista, como foi citado.

Figura 61 - Fachada principal e lateral das ruínas do Teatro São Pedro, à direita o galpão em alvenaria



Foto: Thamires Leonel (2019)

Figura 62 - Lateral do galpão erguido na parte interna das ruínas do Teatro São Pedro



Foto: Thamires Leonel

No final do ano de 2016 a Superintendência contratou orçamento para estimar os custos para a execução da 2ª Etapa dos serviços, referente a serviços complementares, chegando ao valor de R\$ 1.968.066,77 referência de setembro de 2016. No ano de 2018 o Iphan deu continuidade ao cumprimento da Ação Judicial com a Contratação de Projetos complementares a serem executados nas ruínas do Teatro, ou na edificação que tinha como objetivo recompor a volumetria.

Em 2019 o projeto estava sendo desenvolvido por empresa especializada contratada através de processo licitatório. Entretanto, esbarrava nos mesmos problemas de outrora, com muitas questões ainda em aberto devido à ausência do desenvolvimento de um conceito e normas de intervenções em ruínas por parte do Iphan, que são tangenciais a questões importantes como: Que uso será definido para a edificação? De que maneira a ruína será integrada a essa nova construção? O galpão de alvenaria será aproveitado nesse novo projeto? As escolhas projetuais irão se basear em quais argumentos teóricos? Quais áreas disciplinares precisam ser acionadas para o projeto e obra?

Essas são questões importantes e pertinentes que devem estar no centro do debate sobre as intervenções nessas ruínas, que, neste caso específico, encontra problemáticas ainda maiores, uma vez que deverá ser levada em consideração para nova proposta, a preexistência não só das ruínas, mas do galpão erguido no seu interior.

Voltando, por fim, à questão colocada no início deste tópico, a que serviu a recomposição volumétrica desta ruína especificamente? O prédio nunca foi ocupado por nenhum uso, não se tem nada definido a respeito de usos futuros. É justificável o ônus do recurso público, as horas trabalhadas por técnicos que precisaram realizar o processo administrativo referente a essa intervenção? E por que a necessidade de recompor e reconstituir ruínas, como no caso do objeto a seguir?

A fachada principal da ruína localizada na Praça Coronel José Muniz Barreto, nº 03, Iaranjeiras/se

A Fachada Principal da Ruína localizada na Praça Coronel José Muniz Barreto, nº 03, também foi objeto de ação judicial. Esse local mostra desde o início do processo os conflitos de entendimento sobre as ações que permeariam uma intervenção da ruína, uma que vez são encontradas divergências dentro do próprio corpo técnico do Iphan-SE sobre a maneira adequada de realizar a intervenção.

Localizada em terreno plano, com uma casa de um lado e uma fachada arruinada do outro, é constituída de alvenaria de pedra calcária e argamassa à base de cal, areia e argila, apresentando elementos de interesse histórico e arquitetônico presentes em suas esquadrias e ornatos.

Figura 63 - Fachada Principal da ruína localizada na Praça Coronel José Muniz Barreto



Fonte: Thamires Leonel (2019)

Figura 64 - Fachada principal (vista do interior do terreno), nov. 2017



Fonte: Acervo do Iphan

Figura 65 - Foto aérea das ruínas localizadas na Praça Coronel José Muniz Barreto



Fonte: Oficina de Projetos Ltda

Em Informação Técnica nº 22, do ano de 2012 (figura 69), a respeito da fachada são ditados procedimentos de refazimento e complementos de partes faltantes, inclusive propondo-se a pintura da mesma. Tipo de abordagem, que mais uma vez, ignora o fato do objeto ser uma ruína e já atingiu um ponto de degradação que não se pode reverter, realizando o apagamento de seus traços, como é possível notar nos trechos do documento:

Figura 66 - Trecho de Informação Técnica nº 22, de 2012 (grifos nossos)

Com vistas à proteção definitiva da ruína, sugerimos que, além da estabilização, se venha, em mais longo prazo, a conferir-lhe uso, manutenção e proteção por telhado. Como a fachada tem bom grau de integridade, é possível restaurá-la e recompor o volume da cobertura (duas águas, uma para a frente, uma para os fundos), ocupando o interior de forma livre, e cabendo ressaltar a necessidade de manter uma área de quintal, permeável e com vegetação.

Estando localizada em terreno plano, com uma casa em um lado e uma fachada arruinada do outro, e não apresentando desaprumos nem recalques dignos de nota, nem fissuras de maior porte, podemos concluir que sua situação estrutural global é estável, não havendo risco de desabamento completo nem colapso estrutural em curto ou médio prazo.

- Alvenarias de forma geral íntegras, com alguns trechos em desagregação na face posterior da fachada.
- Reboco perdido em cerca de 30% da face anterior da fachada (imagem 1), e em cerca de 90% da face posterior (imagem 2). Situação de degradação generalizada do reboco, com desagregação por umidade, e perdas parciais dos relevos em diversos pontos (imagem 3).

- Reparar todos os relevos da fachada que se encontram danificados (a exemplo da moldura do óculo), com argamassa especialmente preparada: ou argamassa de cal e areia fina, com traço de maior pega, ou argamassa de óxido de chumbo, pó de giz, areia branca óleo de linhaça (verificar traço no *Manual de Conservação Preventiva do Programa Monumenta*). Como se trata de argamassa especial, sua escolha e preparação deve ser supervisionada pelo IPHAN, a depender das condições locais e disponibilidade de materiais, e por isso não apresentaremos aqui todos os detalhes de sua execução.

- Retirar os trechos de reboco que se encontrarem soltos ou muito desagregados, os substituindo por novo reboco à base de cal (ver itens anteriores).

5.2 Serviços de pintura

- Lixar e preparar toda a superfície externa do imóvel, inclusive seus relevos.
- Pintar as superfícies rebocadas e os relevos, com tinta à base de cal; utilizar, para a face externa da fachada e para o intradorso das aberturas, uma das cores recomendadas pela paleta do Setor 1 de Laranjeiras; pintar os relevos e cercaduras em branco (as esquadrias já estarão pintadas desde a etapa de serviços anterior).

Fonte: Processo Administrativo 01504.001517/2010-98

A informação técnica toma como motivação a “proteção definitiva da ruína” o que, do ponto de vista da teoria do restauro crítico, é entendido como um equívoco, primeiramente, por não ser possível proteção definitiva de qualquer bem material que seja, uma vez que todos eles irão sofrer ações do tempo, depois, porque não se deveria tentar “proteger uma ruína” executando ações que pretendem fazer com que objeto deixe de parecer com uma.

Ações como “reparar todo o relevo modificado” ou ainda “pintar as superfícies rebocadas e os relevos” são ações que parecem não condizer com a situação de ruína no qual o objeto se encontra. Fazendo uma comparação um tanto exagerada, mas necessária, é possível imaginar alguma ação interventiva que vise rebocar e pintar as ruínas do Coliseu romano, por exemplo?

A fachada não representa descontinuidade nem lacuna ao conjunto da face de quadra. Não apresenta risco de estabilidade estrutural, então, entende-se como pertinente o questionamento da real necessidade de reconstruir tal ruína. Por que é necessário executar o completamento de seus ornatos, rebocar e pintar essa fachada? Além disso, novamente, não está sendo pensado nenhum para a etapa posterior à sua restauração, qual será o uso desse espaço que irá receber investimento público?

Seguindo no processo de atendimento à decisão judicial, o projeto básico de Contratação de serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia para a Elaboração de Projeto de Restauração e Estabilização da Fachada Principal da Ruína Localizada à Praça Coronel José Muniz Barreto, nº 03, Laranjeiras/SE, parte do Processo nº 01504.000064/2018-30 SEI-Iphan coloca como objetivo da intervenção:

Ação tem como objetivo o estabelecimento de parâmetros técnicos para conter o processo de arruinamento da fachada do referido imóvel, que é parte integrante do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Laranjeiras/SE, bem tombado na esfera federal, bem como para salvaguardar e recuperar as características pelas quais lhe foi atribuído valor cultural.

Tomando a informação técnica como base, no projeto básico consta o seguinte posicionamento:

É, ainda, “passível de restauração” pelo fato de encontrar-se “razoavelmente íntegra, apesar das lacunas já existentes (desagregação de reboco; ausência

de folhas externas das janelas e algumas bandeiras) ” Justifica-se, nesse sentido, a proposta para a sua restauração. No que tange à estabilização da estrutura remanescente, a fachada não apresenta desaprumos, fissuras ou recalques estruturais notáveis. No entanto, considerando a perda do restante das paredes do imóvel e demais estruturas de amarração da edificação como um todo, se faz necessário um diagnóstico mais acurado com relação à estabilidade da fachada, sendo propostas intervenções nesse sentido, caso pertinentes. (Projeto Básico, processo nº 01504.000064/2018-30)

O texto do Projeto Básico considera a ruína como passível de restauração, entretanto, não elucida qual o embasamento teórico para a tomada desse posicionamento. No caso do Teatro São Pedro havia uma clara questão de segurança e problemas de estabilização das paredes existentes, o que não se repete no caso desta fachada, visto que o próprio projeto básico atento para o não risco estrutural.

O projeto desenvolvido pela Oficina de Projetos Ltda. que chamaremos de CONTRATADA, apresenta em memorial descritivo o partido adotado para a elaboração da proposta, frisando ser uma solicitação do Iphan-SE:

Por solicitação do IPHAN, o processo restaurativo, objeto desse estudo, se limitará à consolidação estrutural da ruína e à proteção patrimonial do imóvel. Desta forma, a consolidação se dará apenas a nível estrutural, não havendo recuperação de elementos já perdidos que não possuam essa função (exemplo: rebocos, emboços, ornamentos, pinturas entre outros), salvo os elementos que promovam proteção patrimonial (exemplo: esquadrias) que deverão ser parcialmente restaurados, objetivando a consolidação do material e o resgate de suas funções. (Memorial Descritivo, processo nº 01504.000064/2018-30).

Entende-se que as experiências anteriores de intervenções realizadas nas ruínas de Laranjeiras levaram os técnicos do Iphan a uma maior reflexão acerca do impacto que determinadas decisões podem acarretar. A mudança de posicionamento em relação a essa intervenção fica muito clara quando se compara às orientações da informação técnica nº 22 de 2012 ao texto do Memorial Descritivo do projeto elaborado (ver figura 72).

Fonte: (processo n° 01504.000064/2018-30 SEI-Iphan)



Segundo o Memorial descritivo, a proposta de intervenção prevê limpeza, retirada de vegetação, tratamento das patologias, eliminação de intervenções indevidas, eliminação dos rebocos deteriorados, tratamento de fissuras, recomposição e embrechamento de alvenarias estruturais, além da proteção das superfícies saudáveis.

A proposta de intervenção visa a restauração de todas as esquadrias com o propósito de resgatar a integridade física da matéria e a função de proteção patrimonial. Essa proposta prevê a aplicação de enxertos, imunização, limpeza, lubrificação, substituição das ferragens entre outras intervenções.

A bandeira e gradil em ferro bastante deteriorados, presentes na única porta existente, serão limpos e consolidados. Todos os trabalhos de serralheria comum, artística ou especial deverão ser realizados com mão de obra específica e capacitada. As alvenarias de bloco cerâmico colocadas para promover a segurança da edificação deverão ser retiradas e descartadas.

Observa-se um amadurecimento da reflexão e do respeito ao objeto patrimonial e ao seu valor de ruína, apesar de ainda esbarrarmos em problemas de definição de uso, como aponta, ainda, trecho do Memorial Descritivo:

De acordo com essas concepções, será realizado uma proposta de restauro, de modo a promover o uso contemplativo da edificação como testemunho do passado, para toda a sociedade residente da cidade e para quem a visita. Proporcionando a possibilidade de refletir sobre sua importância para a história da cidade e do país, mesmo com a imagem fragmentada, mas como composição do sítio histórico (Memorial Descritivo, processo nº 01504.000064/2018-30).

Apesar de tomadas de decisão mais assertivas do ponto de vista do respeito com o objeto ruína neste caso específico, nota-se a ausência de uma pesquisa histórica mais profunda sobre a edificação, e, também, o não uso de estudos arqueológicos para a elaboração do projeto, etapas que se entende ser imprescindíveis para que a proposta esteja adequadamente embasada.

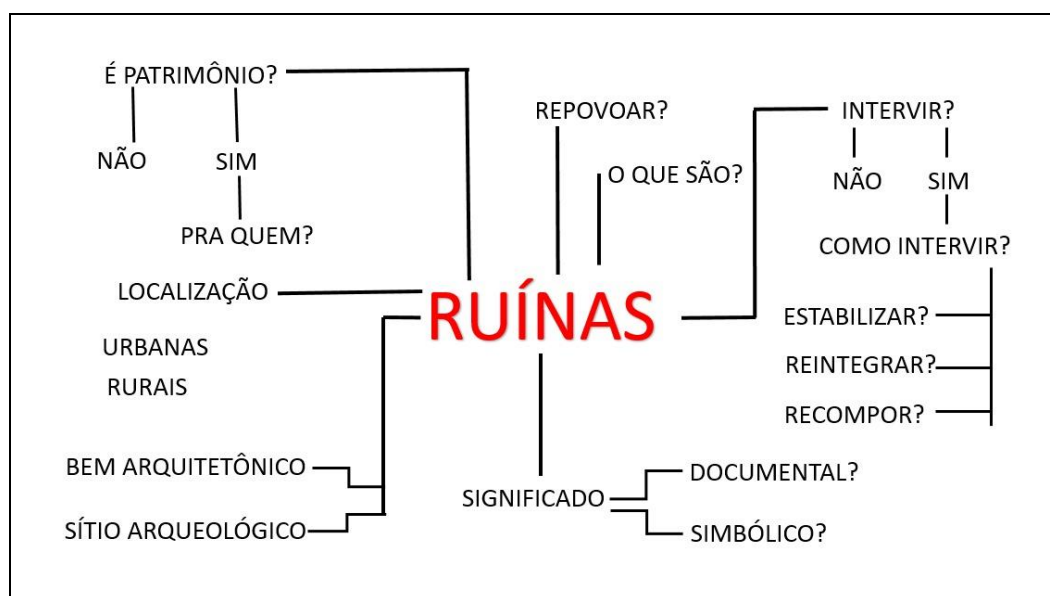
Nos deparamos, mais uma vez, com uma urgência no cumprimento de prazos judiciais que não permitem que o trabalho de intervenção seja realizado com todos os ritos metodológicos necessários.

4. - É possível pensar em políticas para as ruínas?

São muitas as questões que se devem ser levadas em conta para a tomada de decisão em relação ao bem patrimonial em estado de ruína, especialmente no âmbito do Estado. O primeiro desafio encontrado nesta pesquisa se dá pelo reconhecimento dessas estruturas por meio do tombamento, que, muitas vezes, não se baseiam em estudos minuciosos quanto a sua representatividade e valor, principalmente quando se trata das primeiras décadas de existência do Iphan, como foi possível observar no levantamento sobre o histórico dos tombamentos de ruínas e termos correlatos.

Uma das questões, é: o que fazer com ruínas que já eram ruínas quando isoladamente, ou em conjunto, recebem o efeito legal do tombamento?

Figura 68 - Quadro: Ruínas, o que são?



Fonte: Thamires Leonel (2019)

Os casos das intervenções nas ruínas em Laranjeiras aqui apresentados tiveram a intenção de demonstrar, de maneira mais descritiva, como ocorreram esses processos, não só do ponto de vista material, mas em relação à sucessão de fatos que levaram aos resultados obtidos.

Além disso, que caráter têm essas ruínas? Possuem características das ruínas monumentais da quais se ocupam a história da arte, como no caso de São Miguel, ou são ruínas que receberam este nome pela maneira depreciada em que se encontravam as suas estruturas materiais?

Um dos pontos centrais dos problemas encontrados nessas intervenções são, além da ausência de um método bem definido na atividade, ou seja, etapas importantes que deveriam fazer parte de processos complexos como esse foram negligenciadas, é também a falta de uma reflexão maior, além do material, subjetiva, como nos chama atenção Muñoz Viñas.

Para além da materialidade, para que e para quem as ruínas de Laranjeiras deveriam sofrer intervenção, terem suas volumetrias recuperadas, suas fachadas restauradas? Voltamos ao ponto já colocado aqui, sobre a ausência de um uso definido para essas ruínas. Quem vai se apropriar do espaço, que grupos irão utilizá-los, a quem eles irão servir?

Em síntese, relacionando com os conceitos de significado, pertença, e apropriação também debatidos neste texto, é possível perceber um distanciamento claro das pessoas com esses objetos, apesar de ter havido uma maior interação no caso da intervenção no quarteirão dos trapiches, onde hoje funciona o *campus* da Universidade Federal de Sergipe. Entende-se que essa discussão acontece, em sua maioria, pela aproximação dos campos de estudo dos cursos que ocupam o *campus* com a própria atividade interventiva.

O problema encontrado em Laranjeiras-SE não é um fato isolado, diversos são os conjuntos tombados que têm ruínas integradas no seu perímetro, e o desafio é, não só material (manter as ruínas de pé), como também de significado. Diversos conjuntos amargam a eminência de desabamentos de ruínas, de lacunas urbanas, de ócio do objeto arruinado, que poderia, potencialmente, estar sendo utilizado pelas pessoas.

Casos de desabamento de ruínas se repetem no país inteiro, como em São Luís do Maranhão, conjunto que possui muitos sobrados em avançado estado de arruinamento e deterioração, a matéria (ver figura 69) diz:

Figura 69 - Notícia de desabamento no Centro Histórico de São Luís - MA

Resto de casarão desaba no Centro Histórico de São Luís; partes do imóvel começaram a cair na segunda-feira (10)

Local foi isolado pela Defesa Civil de São Luís.

Por g1 MA — São Luís
12/04/2023 18h47 - Atualizado há 3 semanas



Casarão cai no Centro Histórico de São Luís. — Foto: Reprodução / Redes Sociais

Interessante o fato da matéria ter utilizado o termo “resto” para se referir à ruína, um dos termos escolhidos, também, para o título deste trabalho, demonstrando como eles se atravessam, se confundem e se complementam. O relato na matéria diz:

Nós tínhamos apenas as fachadas externas do imóvel. Ele estava somente a 'casca'. Na segunda-feira caiu uma parte, um trecho da fachada, e hoje houve o arruinamento do restante. Nós estávamos, primeiramente, identificando quem é o proprietário, pois a obrigação de executar os serviços recai primeiro sobre o proprietário ou possuidor do imóvel. (Resto de casarão desaba no Centro Histórico de São Luís; partes do imóvel começaram a cair na segunda-feira (10) G1, 2023)

A fala do Coordenador técnico Iphan – MA, Raphael Pestana, descreve uma problemática que se repete com imóveis abandonados em diversos outros centros históricos. É correto afirmar que as obrigações dos serviços recaem sobre o proprietário, conforme o DL 25/37, porém, o mesmo Decreto traz, em seu Art.19:

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a

necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa. (BRASIL, DL25/37)

O caso de São Luís é composto por elementos que encontramos também nos objetos dessa pesquisa, como a insuficiência de dados de propriedade, o risco que representa para a segurança urbana, como também, uma falta de efetividade nas ações preventivas do Iphan. Entende-se que isso é resultado, também, de uma carência estrutural da instituição que tem como objetivo salvaguardar o patrimônio cultural de um país continental como o Brasil.

Casos como esse são inúmeros, e se repetem, e suas problemáticas são, praticamente, as mesmas. Durante esta pesquisa, muitos foram os questionamentos que surgiram em relação a esse objeto que provoca tantas digressões e debates, seja nas teorias da restauração apresentadas neste texto, seja nos casos práticos também aqui demonstrados, seja nas escolhas nas escolhas interventivas, seja em qual o objetivo de preservar um objeto que não pode mais voltar a ser.

O Ministério Público cumpre um papel importante nesse sentido, ainda que de maneira impositiva, sobre o que fazer com as ruínas dos nossos centros históricos, cabe ao Iphan, e aos órgãos patrimoniais se instrumentalizarem teórico-metodológico e juridicamente, para que não ocorram equívocos como os vistos no Teatro São Pedro, por exemplo. Por equívocos, leia-se o desperdício de recursos públicos em intervenções em ruínas que não se justificam, nem pela materialidade, nem pela subjetividade, nem pelo significado aos seus grupos de pertencimento, nem ao seu uso.

4.1. Ruína se restaura?

É possível explorar a beleza estética das ruínas, assim como faziam os pintores renascentistas em seus trabalhos. Citando BRANDI (2004), o mesmo alerta sobre a necessidade de analisar as ruínas, também, do ponto de vista do conjunto. Nesse caso a “absorção” das ruínas pela paisagem urbana configura uma “segunda obra de arte”, em que a “estética arruinada” e o grande valor de antiguidade proporcionado pelos

edifícios arruinados passam a compor o conjunto tanto quanto edifícios bem preservados com parte da composição na memória local.

Entende-se como essencial para que as problemáticas das ruínas sejam encaradas com a seriedade que a questão exige, inicialmente conhecer essas ruínas. Poucos são os exemplares que se aproximam da monumentalidade de São Miguel das Missões, mas inúmeros são os objetos que se assemelham ao teatro São Pedro, à fachada das ruínas localizadas na Praça Coronel José Muniz Barreto, ou, ao caso do desabamento em São Luís.

Primeiramente, o Iphan, em conjunto com os diversos campos de atuação de interesse, deve realizar um esforço de documentar, categorizar e sistematizar essas ruínas, para que, primeiramente, possamos ter uma ideia de escala do problema, e responder questões como:

- Quando uma ruína é bem arquitetônico e quando é bem arqueológico?
- Quais são os critérios adotados pelo Iphan para que ela se enquadre em uma ou outra categoria?
- Qual seu significado? É documental, ou guarda ainda questões estéticas?
- As ruínas urbanas devem ter a mesma abordagem das ruínas rurais?
- Por que uma ruína representa uma lacuna num conjunto urbano, e não pode ser potencialmente um registro que conta a história desse conjunto?
- A quais grupos elas representam?
- Possuem significados subjetivos ou apenas registros materiais?

Uma vez conhecido o bem, o que fazer com ele, e para além disso para que e para quem? Outras questões se desenrolam a partir dessa perspectiva:

- Qual a função da ruína? Ela receberá um novo uso?
- Como as pessoas serão inseridas nesse processo?
- Não podemos explorá-la didaticamente?
- Como cumprir as demandas judiciais sem cometer os mesmos erros, cumprindo as etapas metodológicas necessárias?

- O que fazer com as intervenções já executadas e que não tiveram resultados satisfatórios?
- É possível definir um uso que agregue a comunidade local e ao mesmo tempo não realize o apagamento das memórias que as ruínas representam?
- Em que medida o Iphan deve se instrumentalizar para rebater demandas judiciais que desconsideram os valores agregados e pensam, unicamente, na materialidade do bem?

Tomando como exemplo o caso das ruínas de São Miguel das Missões, que passaram por obras de consolidação ainda na década de 1930, observamos que é possível realizar intervenções que permitam a longevidade e salvaguarda do bem, sem que para isso, ele tenha que deixar de ser o que é. Temos ali, um dos maiores exemplos de reconhecimento do objeto per se.

Recordando as práticas restaurativas em São Miguel, temos um trabalho minucioso com que contou com as escavações, limpeza, levantamento da planta do conjunto, e a consolidação das ruínas. Porém, como proceder com ruínas que não carregam a monumentalidade de São Miguel?

Urge a necessidade da criação de documentos técnicos específicos para tratar nossas ruínas. O Iphan tem uma vasta experiência na elaboração e aplicação de metodologias para a salvaguarda do patrimônio, alinhadas às teorias e às recomendações Internacionais, entende-se, a partir dessa pesquisa, que as ruínas devem receber a atenção que suas especificidades exigem.

Em mais de 80 anos de existência, o Iphan ainda possui lacunas basilares para a salvaguarda do Patrimônio Material, uma delas é a ausência, ainda de levantamento documental dos bens tombados.

Os casos de Laranjeiras, demonstram o atropelamento de etapas importantes da ação de conservação de qualquer bem arquitetônico e a insuficiência de suporte jurídico por parte do Iphan, que passa a cumprir demandas do Ministério Público, num embate de poder em que o órgão de patrimônio, na maioria das vezes, perde.

Essas etapas, deveriam fazer parte de qualquer intervenção no patrimônio, sendo essenciais para o desenvolvimento de um bom trabalho, como:

Estabelecimento de **aporte teórico-metodológico** como parte de uma etapa pré-campo que reconheça as abordagens possíveis em toda a etapa de desenvolvimento do projeto em consonância com a interação entre as necessidades da comunidade, da instituição e as exigências jurídicas de proteção a vida e ao ambiente.

A **Identificação e Conhecimento do Bem** que tem o objetivo de conhecer e analisar a edificação sob os aspectos históricos, estéticos, artísticos, formais e técnicos. Objetiva também compreender o seu significado atual e suas ressignificações ao longo do tempo, conhecer a sua evolução e, principalmente, os valores pelos quais foi reconhecida como patrimônio cultural, é muitas vezes, negligenciada durante a elaboração de projetos, assim como pudemos ver no caso das Ruínas do Teatro São Pedro, onde o projeto foi elaborado à revelia da pesquisa arqueológica;

O **Levantamento Físico** que compreende as atividades de leitura e conhecimento da forma da edificação, obtidos por meio de vistorias e levantamentos preferencialmente por equipes multidisciplinares, representados gráfica e fotograficamente cada possibilidade;

A **Análise Tipológica, Identificação de Materiais e Sistema Construtivo** que consolida criticamente o conjunto de informações obtido na pesquisa histórica, levantamento cadastral e prospecções, analisando de forma pormenorizada a tipologia arquitetônica, os materiais empregados, o sistema construtivo da edificação e o contexto no qual está inserida;

A **Pesquisa Arqueológica** que é definida após a Avaliação do Potencial Arqueológico, como etapa inicial do trabalho de Arqueologia Histórica no patrimônio edificado, que se insere na coleta prévia de dados para a elaboração do projeto de intervenção;

O **Diagnóstico** que consiste na etapa de consolidação dos estudos e pesquisas anteriormente realizados, na medida em que complementa o conhecimento do objeto, analisando de forma pormenorizada determinados problemas ou interesses específicos de utilização do Bem. A análise integrada das informações obtidas anteriormente com aquelas produzidas nesta etapa será sintetizada no diagnóstico propriamente dito;

O **Mapeamento de Danos** que objetiva a representação gráfica do levantamento de todos os danos existentes e identificados na edificação, relacionando-os aos seus

agentes e causas. São considerados danos todos os tipos de lesões e perdas materiais e estruturais, tais como: fissuras, degradações por umidade e ataque de xilófagos, abatimentos, deformações, destacamento de argamassas, corrosão e outros;

É necessário, antes de qualquer tipo de intervenção em ruínas, criar documentação e conhecer minuciosamente os objetos de cada ator envolvido no processo, para que quaisquer decisões técnicas sejam tomadas.

Além disso, a colaboração de diversas áreas é fundamental, como sabemos desde a Carta de Atenas (1931), até a teoria contemporânea de Viñas, que chama a atenção o para a necessidade de um debate interdisciplinar com vistas à sustentabilidade, entendida num sentido que vai além da possibilidade econômica de manutenção das intervenções, diminuiria o risco de excessos cometidos por profissionais que ele nomeia como peritos da verdade.

Arquitetos, restauradores, arqueólogos, museólogos, entre outros estudiosos da área devemos além da materialidade, pensar nas pessoas que vão utilizar os espaços que propomos, pensamos, estudamos.

Nesse sentido, entende-se como pertinente citar Ulpiano Bezerra de Menezes, quando o mesmo fala sobre a importância de Repovoar o Patrimônio Ambiental Urbano, onde a premissa é de que o “valor cultural entendido como potencial de qualificar qualquer seguimento da vida humana integral e seus processos, pela interação recíproca entre espaços, coisas e práticas”. (MENEZES, Ulpiano. 2017, p. 40)

Ulpiano atenta para a importância de enxergar o sujeito como protagonista do processo de preservação do patrimônio, uma vez que este deve fazer sentido para ele:

Hoje há pouca discordância quanto à prioridade dos usos sociais do patrimônio. Todavia, como falar de usos sociais quando, mesmo que a escala permita, se desconhece ou se conhece pouquíssimo o habitante, ou quando ele é um ente estatístico em levantamentos socioeconômicos e fator abstrato nos estudos urbanos? (MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, in Revista do Patrimônio nº 36, 2017 p. 40)

Como repovoar o patrimônio, e nesse caso específico, as ruínas sem que os habitantes que irão usufruir desse patrimônio sejam parte do processo? O que pudemos acompanhar, nos casos aqui explanados, é que ele participou apenas como expectador, de decisões e definições de uso meramente técnicos. É importante a

premissa colocada por MENEZES (2017 p. 46) de que “conviria dar ao habitante, no universo do patrimônio cultural, uma presença menos etérea”. E afirma a importância de incluí-lo como sujeito da cidade:

Quando se faz do habitante sujeito da cidade, a estética urbana deveria incluí-lo como produtor de experiências estéticas, apto a estetizar seu ambiente. Para tanto, é a prática da cidade – antes de mais nada, a prática do espaço – que lhe fornece os insumos, através dos quais ele procura inteligibilidade e fruição no cotidiano. A estética é condição seminal para a cidade significar, gerando subjetivação. Assim, numa condição excessivamente utilitária do espaço como a nossa, em prejuízo de conteúdos perceptivos, simbólicos, axiológicos, dá-se aquela redução semântica, de que falava Lepetit (200:144), com embaçamento da possibilidade de significar fomentando a alienação ou o stress. (MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, in Revista do Patrimônio nº 36, 2017 p. 46)

Sendo assim, o processo de reintegração, criação de novos usos, criação de novos objetos partindo da preexistência, deve incluir no bojo de seu desenvolvimento a participação ativa do sujeito habitante.

Podemos citar ainda Alois Riegl, em sua obra *Der moderne Denkmalkultus* (O culto moderno dos monumentos), estabelece que o valor que é atribuído a um monumento histórico está diretamente relacionado com a vontade artística de cada época. Dessa forma, os caminhos da preservação histórica estão baseados nos valores atribuídos aos monumentos, dentre eles o valor de antiguidade e o valor de uso. Ambos devem encontrar equilíbrio quando se trata das ações de conservação e preservação.

Dito isto, entendo que existem caminhos interventivos possíveis que respeitam a materialidade do objeto, que não prejudicam seu valor de antiguidade e seu valor de patrimônio: podendo optar pela Consolidação das ruínas, como visto no caso de São Miguel das Missões, ou pensar na criação de novos objetos a partir das ruínas.

A **consolidação** deve garantir, materialmente, que o bem possa existir pelo maior tempo possível, mas vai além da ação técnica, sabe-se da importância do reconhecimento e apropriação dos usuários na preservação de qualquer memória. Assim, o planejamento de um uso, especialmente público, seria ideal para que a edificação, sua história e sua técnica arquitetônica sejam mantidas no decorrer do tempo.

A **criação de novos objetos a partir das ruínas** é uma possibilidade de, em determinadas situações, incorporar as ruínas preservando-as como tal. Em certa

medida, a atuação do Monumenta no quarteirão dos Trapiches tinha essa premissa, no entanto, não logrou êxito, pelas problemáticas aqui apresentadas.

Com a intervenção, é possível agregar um valor instrumental a essas ruínas, desde que respeitando seus valores históricos e de antiguidade, inerentes a sua condição de ruína. Sendo assim, além da consolidação, estamos falando da composição arquitetônica, utilizando a ruína como ponto de partida do projeto, onde essa composição deve conversar com ela, defendendo que podemos, aqui, criar uma nova obra de arte, gerada a partir dessa pré-existência arruinada.

As criações feitas a partir de vestígios de antigos edifícios, podem parecer, num primeiro momento, contraditório, mas servem como um ponto de partida para lidar com essas estruturas incompletas, degradadas. A grande questão é não tentar recriá-las, mas, incorporá-las a novas formas.

Além disso, dar usos específicos e bem determinados, é outro fator que garante a perpetuação dessas estruturas. Se de um lado temos o exemplo fatídico da intervenção das ruínas do Teatro São Pedro, que até o recorte temporal dessa pesquisa, ainda não havia certa definição, por outro, vemos o quanto essas estruturas podem ser utilizadas para fins, não só de contemplação, mas para abrigar funções práticas.

Por fim, devemos lembrar que as ruínas não são objetos esvaziados de sentido e mortos. É possível criar novos usos e espaços que sejam tomados de excepcionalidades sem que os significados anteriores sejam ignorados, para isso, é necessário que os órgãos de patrimônio, no caso dessa pesquisa o Iphan, esteja dotado de aporte teórico e técnico para suas tomadas de decisões, e ainda, para contestar decisões judiciais externas que possam prejudicar a salvaguarda do patrimônio, seja na sua materialidade, seja no seu aporte simbólico.

Esse olhar deverá se pautar no estudo caso a caso da ruína urbana (ou não urbana), compreendendo onde se insere, quem é seu proprietário, qual seu uso atual, quais suas potencialidades, quais as demandas existentes da cidade, como ela pode ser integrada a uma nova estrutura, e se ela pode.

Nesse sentido, as contribuições teóricas do campo da restauração, aparecem como base para a prática de onde se quer preservar sem transformar em estático, onde a vida e o tempo continuam a correr, e onde os atores envolvidos nesse processo são protagonistas e não apenas um meio da ação.

Sendo assim, não é viável traçar uma “fórmula perfeita” de como abordar esse tipo de objeto arquitetônico, devendo sua intervenção refletir estudo e ponderação de suas especificidades.

CONCLUSÃO

Lidar com diversos objetos dentro da Superintendência em Sergipe possibilitou perceber o Patrimônio Cultural de maneira holística, sendo possível trabalhar, com conjuntos tombados, como é o caso de Laranjeiras, mas também São Cristóvão. Assim como bens tombados isoladamente, nas diversas atividades de vistoria a esses bens, assim como, trabalhos voltados à salvaguarda do patrimônio imaterial de bens registrados em Sergipe.

Dentro da vivência da Superintendência em Sergipe ficou claro como a instituição tem um escopo de atuação amplo. E como a amplitude dessas atividades, por vezes, dificultam uma atuação mais específica, como é o caso das ruínas.

Como já mencionado, a ausência de diretrizes específicas para as ruínas é um enquanto órgão de patrimônio, somada a uma dos fatores que prejudicam o trato adequado para as mesmas, bem como uma não convergência de posicionamentos por meio dos técnicos que analisam esses processos.

Com o desenvolvimento da pesquisa ficou claro que a atividade restaurativa é permeada por diversas disputas conceituais desde o seu advento no século XIX. Em se tratando de ruínas, os conflitos nas decisões projetuais se destacaram de maneira gritante, pois, o bem está ali, desnudo e exposto, muitas vezes com lacunas e partes que não existem mais.

Considera-se, assim, a ruína como um objeto que permite diversas interpretações, experimentações e aplicações metodológicas, imprescindível a

contribuição teórico-metodológico dos diversos campos de conhecimento patrimonial, tendo em vista a relevância desse objeto nas práticas patrimoniais e na sua relação social.

Assim, enquanto as ruínas podem representar abandono, descaso, e declínio de um núcleo urbano patrimonializado, a sua supressão, substituição ou modificação podem significar a perda de registros importantes da história desse núcleo e da sua comunidade. Ruínas, assim como edificações abandonadas, são palco para diversas histórias que permeiam o imaginário local, histórias que podem circular por diversas gerações.

E, embora as práticas de restauro devam estar ancoradas em embasamentos teóricos que as justifiquem, a própria instituição patrimonial, por vezes, entra em contradição ou toma caminhos pouco embasados teoricamente, que podem gerar demandas a si própria.

Diante dos dados obtidos a partir de pesquisa documental foi possível suscitar alguma relação entre os resultados das intervenções e uma ausência de embasamento teórico-técnico para lidar com o objeto patrimonial com as particularidades de uma ruína. Tais ausências resultaram em "obras", diagnosticadas durante as vistorias, com completa descaracterização do bem, o que fere inclusive todas as suas especificidades dentro da política de patrimônio material do Iphan.

Percebe-se que a persistência dos mesmos problemas acontece porque não foi realizada, ainda, a necessária autocrítica do Iphan em relação às suas ações nesses objetos. Influenciados pelas experiências do programa Monumenta em Laranjeiras, os técnicos tomaram posicionamentos que àquele momento pareciam pertinentes, de sugerir a reconstrução das ruínas, suas volumetrias. Entretanto, é necessário que esse posicionamento seja assumido enquanto um equívoco técnico a luz de um momento e contexto histórico específico, para só então, pensar e estabelecer um novo posicionamento a partir de agora.

O caso das Ruínas do Teatro, ainda sem uma solução real, abriu precedentes para que o Ministério Público reclamasse a restauração, recomposição volumétrica de outras ruínas no Conjunto Urbano de Laranjeiras. Essas solicitações são sempre impostas com reduzidos prazos de execução, dada a falta de expertise por parte do

MP, o que faz com que do ponto de vista do objeto não haja tempo de considerar as suas peculiaridades, sendo que, por vezes, os valores que fizeram o conjunto ser considerado patrimônio, como valor excepcional, acabem nem entrando na lista de critérios adotados para a tomada de decisão.

Entende-se que há um problema estrutural na maneira como as obras de restauração vêm sendo executadas no Brasil, em particular nos bens tombados. O caso dos Trapiches, intervenção já consolidada, ainda causa muitos debates e controvérsias do ponto de vista teórico e do próprio uso, visto que não considerou problemas como as cheias do Rio Continguiaba, que faz com que o Campus seja comumente tomado por água das chuvas.

O caso do Teatro São Pedro é ainda mais emblemático. A construção de um galpão para uso indefinido que anos depois de sua construção se encontra mutilado, depredado e com uma nova elaboração de projetos que enfrenta as mesmas questões anteriores e que, no desenrolar do processo, caminha para uma mesma lógica de tomada de decisão, faz com que fique explícita a necessidade de se pensar numa nova abordagem para lidar com esses objetos.

Estruturar o órgão de patrimônio também juridicamente é outro desafio, uma vez que é apenas ele que tem a expertise necessário para promover a proteção dos bens patrimoniais, não podendo este ficar à mercê de decisões jurídicas que desconhecem os processos pertinentes a esses bens, sendo primordial a inclusão do debate sobre a importância e lugar das ruínas, também, na esfera jurídica.

Percebe-se uma leve mudança de postura do Iphan, quando se trata do caso da recomposição da Fachada Principal da ruína localizada na Praça Coronel José Muniz Barreto, porém, ainda são observadas lacunas nos motivos para essa intervenção, bem como para o uso desse espaço. Porém, a ausência de diretrizes claras para o trato de ruínas abre espaço para que diversos equívocos sejam cometidos.

Portanto, em se tratando da ruína, e por todas as questões já mencionadas, a tentativa de reconstruir uma ruína, ou qualquer intervenção que tente restituí-la ao estado original algo que não é mais, e que ainda está no lugar do devir, não seria legítima e nem autêntica.

A ruína pode, e deve receber intervenções que conservem o seu “*status quo*” e permita que ela continue no seu estado de envelhecimento da maneira mais segura e longínqua por meio da consolidação e, quando necessário e exequível, da sua incorporação em novos objetos. Para tal, é necessário que o Iphan passe a enxergar a ruína como objeto particular, e que necessita de um olhar específico, seja na sua materialidade, seja no seu aporte simbólico.

Ruínas não são "máquinas funcionando no vazio"; não oferecem o "espetáculo de uma anacrônica sobrevivência". São alegorias do passageiro sobre o qual recai a eternidade. Ocasão de iluminações místicas e profanas, mobilizam a potência de sair de si: "O instante do alumbramento", anotou Davi Arrigucci, "é um momento de repentina revelação, pelo qual as coisas se religam de outra forma, o mundo se transforma pelo impulso do desejo, se ordena sob o claro de luz transfiguradora, pela força da visão". Assim é o olhar visionário do historiador, de quem Benjamin observou ser ele um "profeta que prevê o presente". Na história, as ruínas desafiam a ordem espacial com a desordem das

lembranças.

Se o olhar entristecido é aquele que não encontra nada de durável, se em tudo vê ruínas, antes e independentemente de seu desmoronamento, é, porém, para redimir a passagem do tempo. Sua inação não é desmobilização frente à ordem das urgências. Em meio a ruínas, em toda parte há passagens, pois há que reconhecer os caminhos que se desenham entre elas. E se ruínas revelam, do ponto de vista da duração, a insignificância das coisas, também, na mesma medida, para a imaginação, são míticas e indestrutíveis. Há sempre nelas algo de platônico. A dispersão temporal não é o mundo do caos, mas estado de ruína. Ruína: resíduo e lembrança. Em meio ao desaparecimento, são as ruínas guardiãs do imperecível. São vestígios do invisível. (MATOS, Olgária Chaim Féres em O Sol Triste das Ruínas)

Referências Bibliográficas

PUBLICAÇÕES

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval de Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes** – 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN - coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

AZEVEDO, Paulo Ormindo. **Plano urbanístico de Laranjeiras**. Salvador: Grupo de Restauração e Renovação Urbanística da FA UFBA, 1975.

BAETA, Rodrigo; OLIVEIRA, Fernando Márcio de. **Projetos arquitetônicos de intervenção do Programa Monumenta Laranjeiras**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2003.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Coleção Artes & Ofícios. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Coleção Artes & Ofícios. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural** / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. _ Brasília : Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3.Ed. – São Paulo: UNESP, 2006. 288p.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. Topio, 4(7):313-333, 2003.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p.143-193.

COSTA, Tatiana Carvalho. **A arqueologia como instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico: a “Restauração do Quarteirão dos Trapiches” de Laranjeiras - SE**. Laranjeiras, 2013.

COSTA, Lucio. **Relatório sobre os Sete Povos das Missões/RS**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos, 1937

CURY, Isabelle. (Coord.). **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995. 344 p.

FEITOSA, Allan Rafael Veiga. **Memórias da cidade : as ruínas da histórica Laranjeiras/SE** –São Cristóvão, SE, 2012.

FEITOSA, Cid Olival. **Economia Sergipana: origem e desenvolvimento**. Enciclopédia virtual. Item 1.3.1 – As primeiras atividades industriais de Sergipe: açúcar e têxteis – p.30-34.

FONSECA, Maria Cecília L. **O Patrimônio em processo. Trajetória política federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc/IPHAN, 2009.

FORTUNA, Carlos. **Por entre as Ruínas da cidade: O patrimônio e a memória na construção das identidades sociais**. Coimbra, Oficina do CES - Centro de Estudos Sociais, 1995.

GIOVANNONI, Gustavo. **Textos Escolhidos**. Tradução Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. – Ateliê Editorial, Cotia: SP, 2013.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps**. Paris, Le Seuil, 2003, em particular, as páginas 24-25, 33-36, consagradas a Lévi-Strauss.

IGHS. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; municípios do estado de Sergipe**

– Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/IGHS, s/d, p. 428-433

IPHAN. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no 26, Rio de Janeiro: IPHAN, 1997a.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais.** 3. Ed. Isabele Cury (organizadora). Editora IPHAN, 2000.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN. **Revista do patrimônio n° 19** – Projetos são Miguel das missões, estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja. (p.70)

IPHAN. **Revista do patrimônio n° 36** – Repovoar o Patrimônio Ambiental Urbano. (p.39 - 51) Ulpiano Bezerra de Menezes. 2017.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio Histórico.** São Paulo, Brasiliense, 2000. Coleção Primeiros Passos.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** Nobel: Editora da USP: São Paulo, 1991

MINISTÉRIO da Educação e da Cultura (MEC), Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília: MEC/SPHAN, 1980.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820.** Rio de Janeiro: Ed. Cátedra; Brasília: INL, 1978

PESSOA, José (org). **Lucio Costa: documentos de trabalho.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PORTO, Fernando. **A Cidade de Aracaju – 1855-1865.** Aracaju: Livraria Regina, 1945.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese.** Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine, Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

RODRIGUES, Angela Rosch. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil** / São Paulo, 2017.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Coleção Artes & Ofícios. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Oiti Editora, 2014.

STELLO, Vladimir Fernando. **Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005

UGOLINI, Andrea. **Ricompore la rovina**. Genesi grupo editoriale. Perugia, 2010.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la restauración**. Síntesis; 1ª edição. Espanha, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Coleção Artes & Ofícios. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

LEGISLAÇÃO

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Decreto-Lei nº 25: Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) instituída pela Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018.

PROCESSOS

_____ Informação técnica nº 22 de 2012. Superintendência do Iphan-SE.

_____ Processo Físico nº01504.000657/2001-20, referente à Estabilização da Ruína do Teatro São Pedro. Cód. 203, caixa 69 – 07. Superintendência do Iphan-SE.

_____ Processo nº 01504.000064/2018-30 referente ao projeto de estabilização da fachada principal da ruína localizada à Praça Coronel José Muniz Barreto nº03 em Laranjeiras/SE. SEI – Iphan. Acesso em 25 de junho de 2022.

_____ Processo de Tombamento do 1288-T-89 referente ao Tombamento do Conjunto Urbanístico e Paisagístico de Laranjeiras. Arquivo Noronha Santos, Iphan.

ARTIGOS

Artigo _____ "As ruínas de São Miguel" do titular, sobre as ruínas da Redução Jesuítica de São Miguel, no Rio Grande do Sul, publicado na revista Eu Sei Tudo. 1982

BAETA, Rodrigo; NERY, Juliana. Reflexões sobre intervenções arquitetônicas contemporâneas em ruínas. In Dossiê Patrimônio Cultural Ibero-Americano. Campinas. p. 217-240.

BAETA, Rodrigo; NERY, Juliana. Entre reflexões e práticas: a experiência do Programa Monumenta em Laranjeiras/SE. In Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. Teatro São Pedro de Laranjeiras/SE: Carta sobre o patrimônio cultural do Brasil. Vitruvius, ano 15, out.2014.

BRENDLE, Betânia. VIEIRA, Nathalia. Ruína não se restaura: a reinvenção do quarteirão dos trapiches de Laranjeiras. In Anais do III Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração dos edifícios. Rio de Janeiro, 2010.

MENESES, Ulpiano B. Identidade cultural e arqueologia, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-36, 1984.

SANT'ANNA, Márcia. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos anos depois. In anais do Museu Paulista. São Paulo, 59-74. 2016

BAETA, Rodrigo E.; NERY, Juliana C. Escavações arqueológicas, ruínas e arquitetura contemporânea. In: *Anais 4º Seminário Ibero-americano - Arquitetura e documentação*, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/arqdoc2015/artigos/pdf/53.pdf>>. Acesso em: 25 de mar.2022.

BAETA, Rodrigo E.; NERY, Juliana C. Escavações arqueológicas, ruínas e arquitetura contemporânea. In: *Anais 4º Seminário Ibero-americano - Arquitetura e documentação*, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/arqdoc2015/artigos/pdf/53.pdf>>. Acesso em: 25 de mar.2022.

SÍTIOS CONSULTADOS

_____. A Carta de Atenas (1931) - [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta %20de%20 Atenas% 201931](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931) Acesso em 13 de abril de 2020

_____. A Carta de Atenas (1933) - [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20 de%20 Atenas%201933](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933) Acesso em 13 de abril de 2020

_____. A Carta de Veneza - [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de% 20Veneza%201964](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964) Acesso em 20 de abril de 2020

_____. IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural. Informações disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>> Acesso em julho de 2020

_____. IPHAN. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Miguel das Missões (RS). Informações disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/292>> Acesso em julho de 2020

NOTÍCIAS

_____ Resto de casarão desaba no Centro Histórico de São Luís; partes do imóvel começaram a cair na segunda-feira (10). G1- Globo, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/04/12/casarao-desaba-por-completo-no-centro-historico-de-sao-luis-partes-do-imovel-comecaram-a-cair-na-segunda-feira-10.ghtml>>. Acesso em: 06/02/2023.